

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO – FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDO DE LINGUAGENS
– PPGEL**

PAULA DE VASCONCELOS REGO

**MULHERES EMPILHADAS E RESISTÊNCIAS EMPENHADAS:
VOZES DE MULHERES INDÍGENAS**

**CAMPO GRANDE - MS
2025**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO – FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDO DE LINGUAGENS
– PPGEL

PAULA DE VASCONCELOS REGO

MULHERES EMPILHADAS E RESISTÊNCIAS EMPENHADAS:
VOZES DE MULHERES INDÍGENAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob orientação da Prof. Dra. Marta Francisco de Oliveira como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens. Área de concentração: pela linha de pesquisa Estudos Comparados e Culturais.

Área de Concentração: Literatura, Estudos Comparados e Interartes.

CAMPO GRANDE - MS
2025

olha lá o nosso bonde se formando no meio da floresta. Nós, disse ela, nós, mulheres, icamiabas, mães, cafuzas, irmãs, amazonas, negras, Marias, lésbicas, filhas, indígenas, mulatas, netas, brancas, nós brotamos do chão, tremelicando de ódio, vingadoras, enchemos o meu Exu-caveirão e avançamos sobre a cidade, carregando pirocas, caralhos de borracha, com poder de fogo, vamos atrás de você, homem mau, homem de bosta, explorador, abusador, estuprador, espancador de mulheres. (MELO, 2019, p. 26).

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste percurso, muitas vezes me peguei refletindo sobre o que significa, afinal, pesquisar, escrever e sustentar uma pesquisa acadêmica quando o corpo, a memória e as inquietações também escrevem junto. Entre leituras, silêncios, dúvidas e descobertas, este trabalho foi se constituindo não apenas como produção intelectual, mas como travessia — e nenhuma travessia se faz sozinha.

Primeiramente, agradeço a Deus e aos meus guias, pela presença constante, pela proteção e pela força espiritual que me sustentaram ao longo de todo esse caminho. Nos momentos de cansaço, de insegurança ou de vontade de interromper o percurso, foi essa dimensão que me ajudou a seguir, a confiar e a compreender que o tempo da pesquisa também é o tempo do amadurecimento.

À minha orientadora, Profa. Dra. Marta Francisco de Oliveira, deixo meu agradecimento profundo pela orientação atenta, pela escuta sensível e pelo rigor acadêmico que atravessaram todo o processo. Suas leituras, provocações e apontamentos não apenas fortaleceram esta pesquisa, mas também contribuíram de maneira decisiva para minha formação enquanto pesquisadora, ensinando-me a sustentar perguntas, a refinar argumentos e a respeitar o tempo do pensamento.

À banca examinadora, composta pela Profa. Dra. Geovana Quinalha e pela Profa. Dra. Maria Suely de Oliveira Lopes, agradeço pelas leituras cuidadosas e generosas, pelas contribuições precisas e pelo diálogo estabelecido tanto na qualificação quanto na defesa. As observações e reflexões apresentadas por ambas foram fundamentais para o aprofundamento das análises e para o aprimoramento deste texto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, agradeço pelo espaço de formação, pelas discussões teóricas, pelas aulas, encontros e trocas que possibilitaram não apenas o desenvolvimento deste trabalho, mas também a construção de um olhar mais crítico e atento sobre a linguagem e seus atravessamentos.

Ao meu amor, Ana Paula, agradeço pela presença constante, pelo apoio cotidiano e pelo cuidado que atravessou toda esta pesquisa. Seu companheirismo, sua escuta e sua força foram essenciais para que eu pudesse seguir escrevendo, pensando e concluindo este trabalho. Parafraseando Patrícia Melo, “foi meu porto

seguro, aquela que me conduz em direção ao sol todas as vezes em que pensei em desistir” tornando este caminho mais possível, mais firme e mais humano.

Aos meus familiares: meus pais, deixo meu agradecimento sincero pelo apoio e pelo incentivo, mesmo à distância. Ainda que nem sempre presentes fisicamente, sei que estiveram comigo em pensamento, em palavra e em afeto, sustentando-me com confiança e encorajamento ao longo dessa trajetória. E aos meus sogros, agradeço pelo acolhimento, pelos diálogos e pelo auxílio oferecido em momentos importantes. A presença de vocês contribuiu para que este percurso fosse atravessado com mais tranquilidade e cuidado.

À Julia e ao Marcos, grandes amigos, agradeço pelos diálogos, pelas trocas e, sobretudo, pelos inúmeros momentos de escuta. Em termos muito concretos, foram várias as ocasiões em que vocês foram (des)agraciados com áudios longos e reflexivos, nos quais eu tentava organizar o que vinha lendo, estudando e escrevendo. A paciência, a generosidade e a disponibilidade de vocês foram fundamentais para que este processo não se tornasse solitário.

Por fim, agradeço a todas e todos que, de alguma forma, cruzaram este percurso, oferecendo escuta, palavras, apoio ou silêncio. Este trabalho também é feito desses encontros.

RESUMO

Em muitos períodos e sociedades, as mulheres foram vistas como personagens coadjuvantes nas representações culturais, sociais, políticas e literárias, além de serem submetidas a múltiplas violências, ao silenciamento e à invisibilização que permanecem, infelizmente, até os dias de hoje. Nesse ínterim, esta pesquisa parte da compreensão acerca de como as relações sociais têm se pautado na herança da normalização de ataques, agressões e inferiorização direcionadas às mulheres; afinal, a subordinação e desqualificação do corpo feminino se constrói ao longo da sociedade. Em *Mulheres Empilhadas*, obra publicada pela intelectual brasileira Patrícia Melo em 2019, a autora tematiza a questão da violência contra a mulher no Brasil no qual apresenta um cenário onde a lei e o sistema vão em sentidos contrários quando se trata de corpos/sujeitos que a sociedade, de modo geral, sob vários aspectos ainda considera inexistentes, como os de mulheres indígenas. Nesse sentido, esta pesquisa se ancora no romance em questão a fim de evidenciar as múltiplas violências que estabelece uma relação entre a realidade e a ficção, bem como a busca pela re-existência que vai no sentido contrário de empilhar mulheres mortas, se direcionando ao enfrentamento de amarras imposta pela sociedade, buscando uma perspectiva diferente daquelas que foram construídas por séculos para que seja possível empenhar a resistência para com as mulheres, especialmente as mulheres indígenas. Sendo assim, analisando sob a luz da teoria ou crítica literária feminista, partimos dos estudos de Rita Laura Segato, María Lugones, Françoise Vergès e outras teóricas e teóricos para fundamentar a questão da violência retratada na obra literária diante de um contexto real e sócio-político que reforça as estruturas do patriarcado nos discursos do nosso cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: feminicídio; violência; mulheres indígenas; resistência.

ABSTRACT

In many periods and societies, women have been seen as supporting characters in cultural, social, political and literary representations, in addition to being subjected to multiple forms of violence, silencing and invisibility that unfortunately continue to this day. In the meantime, this research starts from the understanding of how social relations have been based on the legacy of the normalization of attacks, aggressions and inferiority directed at women; after all, the subordination and disqualification of the female body is constructed throughout society. In *Mulheres Empilhadas*, a work published by Brazilian intellectual Patrícia Melo in 2019, the author addresses the issue of violence against women in Brazil, presenting a scenario where the law and the system go in opposite directions when it comes to bodies/subjects that society, in general, in many aspects still considers nonexistent, such as those of indigenous women. In this sense, this research is anchored in the novel in question in order to highlight the multiple forms of violence that establish a relationship between reality and fiction, as well as the search for re-existence that goes against the pile of dead women, and towards confronting the constraints imposed by society, seeking a different perspective from those that have been constructed over centuries so that it is possible to engage in resistance towards women, especially indigenous women. Therefore, analyzing under the light of feminist literary theory or criticism, we start from the studies of Rita Laura Segato, María Lugones, Françoise Vergès and other theorists to substantiate the issue of violence portrayed in the literary work in the face of a real and socio-political context that reinforces the structures of patriarchy in the discourses of our daily lives.

KEYWORDS: femicide; violence; indigenous women; resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - DA SIMPLES ARTE DE MATAR UMA – OU MUITAS – MULHER(ES): o olhar colonizado sobre o corpo objetificado	14
1.1 - Uma leitura por/de desobediência e uma escrita de (re)existência.....	15
1.2 - Construções sobre gênero e violência	31
1.3 - Enxugar o chão com a torneira aberta: como o Estado se torna aliado do sistema de dominação	45
1.4 - Máquina de produzir assassinos de mulheres: a pornografia como gatilho para violência	58
CAPÍTULO II - MULHERES E VIOLÊNCIAS: nas páginas e nas vidas.....	72
2.1 - Entre violências, mitos e ficção: tessitura narrativa.....	73
2.2. - Mortas para calar: a representação literária e feminina em <i>Mulheres Empilhadas</i>	81
2.3 - “Mas a ideia não era matar”: a morte <i>sem querer</i> da jovem indígena Txupira	89
2.4 - “Independente, vacinada e dona do seu nariz”: a morte de Rita e Carla na pilha das mulheres mortas	96
CAPÍTULO III - PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIAS EMPENHADAS: vozes de mulheres indígenas.....	103
3.1 - A condição indígena e a perpetuação da violência: entre a identidade e a invisibilidade.....	104
3.2 - Nossas vidas importam: processos de escrita e de leitura	119
3.3 - Resistências empenhadas: coletividade e voz.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	142

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira, ao longo do tempo, os papéis sociais designados para aqueles confinados a uma posição de minoria foram reforçados por determinados modelos que aparecem em forma de representação cultural, estética e literária. Tais representações fazem parte de uma construção que ainda delimita espaços literais e simbólicos, sobretudo para o corpo feminino. Dessa forma, encontra-se na vida social em geral um pensamento colonizado que tem uma construção simbólica e histórica, constatando a inferioridade da mulher.

Entre minhas leituras e *experivivências*¹ percebi que quando reivindicamos a presença das mulheres na historiografia, buscamos superar a lacuna deixada pela invisibilidade à qual foram submetidas pela história única oficial, imposta pela matriz colonial que ainda predomina nos dias de hoje juntamente com seus mecanismos de exclusão, silenciamento e subalternização. Diante disso, o corpo feminino ainda é visto como não sujeito, como inexistente e que não pertence a lugar nenhum. E, quando são lembrados, estão sempre sendo colocados em um lugar de inferiorização.

Assim, quando penso nos múltiplos corpos femininos também penso no meu corpo que, além de ser um corpo-mulher é, também, um corpo nordestino. Portanto, refiro-me às mulheres nordestinas e a tantas outras porque eu estou na minha condição de mulher e não posso deixar escapar as minhas sensibilidades, pois meu *bios* e *lócus* estão atrelados de onde eu penso e de onde eu vim. É a partir desse corpo nordestino que enquanto pensadora e pesquisadora me pauto em pensar nos múltiplos corpos femininos que também estão espalhados pelo Brasil, resgatando memórias e narrativas de mulheres que foram subordinadas e desqualificadas de diferentes maneiras.

Sendo assim, penso, escrevo e falo teoricamente a partir da capital do Mato Grosso do Sul, em um curso de pós-graduação pelo Programa em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mas também já pensei a partir da cidade de Coxim, enquanto fazia minha graduação em Letras e foi quando

¹ Utilizo o termo *experivivências* em diálogo com a noção de *escrevivência* de Conceição Evaristo, por compreender a escrita como expressão de experiências que resistem e afirmam existências. Contudo, aproximo-me também da leitura de Marcos Antônio Bessa-Oliveira, que compreende o termo a partir de uma perspectiva descolonial, como forma de nomear experiências vividas e transformadoras no campo educativo e artístico. Ver mais em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6658>

participei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que comecei a ter um compromisso com a decolonialidade, o feminismo e a violência de corpos-vozes-resistência.

Dessa forma, foi pensando teoricamente que me deparei com a Patrícia Melo, escritora paulistana e autora do livro *Mulheres Empilhadas*, publicado em 2019 pela Editora Leya. Desde então, debruço meus estudos em sua obra e que, mesmo sendo um livro ficcional, aborda questões reais que assombram a sociedade porque traz uma ideia de finitude e descarte para grande parcela da população que a compõem, que por um lado me fez refletir sobre um modelo de vida no qual o patriarcalismo e o sistema de inferiorização estão presentes e, por outro, como o corpos femininos são vistos como objetos matáveis e descartáveis, sobretudo os corpos de mulheres indígenas no qual a autora aborda em diversos momentos de sua obra, deixando sempre uma ferida aberta que, na teorização de Anzaldúa, essa ferida arranha e sangra e, antes que se forme crosta, volta a hemorragia.²

Pesquisando sobre literatura, escrita e corpo feminino percebi que os incômodos que permanecem até os dias de hoje muito se trata do pensamento de um mundo patriarcal onde o feminismo não era e ainda não é visto como urgência e que muitas vozes foram silenciadas por carregar uma opressão masculina que ainda é persistente. Diante desse contexto, entre vivências e pesquisas desde a época da minha graduação, o viés decolonial me conectou com autoras femininas que me fez des-pensar sobre o conhecimento imperial/colonial e, sobretudo, desprender-me das amarras que se impõem a uma sociedade que fere memórias e histórias de corpos femininos violentados.

No pensamento da antropóloga Rita Laura Segato, a humanidade testemunha hoje um momento de tenebrosas e cruéis inovações na forma de vitimar os corpos femininos e feminizados, uma crueldade que se difunde e se expande sem contenção e que se manifesta tanto sob as formas de destruição corporal sem precedentes, como sob as formas de comercialização de tudo o que estes corpos podem oferecer, até ao seu limite (SEGATO, 2012, p. 108). Assim, os corpos femininos precisam lutar para superar os resquícios do colonialismo, dentre tantas outras hierarquias existentes.

² “Es una herida abierta donde el Tecer mundo se araña contra el primero y sangra. Y antes de que se forme costra, vuelve la hemorragia.” ANZALDÚA. *Borderlands/la frontera*, p. 42.

Desse modo, ir ao contrário das epistemologias imperiais não significa ignorar toda história vivida até aqui, mas ir a favor de um novo caminho para descolonizar³ buscando compreender as condições das mulheres vistas de suas próprias perspectivas. Pois, nas palavras de Mignolo (2008), sem tomar essa medida e iniciar esse movimento, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocêntricos.

Sendo assim, procurando seguir novos caminhos, quando Patrícia Melo foi convidada a escrever o romance em 2019, ela não poderia deixar de lado a sua condição de mulher e suas inquietações diante da violência contra mulheres persistente no Brasil, percebendo, também, que as múltiplas e distintas violências acabam, na maioria das vezes, fazendo parte de uma guerra. Em uma entrevista ao jornal *O Globo* em 2019, ano da publicação do livro, a intelectual Melo lembra que o Brasil:

“É uma realidade de guerra. E nem estamos falando dos estupros, dos espancamentos e das violências psicológicas que também acontecem. Acho que usei minha revolta como uma espécie de arma neste livro, que tem muito dessa indignação e assombramento. Foi uma escrita tão intensa, senti uma grande sensação de impotência”.⁴

Nesse sentido, vale o retorno às considerações da antropóloga Rita Segato, pois sua obra *La guerra contra las mujeres* (2016) demonstra como o que se perpetua é uma guerra em novas formas que promove o femigenocídio. Este termo, inclusive, será importante mais à frente para algumas futuras discussões.

Valho-me da fala da autora para refletir sobre minhas inquietações e faço dos sentimentos da autora os meus, pois quando comecei a fazer levantamentos e pesquisar mais a fundo sobre sua obra e as múltiplas violências que estão presentes na realidade, também me senti impotente, presa em uma sensação densa e vertiginosa.

³ Neste trabalho, utilizo o termo “decolonial” quando sigo autoras e autores que utilizam essa grafia, sobretudo no campo da crítica feminista; e utilizo “descolonial” para discussões ancoradas no pensamento descolonial associado a Walter Mignolo e outros teóricos que compartilham da mesma vertente.

⁴ Com debate sobre feminicídio, Patrícia Melo lança 'Mulheres Empilhadas' na UFMG. Ver site <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/letras-recebe-lancamento-de-novo-romance-de-patricia-melo-seguido-de-debate>

Lembro-me que, por vezes, me indagava “porque estudar/pesquisar sobre a violência e os corpos de mulheres indígenas?”. A partir dessa indagação percebi que o caminho que trilho é difícil de pisar, mas que é necessário para pensar/sentir, não somente por um viés teórico, mas que vai para além da pele, raças, classes ou saberes. Ou, como elucida Mignolo, delinear um paradigma outro de pensamento crítico, analítico e utópico que contribua para a construção de espaços de esperança em um mundo em que impera a perda do bom senso e o egoísmo cego.⁵

Na esteira dessa construção de pensamentos, aproveito para afirmar que não estou aqui para falar pelas mulheres indígenas ou seus corpos - até porque não sou uma indígena e não falo/teorizo de dentro de uma aldeia⁶ - mas teorizo a *partir* de onde habito e a *partir* de outras mulheres. E quando falo de corpos, sempre no plural já que minha pesquisa se direciona a todas as mulheres indígenas, estou me referindo a corpos presentes em um lugar geográfico, como as fronteiras do Acre e as aldeias. Corpos que o colonialismo fez questão de encobrir, empilhar e deixar na exterioridade, mas que continuam a lutar. Assim sendo, a obra de Melo se entranha em meu mundo de forma que contribui para com meus saberes e minha escrita.

No entanto, antes de adentrar diretamente na análise das violências específicas que recaem sobre os corpos das mulheres indígenas, julguei necessário refletir sobre como essas violências se estruturam historicamente dentro da lógica colonial. Para isso, recorro também a outros corpos de mulheres — não indígenas — que, embora ocupem lugares distintos na hierarquia social, são igualmente atravessados por dispositivos de controle, dominação e apagamento. Além disso, ressalto que esta pesquisa se realiza também a partir de uma perspectiva interseccional, inspirada na teórica Kimberlé Crenshaw permitindo compreender como diferentes formas de opressão — gênero, raça, etnia, classe e colonialidade — se articulam na produção da violência sobre os corpos femininos.

⁵ “Bosquejar ‘un paradigma outro’ de pensamiento crítico, analítico y utopístico que contribuya a construir espacios de esperanzas en un mundo en el que prima la pérdida del sentido común, el egotismo ciego, MIGNOLO. *Prefacio a la edición castellana: Un paradigma otro*, p. 19. [tradução livre minha]

⁶ Ao longo desta dissertação, optei por utilizar os termos “aldeia” e “comunidade indígena” para me referir às subdivisões territoriais internas dos povos indígenas. Grande parte desses povos apresenta essas subdivisões, que possuem processos de formação relativamente autônomos, mas permanecem vinculadas ao grupo maior (o povo) por meio de história, cultura e genealogia. Enquanto a maioria utiliza o termo “aldeia”, alguns preferem a categoria “comunidade” Ver mais em: <https://agencia.fiocruz.br/glossario-de-termos-indigenas>.

Compreendendo esse pensamento, Patrícia Melo é uma escritora paulistana, mas que atualmente mora na Suíça e em uma conversa transmitida no YouTube, em 2021, pelo canal “Poesia, ficção e crítica”⁷ Patrícia Melo comenta sobre quando recebeu a proposta de escrever um romance que tivesse como tema principal o protagonismo feminino. Decidindo fugir um pouco do olhar urbano e falar sobre a realidade das mulheres do Brasil, sobretudo de uma forma abrangente, a escritora volta sua visão para o Acre onde, através de suas pesquisas, percebeu que estavam presentes variados e distintos grupos de mulheres invisibilizadas por nossa sociedade como, por exemplo, as ribeirinhas, as mulheres da floresta e as indígenas. Então, para a autora, a partir do levantamento de dados estatísticos, ia surgindo um sentimento de impotência ao mergulhar cada vez mais sobre os dados reais da violência, ficando de mãos amarradas por causa da justiça lenta, burocrática, patriarcal e machista, naturalizando cada vez mais a violência, que é mascarada pelos homens nos seus tratos com as mulheres, mas também por tantas outras mulheres, visto que o machismo e o sistema patriarcal se mantêm na reprodução de práticas e pensamento/concepção de mundo, de grupos, de pessoas, de corpos.

Ao longo da produção do seu romance, como Melo já estava morando fora do Brasil, é importante ressaltar que sua obra não foi totalmente uma criação do seu imaginário e que para desenvolver minuciosamente sua escrita ela contou com a ajuda da pesquisadora e jornalista Emily Sasson Cohen, quem entrevistou especialistas na questão da violência contra mulheres, líderes indígenas e também viajou pelo Acre e, principalmente, para a floresta, passando todas as informações necessárias para a construção da narrativa, sendo os olhos e ouvidos de Patrícia Melo ao fornecer elementos para a composição de seu texto. No segundo capítulo deste trabalho, será analisada a dimensão simbólica e onírica de *Mulheres Empilhadas*, considerando como a escritora utilizou todo esse material em sua estética e deu origem à estrutura narrativa fragmentária. Também serão considerados os elementos visuais da capa, a combinação de mitos europeus e africanos, os rituais indígenas e a representação da violência e das resistências femininas presentes na obra.

Essa preocupação com a pesquisa e com a veracidade das situações retratadas se reflete, por exemplo, no primeiro julgamento que a protagonista

⁷ Entrevista gravada no canal do Youtube “Poesia, ficção e crítica”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cvxrk-6HQ7U>. Acesso em: 03/05/2024.

acompanha: o caso de Txupira, uma adolescente indígena morta por três rapazes brancos de classe média, que durante o julgamento afirmaram não ter a intenção de estuprar ou matar, mas apenas “se divertir ou assustar” (MELO, 2019, p. 36).

Apesar de Patrícia Melo não ser uma mulher indígena, insere em sua obra a forma como a violência é direcionada às mulheres indígenas, não como uma tentativa de falar *por* elas, mas *a partir* delas, ressaltando uma história de silenciamento e trazendo visibilidade a essas mulheres que resistem como podem até os dias de hoje, apontando o seu protagonismo como apenas mais recentemente tem sido pontuado em obras literárias, sobretudo graças à autoria feminina, bem como a potência de um feminino que ainda é desconhecido por quase todos nós e que ainda sente a força de um patriarcado que atravessa gerações em seus corpos.

Considerando, então, que a história das mulheres indígenas estão marcadas pelo colonialismo em múltiplas dimensões (linguística, territorial, étnica-racial, de gênero, de classe) e que estas estão sempre em luta pela valorização de seu corpo, seus saberes e suas terras, o objetivo desta pesquisa se encaminha através e pelo engajamento constante em abrir novos caminhos que não persistam na recaída em um lugar hegemônico e universal, mas que insistam na urgência de não apenas sobreviver e combater para finalmente suplantam, eliminar, as condições inferiorizantes e as violências que são impostas cotidianamente. Este estudo, centrado no modo como a violência e no feminicídio são narrados na obra e em seus arredores, ou seja, na relação vida-ficção, está relacionado às minhas inquietações tanto internas quanto externas, partindo de um ponto de vista pessoal, porém aliado ao de tantas outras mulheres latino-americanas que buscam romper com a ‘pilha’ de mulheres que são mortas diariamente.

Sendo assim, esta pesquisa é de caráter qualitativo e natureza bibliográfica, compartilhando a opção dos estudos decoloniais, sobretudo junto aos estudos feministas, questionando e discutindo - seja dentro do espaço acadêmico ou fora dele - sobre o corpo feminino e suas feridas, levando em consideração a análise e os diálogos vislumbrados a partir da obra em que a literatura se revela como um meio de reflexão necessário para que não nos deixemos levar pelos estereótipos implantados de que ser mulher é ser ‘invisível’, demonstrando a necessidade de, pelo viés estético, da arte, da crítica feminista e da literatura, continuar promovendo a humanização e as sensibilidades para valorização de mulheres e outros grupos em geral deixados à margem e subjugados pelas relações de poder na sociedade.

Assim, no primeiro capítulo, intitulado “**DA SIMPLES ARTE DE MATAR UMA – OU MUITAS – MULHER(ES): o olhar colonizado sobre o corpo objetificado**”, caminho por reflexões sobre a violência contra mulheres como herança da colonialidade e do patriarcado. A partir de minhas inquietações, dialogo com Rita Segato, María Lugones, Oyèrónkẹ Oyěwùmí e Walter Mignolo, pensando conceitos como desobediência epistêmica, colonialidade e gênero, para compreender como a história colonial estrutura práticas de objetificação e o próprio feminicídio, bem como subsiste a gritante cumplicidade do Estado e da cultura de consumo na perpetuação dessas violências. Já inicio apontando como minhas preocupações se encaminham para a condição das mulheres indígenas, no Brasil.

No segundo capítulo, “**MULHERES E VIOLÊNCIAS: nas páginas e nas vidas**”, me aproximo da obra *Mulheres Empilhadas*, de Patrícia Melo, para analisar como a ficção evidencia e tensiona as violências que atravessam as personagens femininas. Utilizo os conceitos de representação e ficção/realidade, em diálogo com Segato e Ludmer, buscando ler, de forma afetada e ao mesmo tempo ‘empilhada’, ou seja, sobreposta, as camadas de opressão que condensam a vida de tantas mulheres, cuja morte denuncia sua vulnerabilidade mas também aponta para modos de compreender sua força.

Por fim, no terceiro capítulo, “**PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIAS EMPENHADAS: vozes de mulheres indígenas**”, trago as vozes de mulheres indígenas reais em diálogo com a literatura, para pensar caminhos de resistência e de afirmação identitária. Converso com autoras como Paula Faustino Sampaio, María Lugones, Julieta Paredes e María Galindo, destacando os conceitos de corpo-política e corpo-território, femigenocídio e feminismo comunitário, reconhecendo que essas vozes, ao mesmo tempo que me atravessam, desestabilizam a ordem colonial e inventam outras possibilidades de existência.

Dessa forma, esta dissertação se constrói como um gesto de escuta e de escrita atravessado por minhas vivências, pelas vozes de outras mulheres e pelas feridas abertas que a literatura ajuda a revelar. Ao percorrer os caminhos que ligam teoria e afeto, história e ficção, busco contribuir para o debate sobre a violência contra mulheres indígenas e não indígenas, reconhecendo que cada capítulo é também um convite a olhar para a permanência das lógicas coloniais e para as múltiplas resistências que se erguem diante delas. Mais do que oferecer respostas definitivas, proponho aqui uma reflexão que insiste em deslocar certezas, abrindo espaço para

que outros corpos, outras histórias e outras epistemologias sigam sendo vistas, ouvidas e lembradas.

CAPÍTULO I

DA SIMPLES ARTE DE MATAR UMA – OU MUITAS – MULHER(ES): o olhar colonizado sobre o corpo objetificado

A escrita de autoria feminina foi, por muito tempo, considerada inferior e restringia-se ao privado, ao diário íntimo, às sensibilidades sem aprofundamento, na opinião dos que detinham o poder de julgar e valorar tal escrita. Portanto, neste capítulo, analiso a possibilidade de encontrar um perfil de desobediência na escrita da obra *Mulheres Empilhadas* e na construção da narrativa sobre como o corpo feminino é violentado de múltiplas formas no contexto sociocultural brasileiro.

Como o próprio romance apresenta uma pluralidade de mulheres atravessadas por diferentes formas de violência, optei por iniciar este capítulo considerando esses corpos diversos — não apenas os indígenas — como forma de compreender a complexidade do sistema colonial-patriarcal que atua sobre múltiplas corporalidades. Assim, falar de mulheres plurais é reconhecer que os mecanismos de opressão atuam de maneira interseccional, e que essa escuta ampla fortalece a leitura posterior das violências específicas vividas pelas mulheres indígenas. A proposta na obra apresenta, sob o viés estético, o ódio/desprezo que foi criado e alimentado por séculos desde a narrativa colonial sobre o feminino, mimetizado no empilhamento dos processos como metáfora dos corpos.

Diante disso, ao fazer reflexões acerca de aspectos estruturais, culturais e políticos, emergem as vozes das mulheres vítimas, pois a autora aprofunda as personagens que deixam de ser mera estatística para compor vidas e leituras de resistência. Quando a autora se dispõe a construir um enredo diante de narrativas de feminicídio, sendo de mulheres fictícias ou reais, está propondo uma desobediência como forma de pensar para além daquela que a branquitude colonizadora impõe na nossa sociedade. Dito isso, o objetivo aqui proposto perpassa a leitura 'outra'⁸ de *Mulheres Empilhadas* (2019) e não somente com um amontoado de relatos da violência de lugares periféricos. Considerando os pensamentos de autores como Rita Laura Segato, María Lugones, Walter D. Mignolo, entre outros, busca-se traçar uma

⁸ Ao empregar o termo “outra” como adjetivo, refiro-me à *epistemologia outra* proposta pela opção descolonial — ou seja, busco romper com as imposições e normalizações da lógica colonial, moderna e patriarcal. Assim, ao propor uma leitura “outra”, não aceito as opções hegemônicas, mas procuro abrir espaço para novas formas de reflexão e discussão.

conversa entre a escrita de Melo, a violência e a desobediência, caminhando sempre em um sentido contrário ao que foi imposto pelos homens desde o pensamento colonial.

1.1 Uma leitura por/de desobediência e uma escrita de (re)existência

Escrevo apenas, portanto, para desocultar o que foi propositalmente ocultado. Apenas. Tão somente. (Potiguara, 2024, p. 99)

A partir do momento em que esta pesquisa foi tomando forma e o romance foi, por diversas vezes, relido e considerado, percebi que: a escrita da Patrícia Melo transpassa por um caminho em que a ficção é atrelada a uma realidade dura e crua; que um projeto estético se torna político e, dentro da ficção, revela sentimentos e lutas humanas reais; que a vingança pode ser um ato de resistência, apresentando corpos que carregam a dor e a opressão, mas que na mesma proporção também carregam a possibilidade de re-existir.

Dessa forma, enfatizo que a proposta aqui feita por mim é perpassada pelo ler de uma maneira 'outra', considerando o viés da desobediência epistêmica – também social, cultural, linguística, discursiva – não somente retratando os modos como o texto apresenta a narrativa com um amontoado de relatos da violência de lugares periféricos; afinal, o objetivo de tal escrita ultrapassa o mero relato ou o choque ou denúncia que a escolha temática poderia sugerir a leitores desavisados, ingênuos. Sendo assim, minha leitura se constitui des-pensando o conhecimento imperial/colonial e, sobretudo, se desprendendo das amarras que se impõem a uma sociedade que fere memórias e histórias de corpos femininos.

O ato de des-pensar implica não o esquecimento ou a negação do pensar, mas o fazê-lo de outro modo, pelas sensibilidades de mundo, que se agregam à razão e não permitem sua sobreposição como forma por excelência de acesso ao saber. Reverberando as palavras de Walter Mignolo, não há outra forma de saber, fazer e ser descolonialmente, senão através de um compromisso com a desobediência

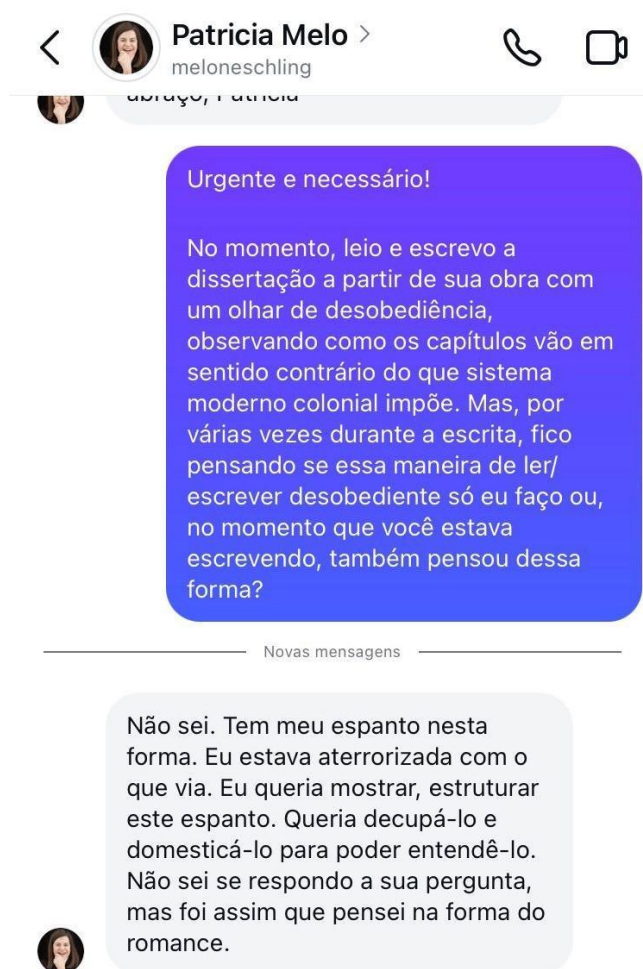
epistêmica⁹, a qual significa desvincular-se de toda magia voltada para ideia de modernidade e de suas promessas, visto que “a modernidade não é um desdobramento ontológico da história, mas a narrativa hegemônica da civilização ocidental”.¹⁰ Sem dúvida, grupos e povos inteiros, nas margens desse discurso, pagam o preço de ser renegados ao lugar do ‘outro’, o espaço ‘de fora’, na exterioridade do que se convencionou considerar centro, privilégio, poder, direitos.

O fato é que a minha leitura desobediente implica em algumas indagações como, por exemplo, se a escrita de Patrícia Melo foi uma escolha proposital; se também compartilhava de um pensamento desobediente ou se a autora se debruçou em sua obra partindo apenas dos seus saberes e necessidades de pensar e escrever com urgência sobre essa violência que marca a existência das mulheres. Buscando respostas, esforcei-me para compreender, por meio de entrevistas e outros escritos da autora, o impacto e o alcance da produção da obra na pessoa que encenava a escritura, suas sensibilidades percebidas na tessitura do discurso. Além disso, lançando mão dos recursos à disposição, procurei uma aproximação virtual.

Em maio de 2024, em um dia de sábado, recebi uma notificação no celular confirmando que ‘Patrícia’ tinha aceitado a solicitação de amizade que fiz via rede social. Aproveitando tal momento, escrevi de volta para a autora agradecendo o que considerei uma obra impecável e lhe contei sobre minha pesquisa. Além disso, a questioneei sobre a maneira de sua escrita e a resposta foi a seguinte:

⁹ MIGNOLO. *Habitar la frontera*, p. 183. [tradução livre minha]

¹⁰ MIGNOLO. *Desafios coloniais hoje*. p. 25.



Faço aqui esse primeiro registro, entretanto deverei retornar a essa conversa nos capítulos à frente. O que quero destacar, por hora, é que a resposta de Patrícia Melo reitera o que já foi dito anteriormente sobre a sua maneira de escrever a partir do que é cruel e angustiante. Entretanto, a escritora não queria meramente escrever sobre um assunto que todos estão cientes quanto ao tamanho da crueldade – embora outros tantos o relativizem e minimizem, mas queria poder plasmar na forma e na escrita seu próprio espanto. Em minha primeira leitura, talvez o que tenha se destacado em meu entendimento, quanto à produção, foi que de alguma forma a autora procurava fazer com que todos que tivessem contato com a obra sentissem e entendessem o horror e o terror que é ser um corpo feminino na sociedade brasileira. Além disso, pareceu-me que Melo também quer mostrar como toda essa violência acontece, retratando isso através da pilha dos casos de feminicídio. Para isso, foi preciso reorganizar e ter um olhar mais atento aos múltiplos casos de violência, de modo que ela conseguisse conviver com o espanto para, então, conseguir entender os caminhos dessa guerra e estruturar sua obra.

Sendo assim, a obra *Mulheres Empilhadas* percorre um caminho interessante de produção/leitura, que pode parecer enganoso. Considero que, na verdade, vai por um lado contrário do que a modernidade promete a partir do momento em que a autora escreve não apenas por uma ordem geográfica, mas também epistemológica, entre São Paulo e Acre, ou seja, a autora explora as diferenças regionais e, sobretudo, evidencia os saberes locais dos povos originários do Norte. Por um lado, poderíamos considerar que o texto participa e repete a tradição moderna do 'voltar-se para o exótico', o 'centro' e seus personagens descobrindo a margem, uma viagem de transformação e que o privilegiado social e culturalmente, detentor do saber, da voz e do poder, precisa resgatar os iletrados, incultos, não civilizados.

Nesse sentido, a oposição Sudeste, ou centro, civilizado versus Norte (margem) selvagem se reforça na constituição da figuratividade representativa de raça e classe, pois supostamente há uma narradora que se assemelha, no imaginário, ao padrão ocidental de raça branca e de classe social que lhe possibilitou a ascensão via formação superior, em contraste direto com as mulheres indígenas que habitam o Norte, especialmente nos arredores da floresta amazônica e das fronteiras com a Bolívia, no Acre, cuja representação é marcada pela marginalização e por classificações racializadas que as posicionam como "outras".

A mulher de São Paulo, advogada, culta, faz sua viagem de descobrimento, mas ao mesmo tempo chega para, de alguma forma, salvar os necessitados de sua condição e de si mesmos, se tão-somente puderem emular essa representante da modernidade. Não é essa, porém, a leitura que quero fazer, embora incorra em alguns riscos e aceite tal possível compreensão do texto.

Retomando o viés mencionado, contrário ao discurso hegemônico, entendo que, quando a protagonista sai do grande centro paulistano e vai até Cruzeiro do Sul, no Acre, para acompanhar um mutirão de julgamentos de casos de feminicídio que se acumulam e não chegam a uma conclusão com a morosidade do sistema, ocasionada por problemas próprios ao judiciário no Brasil, como as falhas, indulgências e a falta de recursos e pessoal, deixa-se também atravessar pelas sensibilidades de mundo¹¹, suas e locais, pois inicia seu entendimento de que a vida

¹¹ Utilizo a expressão "sensibilidade de mundo" no lugar de "visão de mundo" pois, como afirma Walter Mignolo em seu texto *Desafios decoloniais hoje*, "o conceito de 'visão' é um privilégio na epistemologia ocidental". MIGNOLO. *Desafios decoloniais hoje*, p. 20.

na fronteira¹², essa que é tão real quanto epistemológica, é uma luta pela valorização de corpos e de pensamentos que foram categorizados como o ‘outro’ ou, aludindo ao pensamento de Mignolo, o *anthropos*. Nesse pensamento, o escritor afirma que:

O “outro”, entretanto, não existe ontologicamente. É uma invenção discursiva. Quem inventou o “outro” senão o “mesmo” no processo de construir-se a si mesmo? Tal invenção é o resultado de um enunciado. Um enunciado que não nomeia uma entidade existente, mas que a inventa. (MIGNOLO, 2017, p. 18)

Em outras palavras, sobretudo a partir da invenção da América e da instauração da colonialidade, segundo as considerações de Aníbal Quijano, toda humanidade foi ensinada a observar as diferenças com base na categoria do outro diante do imaginário coletivo inventado por um discurso moderno/colonial, elencando quem faz parte ou não de uma esfera, até que esse discurso pudesse ser verdadeiro e existente. Seguindo esse viés, Rita Segato em seu livro *Cenas de um pensamento incômodo* (2022) também percorre e compartilha do mesmo pensamento que Mignolo ao tratar do ‘outro’; entretanto, a pensadora utiliza a expressão ‘anômalo’ para se referir a essa categoria, dentro viés do político que concede existência e direitos. São anomalias perpassando toda uma compreensão de cunho eurocêntrico que acaba separando em tópicos os minoritários (portanto, com menos direitos), que têm de ser filtrados pela rede de referências universais¹³. Dessa forma, a antropóloga afirma que:

Todo aquele que não se adapta a esse exercício, que não se encaixa na matriz do já existente, a qual atua como um grande processo digestivo, torna-se uma anomalia deslocada e está sujeito à expulsão, ao banimento da política. (SEGATO, 2022, p. 85).

A não existência política é permissão para violências múltiplas. É por um contexto universal hegemônico que há o normal e suas anomalias, algo não necessariamente ser impedido de ocorrer: dentro do sistema, é possível que haja anomalias, mas - e desde que - sejam banidas e expulsas. Assim, a condição de anômalo vulnera as

¹² A fronteira enquanto espaço de exterioridade por excelência, situada na borda do país e fazendo divisa com outros países que são completamente ignorados é um *locus* de diferença e subalternidade que são estruturadas de maneira legal e econômica, mas, também, em termos de gêneros, etnia e sexualidade.

¹³ SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p. 84.

mulheres e as *indígenas mulheres*¹⁴, as quais foram deslocadas a todo momento na constituição de toda história colonial, sendo alocadas em segundo plano em meio às lutas indígenas e, por vezes, apreciadas como corpo-objeto que são cruelmente violentados, em escalas que se duplicam: no contexto de um sistema político geral nacional (apesar das mudanças a partir das alterações na própria Constituição Federal) que não as considera como sujeitos plenos de direitos, e nos micropoderes e organizações dentro das comunidades que, tocadas pelo pensar moderno, patriarcal, colonial e ‘civilizador’ ocidental, emulam essa forma de tratamento.

Portanto, ao fazer reflexões acerca da obra de Melo, levando em consideração os aspectos estruturais e políticos, percebi que a autora consegue alterar o status das personagens, retirando-as da condição de uma voz passiva e levando-as para uma voz ativa, e tal ocorre até mesmo as mulheres mortas, não se limitando às suas descrições breves e pontuais. Ou seja, sua opção de escrita é sobre o que fere e o que incomoda, principalmente quando se fala do corpo feminino e da violência, revelando a todo momento o quanto é perigoso ser mulher e que nós morremos como moscas mesmo quando provavelmente deveríamos matar muito mais, dadas as estatísticas do quanto morremos¹⁵ e a presunção de legítima defesa, ou seja, deveríamos nos proteger muito mais, individual e coletivamente, ainda que isso significasse recorrer a medidas extremas para fazer cessar o risco de morte.

Além disso, por diversas vezes em sua obra é possível encontrar a relação de misoginia praticada por homens brancos, héteros e de classe social média, trazendo para os dias atuais a lembrança de uma condição muito arcaica, mas presente no imaginário coletivo,¹⁶ que é a posição da mulher como indisciplinada, enquanto o homem afirma a sua força e seu poder. Dessa forma, recorrendo ao pensamento de Segato, a antropóloga destaca um aspecto importante sobre a estrutura mítica do erro feminino que acarreta a sua punição e que, a partir do momento que uma mulher é punida para ser colocada em seu devido lugar, ela é reduzida ao seu corpo, sendo tanto uma pessoa limitada e diminuída, como também terá o seu destino silenciado. Algo semelhante, ficcional e literariamente elaborado, acontece quando Patrícia Melo evidencia os casos de violência contra mulheres, sendo na aldeia ou fora dela,

¹⁴ A historiadora Paula Faustino Sampaio em seu livro “Indígenas Mulheres: entre colonialismos e resistência de longa duração” usa o termo indígenas seguida da palavra “mulheres”, em itálico, procurando enfatizar a atuação das lideranças e seus discursos situados na diferença colonial.

¹⁵ MELO. *Mulheres Empilhadas*, p. 72.

¹⁶ SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p. 14.

reforçando que a mulher oprimida pelo patriarcado é resultado de um silenciamento imposto sobre seu próprio corpo. Ou seja, “essas mulheres morreram porque não conseguiram falar. Não falar é uma tragédia.” (MELO, 2019, p. 45)

Nesse sentido, ler *Mulheres Empilhadas* significa que minha leitura se dá a partir de uma maneira de pensar outra, atravessada pelo viés descolonial. Trata-se de uma perspectiva que busca deslocar-se das leituras centradas no Norte Global e dos cânones feministas tradicionais, articulando conceitos de feminismo descolonial e estudos sobre violência de gênero em contextos indígenas. Essa abordagem também reconhece minha posição como pesquisadora não indígena, afetada pelos relatos e pelas vozes presentes na obra, e que precisa ser considerada na interpretação do texto a partir da estética e da composição do próprio texto, com maior ou menor ênfase nas categorias de análise da obra ficcional. Ao longo deste estudo, essa maneira outra de pensar será desenvolvida também a partir da obra em si e de suas estruturas, bem como da análise das estruturas de violência, da representação dos corpos e da resistência das mulheres indígenas, situando minhas reflexões entre teoria crítica, literatura e experiência afetiva, pelo viés descolonial.

Assim, na obra aqui referenciada, quando a autora se dispõe a construir um enredo diante de narrativas de feminicídio, procuro pensar para além de uma ordem política meramente sustentada pelo patriarcado. Considero também outros modos de produção de múltiplas violências, culminando em feminicídio, tais como a colonialidade do poder e do saber, as hierarquias raciais e étnicas, o racismo estrutural e as desigualdades sociais que afetam especialmente mulheres indígenas. Dessa forma, a leitura busca compreender como essas múltiplas estruturas de dominação se entrelaçam para perpetuar a violência, evidenciando que o feminicídio não é apenas consequência de relações de gênero, mas também de um complexo tecido histórico, cultural e político que marginaliza determinados corpos e saberes.

Por essa razão, entendo que teorizar a partir da desobediência epistêmica, buscando novos lugares de reflexão saindo do obscuro da modernidade e dos corpos femininos que foram criados por uma linha de padrões masculino-branco-europeu é, também, teorizar a *partir de* e *com* Patrícia Melo, suas personagens e tantas outras mulheres indígenas, pois é a teorização que corrobora com a compreensão de mim mesma enquanto pensadora e pesquisadora e que me acompanhará em toda minha escrita nesta pesquisa, comprovando minhas reflexões e afirmações.

Assim, a tentativa de escrever e pensar com base nos meus entendimentos de mundo e teórico, além das minhas inúmeras leituras da obra de Patrícia Melo e sua escrita, não é uma tarefa fácil, mas é possível e necessária. Para tal, parto do princípio de pensar em caminhos diante da diferença e do desconfortável, percorrendo um cenário onde a violência e a inferioridade predominam, sobretudo para com as mulheres indígenas e seus corpos.

Pensando assim, em *Mulheres Empilhadas*, a protagonista se depara com uma pilha de mulheres mortas, permitindo questionar as representações do feminino social e culturalmente construídas, inclusive com efeito legal em contextos geo-históricos tradicionalmente invisibilizados. Por conseguinte, quando a protagonista se vê diante de um arquivo 'coleccionador' de mulheres mortas em tantos casos em julgamento e vai de fato para o Acre, ela entende que habitar o outro lado é desafiar o sistema que não é válido para todos, muito menos para mulheres indígenas, até porque indígena é bicho.¹⁷

A socióloga María Lugones, em seu artigo intitulado *Rumo a um feminismo descolonial*, publicado em 2019, estabelece um padrão de pensamento que tem origens antigas e fundamenta a estrutura social que herdamos e permanece:

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizado/as eram classificados como espécies não humanas - como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burgês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. (LUGONES, 2014, p. 936).

A imposição desse sistema colonial moderno, conforme apresentado por Lugones e também presente em Aníbal Quijano, em vários de seus escritos, me faz entender que a lógica categorial, dicotômica e hierárquica (em outras palavras, uma lógica opressiva) bem como o sistema de gênero, funcionou para classificar os sujeitos entre humanos e não humanos, dicotomizando quem é inferior ou superior, e determinando, inclusive, quem vive e quem morre. Dessa forma, as mulheres indígenas foram duplamente inferiorizadas, tanto na sua condição de mulher quanto racialmente, se tornando o 'outro' - ou até mesmo o outro do outro - em nossa sociedade. Partindo desse pensamento, vou ao encontro do que Mignolo propõe sobre

¹⁷ MELO, *Mulheres Empilhadas*, p. 52.

identidade em política, contrariando um discurso universal e moderno pautado em uma *política de identidade*, que defende e argumenta a favor do homem branco e europeu:

A identidade em política é relevante não somente porque a política de identidade permeia, como acabei de sugerir, todo o espectro das identidades sociais, mas porque o controle da política de identidade reside, principalmente, na construção de uma identidade que não se parece como tal, mas como a aparência “natural” do mundo. Ou seja, ser branco, heterossexual e do sexo masculino são as principais características de uma política de identidade que denota identidades.¹⁸

Portanto, a construção dessas identidades foi responsável por originar os corpos femininos e indígenas como insignificantes diante da “aparência natural do mundo”¹⁹, já que não se encaixavam em nenhuma dessas categorias e acabam não pertencentes à sociedade, permanecendo na condição de dominados: é, portanto, um processo de destituição de poder.

Nesse íterim, ressalto que o viés desobediente que atribuo ao ler *Mulheres Empilhadas* diz respeito às possibilidades levantadas por mim para tal leitura e consequente reflexão, e que utilizarei a obra de Patrícia Melo para me amparar, guiada pela teorização de autores e autoras os quais elejo para estabelecer um diálogo. Dessa forma, parto da compreensão de que o que leva Patrícia Melo a escrever sobre casos de feminicídio pensando nas mulheres indígenas é a existência da necessidade de questionar as bases modernas na nossa própria historiografia literária com base nos incômodos que emergem das margens. Não se trata, meramente, de um deslocamento geográfico, nos moldes de um neo-regionalismo que aponta para o domínio do exótico, como se buscasse a ambientação da narrativa para além dos espaços urbanos.

Conforme suas palavras acerca da escrita da obra, compartilhadas comigo por rede social, obra e escrita, criação e texto final mimetizam as reflexões e incômodo da mulher escritora frente a tantos elementos que se repetem e precisam ser narrados e lidos de um modo outro. De fato, embora talvez a autora não se defina ou tampouco se identifique com um olhar descolonial ou desobediente, é minha leitura que traça tal percurso, e não poderia fazê-lo se optasse por uma fundamentação teórica que não me permitisse ser, também, desobediente.

¹⁸ MIGNOLO, *Desobediência epistêmica*, p. 289.

¹⁹ MIGNOLO, *Desobediência epistêmica*, p. 289.

Assim, partindo das minhas reflexões com base nas leituras teóricas, percebo que é possível enxergar uma escrita de desobediência expressa perante uma tradição literária e ante o sistema de poder e que, de alguma forma, atinge toda mulher brasileira, trazendo à tona uma realidade sobre a qual pouco se conversa no nosso dia a dia porque ainda são analisadas como desconfortáveis e que tendem a ser tratados como casos isolados. Porém, nos capítulos numéricos da obra *Mulheres Empilhadas*, a autora traz uma representação exata do que me refiro aqui como o desconfortável, a partir do momento em que ela menciona os casos reais de feminicídio. Cada capítulo numérico começa pelas palavras “morta pelo”, como nos exemplos a seguir:

2

MORTA PELO EX-MARIDO

Fernanda Siqueira,
vinte e nove anos,
foi assassinada a golpes de faca diante dos vizinhos,
no momento em que devolvia as chaves do apartamento
onde havia vivido com seu ex
até poucos meses antes.
(Melo, 2019, p. 13)

3

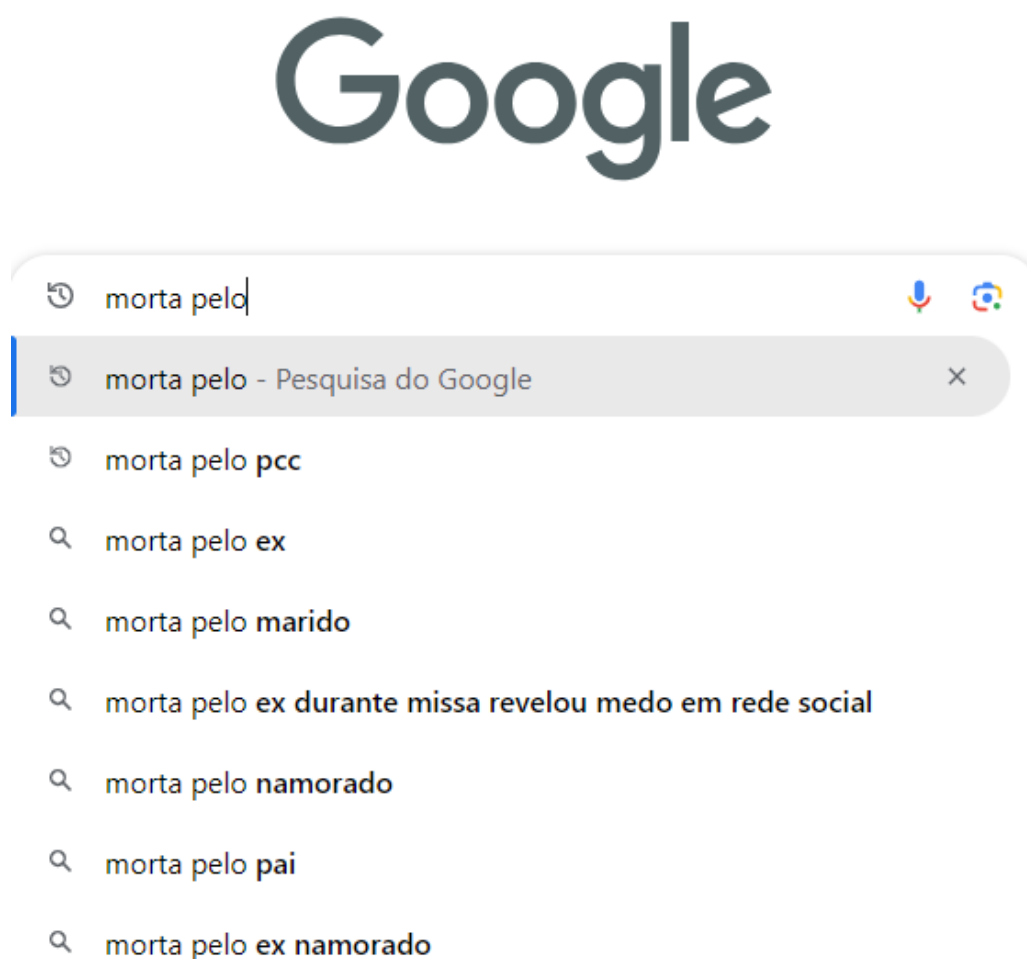
MORTA PELO EX-NAMORADO

Rayane Barros de Castro,
dezesesseis anos,
morreu assassinada a tiros.
Antes de matá-la, o assassino enviou uma mensagem pelo WhatsApp:
“Vou viver a minha vida, mas você não vai viver a sua.”
(Melo, 2019, p. 18)

Aqui trago apenas dois dos doze casos que estão presentes na obra, sendo onze casos reais e um caso fictício, envolvendo as personagens que foram violentadas²⁰ e cujas vidas se empilham no decorrer do relato ficcional. Ao iniciar a leitura desses casos é notório que a maioria das vítimas conhecem seus agressores e esses são fatos explorados no texto. A advogada e a sua amiga, Carla Penteado, em uma conversa após saírem do tribunal chegam à conclusão que, naquele dia de julgamento, em nove dos quatorze casos as vítimas conheciam seus algozes e cinco

²⁰ Nesta pesquisa, o termo "violentadas" é empregado em seu sentido amplo, abrangendo todas as formas de violência que uma pessoa pode sofrer, incluindo física, psicológica, moral ou institucional. Não se restringe, portanto, à violência sexual, mas engloba qualquer tipo de agressão ou violação de direitos.

foram mortas pelo próprio marido²¹. Ao chegarem em casa, Carla observa a maneira como a advogada está surpresa com essa estatística e menciona que ao teclar “morta pelo...” no Google o resultado não seria muito diferente do que elas presenciaram no tribunal. Compartilho, então, uma pesquisa feita por mim no mês de maio de 2024 para confirmar o que as personagens conversaram:



Fonte: Pesquisa do Google, realizada em 02/05/2024.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em seu relatório “*Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*”, na edição de 2023, os principais autores da violência são os companheiros ou ex-companheiros, sendo responsáveis por 58,1% dos casos. Já os agressores desconhecidos correspondem a 24,5% dos casos²², como apresenta a tabela abaixo:

²¹ MELO, *Mulheres Empilhadas*, p. 74.

²² Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Relatório. p. 31.

Tabela 16: Autor da violência mais grave sofrida.

	Total
CONHECIDOS	73,7
Ex-cônjuge/ex-companheiro/ex-namorado	31,3
Cônjuge/companheiro/namorado	26,7
Pai/mãe	8,4
Amigo/amiga	5,9
Irmão/irmã	2,6
Vizinho	2,3
Padastro/madrasta	2,1
Patrão/chefe	1,5
Cliente/ amigo de trabalho	1,2
Filho/filha	1,2
Genro/ Nora	0,5
Primo (a)	0,4
Tio (a)	0,4
Outras pessoas conhecidas	0,5
DESCONHECIDOS	24,5
Ladrão/assaltante	5,2
Desconhecido/ um estranho	4,3
Policial	1,2
Não sabe	15,1
OUTRAS RESPOSTAS	0,3
RECUSA	5,8

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres. Acesso em: 02/05/2024.

Percebe-se, então, que na maior parte do tempo as mulheres estão sujeitas a serem violentadas por quem, via de regra, teria que amá-las e cuidá-las. E, em situações extremas, elas são assassinadas dentro da sua própria casa, lugar este que em princípio remete ao conforto e à proteção. Mas, matar mulheres é um crime democrático, pode-se dizer²³. Basicamente, todas as mulheres são possíveis vítimas, sem importar muito qualquer outro fator para além do fato de serem mulheres (fator que levou à constituição da ideia por trás dos crimes de feminicídio). Paralelamente,

<https://apidspace.universilab.com.br/server/api/core/bitstreams/f485a782-01e7-447e-9768-6f29f124ac1a/content> Acesso em: 02/05/2024.

²³ MELO, *Mulheres Empilhadas*, p. 20.

em princípio homens de todas as classes, raças, credos etc. podem ser potenciais executores de uma forma ou outra de violência, inclusive de feminicídio, em 'um momento de loucura' ou de raiva intensa, sem contar os casos de premeditação ou gradual escala ascendente de violência. Os números comprovam tal assertiva.

Perante o exposto, é na ficção que Patricia Melo abarca em sua escrita tanto uma epistemologia quanto uma 'cultura' de relações de poder e colonialidade pautadas na violência que funda nosso mundo moderno, ao passo que compartilha, através das personagens de sua obra, uma escrita que vai para além da ideia de organização do mundo colonial/moderno persistente até hoje como única forma possível, como um labirinto sem saída.

A partir da e na escrita da autora também consigo reconhecer que a dominação masculina é replicada e desenvolvida ao longo de toda pré-história patriarcal da humanidade²⁴. Ambientada na atualidade, em pleno século XXI, a trama se desenvolve com base na perspectiva de uma mulher proveniente de um espaço de maior privilégio, tendo usufruído de certos benefícios de ordem formativo-educacional e econômica. É, no entanto, vítima como qualquer outra mulher em situação de violência. Desde o momento em que a protagonista está junto às mulheres indígenas, ela percebe que mais uma vez o poder centrado no homem ainda predomina, seja por meio de sua força ou por meio da linguagem. Entretanto, às vezes, é impossível saber como o poder decide, como o poder agenda, como o poder pactua, o que dificulta, para muitos, identificar o que é ou seria ou não aceitável, diferenciando do que é uma forma de violência que deve ser combatida, repelida e eliminada dos padrões de comportamento social e cultural. Apenas por suas consequências é que sabemos o rumo do poder.²⁵ Então, entender a consequência desse poder é admitir que há um pedido - ou variados e distintos pedidos - de resgate das mulheres, tanto das que vivem nas cidades como das que vivem na aldeia, mas que são a todo momento silenciados e sem resposta, quer pelas autoridades governamentais, quer pelas policiais, judiciais ou até mesmo religiosas.

O romance de Melo se constrói a partir de sensações que lhe são provocadas pela sociedade brasileira no decorrer dos séculos. A forma que leio desobedientemente o que está presente na escrita de sua obra também é uma

²⁴ SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p. 96.

²⁵ SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p. 41.

maneira necessária para desprender-me cada vez mais das relações de poder e dominação que pairam no mundo e o configuram, dando uma aparência de naturalidade. Partindo da teorização de Mignolo, desprender-se significa não aceitar as opções que lhe brindam. Não pode evitá-las, mas ao mesmo tempo não quer obedecer²⁶. Assim, nem eu e tampouco Melo e suas personagens queremos obedecer à categoria sistema-mundo moderno que nos inferiorizam e subalternizam; queremos ser divergentes.

Portanto, minha leitura desobediente também se sustenta a partir da criação das personagens do romance, compreendida como componente essencial do trabalho artístico de criação do texto, quer da autora quer da personagem. De fato, a todo momento mostra-se a sensibilidade local e geográfica diante da cidade em que habita, operando de uma forma em que seu discurso está presente em questionamentos dos saberes e das histórias locais com o intuito de estabelecer uma quebra e uma não aceitação de um contexto hegemônico moderno, pensando na ressignificação das histórias de mulheres indígenas que vivem presas em uma mesma categoria de invisibilização e silenciamento.

Deste modo, a maneira que Patrícia Melo conseguiu fugir desse poder eurocêntrico, criando quase que uma válvula de escape para desviar-se da crueldade do feminicídio, foi compondo um espaço geográfico e mítico ao longo da narrativa, que acontece nos capítulos indexados pelo alfabeto grego, tematizando as mulheres indígenas e guerreiras, as Icamíabas, que dão acesso a um universo ritualístico no qual as frustrações, os desejos, os traumas e sua força são concentrados dentro da floresta.

O acesso à floresta se dá pela amizade que a advogada estabelece com um personagem local, Marcos. Ao chegar em Cruzeiro do Sul, a narradora se instala em um hotel, onde conhece o rapaz, filho do dono do estabelecimento. Nos dias seguintes, ambos fortalecem os laços que os unem, desenvolvendo uma amizade que, mais adiante, servirá como ponte para sua conexão com as comunidades indígenas do interior do Acre, uma vez que a mãe de Marcos é indígena e moradora da aldeia Ch'aska. O primeiro contato da protagonista com as Icamíabas surge através dos rituais que aconteciam na aldeia e que, de alguma forma, a levava para um encontro consigo mesma, buscando verdades enterradas e a cura de suas feridas.

²⁶ MIGNOLO. *Desafios coloniais hoje*. p. 19.

Porém, dentre tantos personagens importantes da obra, quero enfatizar, neste momento, Zapira, uma índia²⁷ forte da aldeia Ch'aska.

**- Achei que os pajés fossem invariavelmente homens
- falei para Marcos, no caminho.**

Ele me contou que, no passado, as mulheres não podiam participar dos rituais xamânicos dos Ch'aska. Na aldeia, o papel delas era gerar vidas, preparar o fogo, cozer o feijão, plantar mandioca, tecer fibras, contar histórias, juntar miçangas para o colar sagrado, confeccionar chocalhos, colher o mel e a rotina de Zapira não era diferente das outras mulheres da aldeia. Até que certa manhã, ela acordou e chamou seu pai para lhe contar seu sonho profético: nele havia recebido a visita dos espíritos da floresta, ordenando que ela fosse para o meio da mata e permanecesse por doze luas (...) num ritual preparatório para se tornar xamã dos Ch'aska.²⁸ (MELO, 2019, p. 65-66)

Após contar para o pai, outros pajés e caciques também foram consultados sobre o sonho de Zapira e uns simplesmente riram, outros ficaram indignados e outros zombaram²⁹. Entretanto, Zapira desobedeceu e em uma noite de lua cheia fugiu para a mata:

Obedecendo às ordens recebidas em seus sonhos, lá ficou sem comer bacaba ou araçá-boi (...) e quando os homens Ch'aska a encontraram e quiseram levá-la à força para a comunidade, ela avisou que a aldeia seria consumida pelo fogo se isso acontecesse. (MELO, 2019, p. 66)

De nada adiantou o aviso de Zapira e, ao ser levada de volta para aldeia, um grande incêndio aconteceu:

Assustados, os pajés e os homens da aldeia se reuniram novamente e tiveram que aceitar que a ideia de ter uma mulher pajé talvez não fosse cisma de Zapira, mas decisão dos espíritos, e assim Zapira foi enviada de volta à mata. (MELO, 2019, p. 66)

²⁷ MELO. *Mulheres Empilhadas*, p. 63.

²⁸ Mantenho este trecho em negrito para preservar a formatação e a diagramação presentes no texto original, uma vez que o destaque tipográfico faz parte do projeto gráfico e cumpre função estética e narrativa, intensificando a cena e marcando sua força simbólica.

²⁹ MELO. *Mulheres Empilhadas*, p. 66.

Esse fio narrativo que Patrícia Melo cria desconstrói a categoria de gênero diante da lógica dos eixos estruturais conceituados por Aníbal Quijano. O sociólogo percebe a intersecção de raça e gênero como termos amplos e que o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflitos. Além disso, pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, partindo de uma modernidade que é composta por um conhecimento racional, ou seja, quando a Europa se considera o ponto mais avançado da temporalidade. Esse pensamento europeu que é instituído no momento da colonização sobre os povos indígenas é dividido em dicotomias como racional/irracional, primitiva/civilizada e tradicional/moderna.

Patrícia Melo (re)cria ficcionalmente uma história que um dia já foi real. Com mais detalhes e com desejo de vingança capaz de serem sentidos na realidade de diversas mulheres, Melo tece uma narrativa que exige, de uma maneira implícita ou explícita, que o leitor ou a leitora se questione de uma forma outra a partir da opressão e violência, que não é possível ser romantizada e, muito menos, normalizada, sofrida pelas mulheres indígenas e que tiveram suas histórias apagadas. São, portanto, obrigadas a desconstruir o que foi criado para elas e (re)criar uma nova história, deixando de lado as ordens do patriarcado, como Zapira fez no momento em que desobedeceu um sistema no qual era imposta somente uma liderança masculina.

A partir disso, em *Mulheres Empilhadas* a autora busca mostrar a todo momento o caminho de resistência diante das violências sofridas pelas personagens apresentadas na obra, abordando a realidade brasileira como meio de fundamentar as lutas dos corpos femininos e, sobretudo, as consequências que as mulheres, e reforço em minha leitura em especial as mulheres indígenas, sofrem por uma prática de organização social, um sistema-mundo que as desloca para a margem, para o território do 'outro', do não humano em seu sentido pleno e em igualdade com o masculino e também com determinado padrão racial.

Aproprio-me do conceito de Pessanha (2018) e nomeio Patrícia como minha *aliada hospitaleira*³⁰, pois ela escreve, e eu leio com urgência e desobediência. Assim,

³⁰ O conceito de *aliança hospitaleira*, que será aprofundado nos capítulos seguintes, diz respeito à minha postura de leitura, que não toma a autora e sua obra como meros objetos de análise, mas como presenças com as quais estabeleço um diálogo. Nesse encontro, leitura e interpretação tornam-se práticas partilhadas, nas quais há trocas, afetos e construções de sentido mútuo.

embora a escritora não faça - explicitamente - uma opção descolonial ou epistemicamente desobediente, segundo as considerações de Walter Mignolo, é possível fazer uma leitura desobediente através da observação da própria elaboração artística da obra e suas personagens. A protagonista em todo momento revela sua visão e sensibilidade diante do local em que habita, um jogo entre velar/revelar operado pela forma em que seu discurso está presente em questionamentos dos saberes e das histórias locais, com o intuito de estabelecer uma ruptura e uma não aceitação do contexto hegemônico moderno.

À guisa de primeiras conclusões que fomentam outras reflexões, as considerações e questionamentos aqui desenvolvidos evidenciam e propõem leituras desobedientes, pensando na ressignificação das histórias de mulheres que são relegadas a permanecer aprisionadas na mesma categoria de invisibilização e silenciamento. Para isso, busco caminhar, via leitura, com Patrícia Melo para, a partir dela e com ela, reverberar uma epistemologia outra que preze pelas vidas e sensibilidades das mulheres partindo do que é incômodo e tecendo críticas em busca de mudanças políticas, éticas, culturais, sociais, discursivas e reais, pois a realidade das múltiplas violências contra as mulheres nos obriga à reflexão e à ação.

1.2 Construções sobre gênero e violência

O gênero não é uma propriedade do indivíduo ou de um corpo em si mesmo. Até mesmo a noção de identidade de gênero como parte do eu repousa sobre um entendimento cultural. (Oyêwùmí, 2021, p 79)

Penso, escrevo e teorizo como uma extensão do meu *bios*, tendo em vista que sou um corpo-feminino-nordestino alocado na região Centro-Oeste e que vivencio minha pesquisa sobre uma obra que tem sua narrativa principal retratada no Norte. Quando me refiro aos meus lugares/regiões no mundo, devo destacar que a minha ligação com o Norte não se dá somente pela escrita da Patrícia, mas, também, por memórias compartilhadas e laços criados com pessoas que encontrei ao longo da minha trajetória acadêmica/pessoal e que fez-se meus familiares, contribuindo com minha escrita neste trabalho a partir dos saberes locais, histórias e, principalmente, sensibilidades. Compreendo que minha teorização está sempre em construção e em busca de algo novo ou em busca, também, de alguma solução para os incômodos que são antigos e que ainda me atravessam.

Como já mencionado, faço de Patrícia minha aliada, entretanto, ela não é a única. Durante minhas pesquisas fui, por inúmeras vezes, ao encontro de Rita Laura Segato - já mencionada neste trabalho. Mesmo sendo um encontro por meio de livros e vídeos, Rita se faz presente por uma escolha minha e que hoje me ajuda a teorizar acerca de uma proposta *outra*. Ao sentir, pensar e questionar os incômodos que *Mulheres Empilhadas* me trouxe, a partir dos escritos da antropóloga consegui encontrar respostas e algumas soluções possíveis que me fizeram entender, de fato, o que acontece com o corpo feminino, suas violações e a ideia de lealdade masculina, encenada em muitos atos repetidos ao longo dos séculos, cujos sentidos também se repetem e repercutem.

A relação aqui estabelecida entre mim, Rita e Patrícia percorre meu pensamento crítico que vai além de uma ordem geográfica, sendo, então, uma relação assentada em uma epistemologia de cunho decolonial e dentro da crítica feminista que des-pensa um sistema patriarcal engendrado. Valho-me de tal informação para iniciar uma reflexão acerca da existência do patriarcado que ao longo do tempo diverge opiniões e argumentos de muitas pesquisadoras tais como María Lugones, Oyèrónké Oyěwùmí e Rita Segato.

No subtítulo anterior, recuperei o conceito de colonialidade do poder guiado por Quijano e por Mignolo. No entanto, é preciso expandir esse debate pensando na ideia proposta pelas autoras já mencionadas anteriormente sobre a construção do gênero em nossa sociedade. A respeito da concepção de Segato e seu olhar sobre a complexidade do sistema de gênero, bem como através do conjunto de suas pesquisas, a professora reconhece e afirma que enquanto o mundo pré-colonial é dual, o mundo colonial/moderno é binário; em contraposição, Oyěwùmí e Lugones afirmam que o sistema de gênero foi imposto pelo processo de colonização e que o patriarcado era inexistente no período pré-colonial.

No artigo intitulado *Colonialidade e Gênero*, presente no livro “Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais” (2020), lançado pela editora Bazer do Tempo e Organizado por Heloisa Buarque de Hollanda³¹, María Lugones entende que o pensamento de Quijano é fundamental para analisar a crítica e a complexidade da colonialidade criada por ele, o que denomina como sistema moderno colonial de gênero ou, em outras palavras, um sistema binário, racializado, capitalista e

³¹ Heloisa Teixeira, pesquisadora que, infelizmente, faleceu em março de 2025.

heteronormativo. Porém, o eixo da colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero.³² Lugones aponta ainda que, para Quijano

as lutas pelo controle do “acesso ao sexo, seus recursos e produtos” definem a esfera sexo/gênero e são organizadas a partir dos eixos da colonialidade e da modernidade. Essa análise da construção moderna/colonial do gênero e seu alcance são limitados. (LUGONES, 2020, p. 54)

A categoria de gênero de Quijano não considera o sexo como uma construção, mas como algo inato/biológico. Surge então a discordância de Lugones diante das ideias que Quijano defende pois, para a filósofa argentina, o crítico compreende que é possível definir quem são homens e mulheres com base na biologia, ao passo que Lugones afirma que gênero não pode ser reduzido a sexo. Na esteira dessa argumentação, é indispensável utilizar o pensamento de Teresa de Lauretis³³ para contribuir com esta teorização, pois a estudiosa ressalta que o conceito de gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados - a cultura da mulher, a maternidade, a escrita feminina, a feminilidade etc. - acabaram se tornando uma limitação, como uma deficiência do pensamento feminista. (LAURETIS, 2019, p.121). Dessa forma, essa “diferença sexual” é uma diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino, derivada não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos.³⁴

Assim, essa redução que Quijano faz ao gênero está alocada no pensamento que os homens têm o controle e as mulheres são o recurso. A disputa pelo controle do sexo é feita entre homens competindo entre si; o feminino e as mulheres não disputam em nenhum nível o controle do acesso ao sexo,³⁵ como se elas não tivessem capacidade ou como se não fossem incluídas na luta pelo controle da sexualidade.

María Lugones, ao criticar o padrão de pensamento de Quijano, que não assume que o gênero é construído para além do sexo e suas supostas categorias biológicas, permite fazer um giro paradigmático para entender os processos de mudanças que foram totalmente permeados pela colonialidade do poder no sentido de inferiorização das mulheres colonizadas. E, para entender o sistema de gênero, é preciso entender que para Lugones

³² LUGONES, *Colonialidade e gênero*, p. 13.

³³ Professora e teórica feminista italiana, amplamente reconhecida por suas contribuições para os estudos de gênero, cinema, literatura e teoria crítica. Ela é especialmente conhecida por seu trabalho nas áreas de teoria feminista, estudos de gênero, sexualidade e sua intersecção com as artes.

³⁴ LAURETIS, *A tecnologia de gênero*, p. 121.

³⁵ LUGONES, *Colonialidade e gênero*, p. 14.

A redução do gênero ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é uma questão ideológica, apresentada como biológica, e é parte da produção cognitiva da modernidade que conceitualizou a raça como “atribuída de gênero” e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas para europeus/eias brancos/as e para colonizados/as não brancos/as. (LUGONES, 2020, p. 72)

Deste modo, a colonialidade do poder faz parte de um eixo que estabelece o controle de todas as áreas da vida. A partir dos controles e atribuições é que se estrutura todo nosso sistema econômico político e social, enquanto imposição colonial, reduzindo o espaço da mulher e retratando o feminino sempre como frágil, fraco e passivo.

Para reforçar a crítica de que a biologia é inventada, Lugones recorre à autora Julie Greenberg, quem observa, em seu estudo, que o que se entende por sexo biológico é construído e que, por um período, a presença ou ausência do ovário era definidor do sexo. Entretanto, há diversos fatores que influenciam na definição do sexo como, por exemplo, os cromossomos, as gônadas, a morfologia externa e aquele que a própria pessoa designa a si mesma. Mas, de qualquer forma, a biologia é uma interpretação cirurgicamente construída.

Greenberg (*apud* Lugones, 2020, p. 15) também cita exemplos de como indivíduos intersexuais na sociedade europeia são forçados pelo Estado ou por procedimentos médicos a se enquadrarem em alguma sexualidade/categoria de “macho” ou “fêmea”. De fato, são consideradas anomalias as alterações dos corpos que fogem ao padrão da normalidade dos atributos genéticos e físicos do gênero biologicamente constituído. Além do mais, o trabalho de Greenberg permite que Lugones sinalize uma pressuposição ao modelo que Quijano oferece. Assim, ela afirma que

O dimorfismo sexual é uma característica importante para aquilo que chamo “o lado iluminado/visível” do sistema de gênero moderno/colonial. Aqueles localizados no “lado obscuro/oculto” não são necessariamente entendidos em termos dimórficos. (LUGONES, 2020, p. 62)

A palavra “dimorfismo”, de acordo com o dicionário, refere-se à presença de dois tipos distintos de indivíduos dentro de uma espécie. Nesse contexto, a autora argumenta que ser considerado dimórfico é um privilégio associado à branquitude e à cultura europeia. Durante o período da colonização, quando os europeus chegaram

às terras dos povos originários, eles se recusaram a descrever os indígenas como homens ou mulheres. Em vez disso, frequentemente os retratavam de maneira caricata, enfatizando características físicas exageradas, como órgãos sexuais proeminentes ou seios grandes. Dessa forma, evitam aplicar as categorias de feminino e masculino aos povos originários. É a partir dessa reflexão que Lugones se refere ao que chama de lado obscuro e oculto do sistema de gênero e, junto ao pensamento de Greenberg, ela compreende a maneira como o dimorfismo sexual serviu, e ainda serve, à exploração/dominação capitalista global eurocêntrica.

Outro resgate que Lugones faz é do pensamento da Paula Gunn Allen³⁶, que ressalta que as comunidades tribais eram matriarcais e que reconheciam positivamente tanto a homossexualidade como o “terceiro” gênero, e entendiam o gênero em termos igualitários. Depois da imposição do capitalismo eurocêntrico tais termos ficaram conhecidos como subordinados, uma percepção de ‘fora’, imposta a tais grupos via dominação e colonização. Além disso, para Allen a inferiorização das mulheres indígenas estava ligada à dominação da vida tribal. Dessa forma, a autora articula ideias a respeito da destruição da ginocracia³⁷, na qual as mulheres tinham autonomia política e uma forte participação nas decisões. Tal ruptura foi crucial para a dizimação de populações através da fome, de doenças e da quebra de todas as estruturas econômicas, espirituais e sociais³⁸. Essa destruição se deu devido às instituições de governo tribal e às filosofias que foram fundamentalmente aniquiladas, transformando os sistemas tribais em dependentes das instituições brancas para a sua sobrevivência, tendo como nova forma de constituição o patriarcado.

O entendimento do gênero faz parte de uma das características que a colonialidade buscou destruir nas sociedades indígenas. Nesses contextos, o gênero não era compreendido em termos biológicos, como na matriz ocidental moderna, mas definido por outros elementos simbólicos e espirituais. Entre diversos povos, a identidade de gênero podia ser reconhecida a partir de sonhos, visões e experiências espirituais que revelavam o caminho social daquele indivíduo, bem como por sua inclinação ou habilidade para determinadas funções, responsabilidades e modos de se relacionar com a comunidade.

³⁶ Autora nativa americana, crítica literária, ativista e acadêmica conhecida por suas contribuições aos estudos indígenas americanos e ao campo nascente do feminismo indígena.

³⁷ Sistema de governo baseado no poder das mulheres.

³⁸ LUGONES. Colonialidade e gênero, p. 67.

Assim, o gênero era concebido de forma relacional e cosmológica, e não como uma classificação rígida atrelada ao corpo. Entretanto, à medida que os colonizadores brancos exercem a sua influência sobre as tribos, educando os homens indígenas nos moldes britânicos para ocuparem “papéis patriarcais”, as mulheres enfrentavam crescente indiferença dentro das comunidades. Isso resultou em sua subordinação e nas múltiplas violências.

As pesquisas de Paula Gunn Allen, para Lugones, são essenciais para entender a chave principal quanto aos níveis da diferença de gênero e, sobretudo, a heterossexualidade. Segundo Lugones, a heterossexualidade é construída miticamente, bem como obrigatória, e permeia toda a colonialidade do gênero.³⁹ A autora ainda afirma

que essa heterossexualidade tem sido coerente e duramente perversa, violenta, degradante, e sempre funcionou como ferramenta de conversão de pessoas “não brancas” em animais e de mulheres brancas em reprodutoras da Raça (branca) e da Classe (burguesa). (LUGONES, 2020, p. 70)

Dito isso, tudo o que se entende atualmente sobre o termo heterossexual foi construído em nossa sociedade. Isso não significa que homens e mulheres não se relacionaram durante o período de pré-colonização, mas sim que essas relações não possuíam o mesmo peso e significado econômico, social e político que tem hoje.

Dentre as autoras aqui citadas, Lugones também amplia seu pensamento a partir das reflexões de Oyèrónké Oyěwùmí — socióloga e pesquisadora nigeriana reconhecida por suas críticas ao caráter ocidental e colonial das categorias de gênero. Em seus estudos sobre o povo iorubá, grupo étnico da África Ocidental marcado por complexas organizações sociais e cosmológicas, Oyěwùmí demonstra que, antes da colonização europeia, as categorias de “macho” e “fêmea” não estruturavam a vida social de modo hierárquico. A partir dessa perspectiva, Lugones busca compreender como, na América Latina, a colonialidade produziu classificações binárias e opositivas, nas quais sujeitos passaram a ser constantemente definidos em relações de uns contra os outros — ou outras.⁴⁰

Dialogando com base no livro *A invenção das mulheres*, publicado em 2021 pela editora Bazar do Tempo, o gênero não era um princípio organizador na sociedade

³⁹ LUGONES. Colonialidade e gênero, p. 70.

⁴⁰ Oyěwùmí. *A invenção das mulheres*, p. 69.

iorubá antes da colonização (Oyěwùmí, 2021, p. 69). Ou seja, a dicotomia que categoriza macho e fêmea, homem e mulher, era inexistente. Tais categorias são criações da prática social ocidental e não estão livres de associações hierárquicas e oposições binárias nas quais o macho implica o privilégio e a fêmea, subordinação.⁴¹ Posto isto, María Lugones ainda aponta que o capitalismo eurocêntrico global se constitui por meio da colonização, e as diferenças de gênero foram introduzidas onde antes não havia nenhuma.

Com base no pensamento da autora nigeriana, o Ocidente falha em reconhecer algumas práticas e pensamentos iorubás, tendo em vista que essas não são opostas nem hierárquicas. Para isto, a autora destaca as palavras *obìnrin* e *okùnrin* que, respectivamente, são categorizadas como “fêmea/mulher” e “macho/homem”, entretanto, esse é um erro de tradução influenciado pelos ingleses e uma palavra não deriva etimologicamente da outra, mas especificam a variedade da anatomia e indicam as diferenças fisiológicas entre as duas. Oyěwùmí também documenta que no Ocidente mulheres/fêmeas são o Outro, enquanto os homens/machos são a norma. Portanto,

Na concepção iorubá, *okùnrin* não é postulado como a norma, a essência da humanidade, contra a qual *obìnrin* é o Outro. Nem é *okùnrin* uma categoria de privilégio. *Obìnrin* não é classificada em relação a *okùnrin*; não tem conotações negativas de subordinação e ausência de poder e, acima de tudo, não constitui em si uma classificação social. (Oyěwùmí, 2021, p. 71)

Esses termos iorubás referem-se apenas a diferenças fisiologicamente marcadas e não tem a intenção de separar em superior e inferior. Para as mulheres *iorubá obìnrin*, o desafio é diferente pois a ideia de uma humanidade sem distinção de sexo não é um ideal distante ou uma memória a ser resgatada; essa concepção já faz parte de sua cultura. Já para o feminismo ocidental, o desafio é encontrar um caminho que transcenda a categoria “mulher” e alcance uma humanidade sem marcações de sexo, algo que existia na cultura iorubá, mas que foi desintegrado pelo impacto da colonização.

A associação colonial entre anatomia e gênero, outro ponto pertinente que Oyěwùmí aborda em seus escritos, é parte de uma oposição binária e hierárquica central para a dominação: ao definir as mulheres como aquelas que não possuem

⁴¹ Oyěwùmí. *A invenção das mulheres*, p. 69.

pênis, designa-se que estas não têm poder e não podem participar da arena pública. Então, para facilitar o entendimento anatômico, a autora se vale das expressões *anamacho*, *anafêmea* e *anassexo*, pois assim é possível reconhecer as distinções fisiológicas sem projetar inerentemente uma hierarquia das duas categorias sociais⁴². Além disso, na cultura iorubá, a senioridade é a classificação social das pessoas com base em suas idades cronológicas e que, ao contrário do gênero, é compreensível apenas como parte dos relacionamentos e não é rigidamente fixada no corpo, nem dicotomizada.⁴³

O que se conclui pelo pensamento de Lugones e Oyěwùmí é que toda distinção de gênero foi imposta pela colonização e foi construída como algo obrigatório e que a sociedade deveria seguir de acordo com as regras, de tal modo que a hierarquização e as ideias de dominação/submissão se espalharam a ponto de ser normalizadas, dando a aparência 'natural' de um mundo que é, em realidade, artificial, construto de relações de poder. Refletir sobre essas estruturas de organização do gênero é compreender um mecanismo colonial que visa principalmente a dominação dos povos, com o objetivo de roubar suas riquezas e enfraquecer suas estruturas políticas e econômicas.

Para compor essa construção de pensamentos dentro da crítica feminista quero mencionar, agora, o olhar de Rita Segato que se agrega ao das autoras que considere, ponderando a ideia de que a colonização de gênero é inseparável da racialização. O que a antropóloga argentina enfatiza é que

dados históricos e etnográficos sobre mundos tribais comprovam a existência de estruturas reconhecíveis de diferença e hierarquia semelhantes ao que chamamos de relações de gênero. Percebem-se hierarquias claras de prestígio entre masculinidade e feminilidade, representadas por posições que poderíamos chamar de homens e mulheres. Apesar do caráter reconhecível dessas posições de gênero, o mundo tribal permite mais trânsito e circulação entre posições do que o gênero ocidental moderno. (SEGATO, 2021, p. 100)

No modelo de compreensão de Segato, o gênero sempre existiu, mas de uma forma diferente e com consequências distintas, menos opressoras, em relação aos notados nos tempos modernos.⁴⁴ Nesse viés, a autora indica que

⁴² Oyěwùmí. A invenção das mulheres, p. 72.

⁴³ Oyěwùmí. A invenção das mulheres, p. 83.

⁴⁴ SEGATO, Crítica da colonialidade em oito ensaios, p. 101.

por um lado, (...) o gênero existe, mas de uma forma diferente da que assume na modernidade. E, por outro, que quando essa colonial/modernidade intrude o gênero da aldeia, modifica-o perigosamente. Intervém na estrutura da aldeia, apreende-as e as reorganiza a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade, mas transformando os sentidos, ao introduzir uma ordem agora regida por normas diferentes. (SEGATO, 2012, p. 118)

Quando o mundo-aldeia é invadido pela modernidade, instauram-se novas democracias que, inevitavelmente, acabam gerando algo destrutivo. Além disso, o contato colonial com o gênero da aldeia trouxe mudanças perigosas, criando uma ilusão de continuidade ao que já existia antes, mas, na verdade, está transformando o significado e incluindo novas regras. Assim, as nomenclaturas persistem, porém, são interpretadas segundo uma nova ordem moderna, tendo em vista que as linguagens hierárquicas anteriores se tornam hiper-hierárquicas após entrarem em contato com o discurso moderno da igualdade⁴⁵.

Portanto, a partir da existência de algumas estruturas relacionadas ao gênero, a autora observa que há práticas e formas de transitividade que foram permitidas no mundo tribal, mas que foram proibidas pelo sistema moderno colonial. Seguindo esse pensamento, Segato tem um olhar outro quando analisa a estrutura dual, que se refere ao mundo-aldeia, e quando analisa o mundo binário, presente na sociedade colonial-moderna. Porém, é interessante ressaltar que o dualismo e o binarismo pertencem a estruturas distintas.

O binário, como a pesquisadora define, é a sociedade do um e seus outros. É uma estrutura que vai ao rumo da anormalização, a minorização e marginalização das diferenças a partir de um centro que relega seus outros à condição de minorias residuais em relação ao sujeito universal⁴⁶. No mundo dual, há uma organização comunitária. Embora haja uma distinção de trabalho em que o homem permanece no espaço público - se preparando para o formato da masculinidade, realizando tarefas que incluíam participar de expedições de caça e contatar aldeias e povos próximos⁴⁷, - e a mulher persiste em casa com os afazeres domésticos, havia a questão da politicidade desse espaço que tinha um impacto coletivo no mundo-aldeia. Ou seja, as mulheres no mundo comunal não eram consideradas 'menos', inferiores, apenas em

⁴⁵ SEGATO, *Crítica da colonialidade em oito ensaios*, p. 102.

⁴⁶ SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p. 16.

⁴⁷ SEGATO, *Crítica da colonialidade em oito ensaios*, p. 104.

razão da divisão de trabalho. Elas tinham poder de decisão coletiva que, por causa da passagem para a colonial-modernidade, se perdeu e houve o sequestro da política na vida doméstica, a privatização e a marginalização desses espaços. Desse modo,

a colonização envolveu uma perda radical de poder político para as mulheres, onde quer que existisse, ao passo que os colonizadores negociavam com certas estruturas masculinas, ou as inventaram, com o objetivo de fazer aliados. Os colonizadores também promoveram a “domesticação” das mulheres: um distanciamento e uma sujeição que facilitaram o empreendimento colonial. (SEGATO, 2021, p. 104)

Por isso, a dualidade do mundo-aldeia se torna binarismo, já que a deliberação que existia no mundo dual foi decaindo e as mulheres passaram a ser sujeitas isoladas e associadas a um espaço privado, enquanto o poder do homem transitava para o Estado e pela esfera do público e político. Ademais, há uma superinflação da importância dos homens dentro da comunidade, dado seu papel de intermediários com o mundo externo - com os homens de outras aldeias e, também, com a administração branca. Mas, por outro lado, os homens enfrentam a emasculação e a perda de *status* quando se aventuram para fora de sua comunidade e enfrentam o poder do homem branco.

A posição masculina quando promovida a esse *status* superior adquire a capacidade objetificadora a partir do olhar colonial que, ao mesmo tempo, é gerencial e pornográfico. Essa superinflação dos homens na aldeia os coloca sob domínio do colonizador. Tal domínio desencadeia a violência porque obriga os homens a exibirem a sua capacidade de controle para resgatar a masculinidade que foi atacada lá fora. Diante do exposto, Segato assegura que é impossível sustentar a visão de que o patriarcado não existia na sociedade pré-colonial, já que os homens estão divididos em lealdade ao código patriarcal e a lealdade ao seu povo. Por isso, é possível afirmar que a presença de um domínio patriarcal pré-colonial tornou o homem vulnerável à intrusão colonial e abriu as portas para a colonização.⁴⁸

Enquanto os homens estavam sendo contaminados pelo processo de colonização, as mulheres passaram a ser objetos exteriorizados, ou seja,

a ruptura dos laços entre as mulheres e suas alianças políticas teve resultados fatais. As mulheres tornaram-se progressivamente mais vulneráveis à violência masculina, intensificada pelo estresse da pressão colonial. O

⁴⁸ SEGATO, Crítica da colonialidade em oito ensaios, p. 106.

confinamento compulsório do espaço doméstico e das mulheres que nele habitam tem consequências terríveis em termos da violência a que são submetidas. (SEGATO, 2021, p. 107)

Na estrutura binária, em que as relações são estabelecidas com base no "outro", é preciso que o "outro" indígena, o "outro" não branco e a mulher devam passar por um processo que converta sua diferença em uma identidade reconhecível dentro do padrão global⁴⁹. Caso isso não ocorra, esses indivíduos, por não se ajustarem ao ambiente considerado neutro, são vistos como um excesso, uma anomalia que foge às normas estabelecidas.

As consequências sofridas pelas mulheres durante esse período (e até hoje) são frutos de um processo moderno que impôs marcas profundas ao corpo feminino, tornando cada vez mais viável a prática do feminicídio, uma vez que a privatização da mulher a coloca à margem do interesse público. Assim, as mulheres se tornaram habitantes de uma paisagem vista como residual, marginal, "restos" da vida política. Isso afetou de modo severo nossa segurança, nos deixando desprotegidas e vulneráveis, além de violar e desproteger a vida coletiva. (SEGATO, 2022, p. 32). Dessa forma, as instituições (Estado, política, direitos e ciência) enxergam as mulheres domesticadas como sobras marginais fora das questões de interesse geral e importância universal.⁵⁰

Quando o espaço doméstico perde seu caráter político, os laços comunitários se tornam frágeis, o que resulta em uma transição na qual as mulheres acabam sendo subjugadas aos homens. Esse processo dá origem a uma nova forma de manipulação, ao mesmo tempo em que se tenta construir a ideia de que essa dinâmica sempre existiu. No entanto, conforme teorizei anteriormente, a hierarquia nas relações de gênero já existia, mas se intensificou com a chegada da colonização. As relações de gênero, marcadas por uma distribuição desigual de poder e prestígio, tornaram-se ainda mais desiguais com a intervenção do Estado e a consolidação da ordem colonial moderna, impondo suas violências.

Dado o exposto, a construção de pensamento guiado até aqui revela a complexidade da dinâmica colonial na constituição das relações de gênero, mostrando que a imposição do patriarcado e a violência colonial transformaram as mulheres e os

⁴⁹ SEGATO, Crítica da colonialidade em oito ensaios, p. 109.

⁵⁰ SEGATO, Crítica da colonialidade em oito ensaios, p. 107.

homens de modo desigual, mas igualmente prejudicial. A colonização não apenas reforçou a vulnerabilidade das mulheres, sobretudo as mulheres indígenas (e também mulheres negras), tornando-as objetos da violência masculina e despojadas de seus vínculos políticos, mas também forjou uma masculinidade que se consolidou por meio da violência e da brutalidade.

Busco reiterar que essa ‘masculinidade’ é uma pedagogia de expropriação e controle, compactuando com o silêncio entre seus pares, organizando uma corporação masculina cada vez mais forte, mergulhado nos regimes da donidade⁵¹, do poder patriarcal e estatal. Além disso, Segato enfatiza que

a masculinidade tem, em linhas gerais, a estrutura organizacional de uma corporação, assim como são também corporações as máfias, as forças policiais, os grandes conglomerados econômicos, todas as forças militares e o Poder Judiciário. Duas características essenciais confirmam que a fraternidade masculina é uma corporação replicada em outras estruturas de poder e de prestígio: a lealdade ao grupo corporativo é o valor supremo ao qual todos os outros valores estão subordinados, e seu ordenamento interno é estritamente hierárquico e autoritário. (SEGATO, 2022, p. 93)

A masculinidade, conforme comprovado por Segato, configura-se como uma estrutura de poder que exige reafirmação constante entre seus pares. Trata-se de uma fraternidade masculina que se consolida por meio do controle e da dominação, perpetuando o autoritarismo e a subordinação feminina. Nesse contexto, o corpo da mulher é reduzido a uma função utilitária, ocasionalmente como suporte para os homens dentro dessa lógica patriarcal.

Essa estrutura, no entanto, não se limita a organizações formais ou instituições específicas, mas opera de maneira difusa e estrutural. Por meio de práticas, valores e comportamentos cotidianos, essa “corporação masculina” sustenta a desigualdade de gênero e reafirma a superioridade masculina. Também é por meio dessa “fraternidade” ou “mandato de masculinidade” - como Segato chamava antes de denominar “corporação” - que lesionar uma mulher era o cumprimento de um comando inapelável imposto aos membros e que a agressão contra os corpos das mulheres era uma

⁵¹ No tocante ao pensamento de Segato, o mundo de hoje é um mundo de donos. Os regimes da donidade e do poder patriarcal são semelhantes, porque o patriarcado é um esquema de poder constelado em torno dos donos da vida, cujo poderio se expressa precisamente no controle que detêm sobre o corpo das mulheres. SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p. 49-50.

declaração de masculinidade diante do mundo; uma forma expressiva, não instrumental, de violência.⁵²

O poder estatal, longe de ser um mecanismo neutro ou de proteção universal, alinha-se à lógica patriarcal que organiza essa corporação masculina. Seja por meio da inoperância do sistema judiciário diante da violência contra as mulheres (espaço em que repetidas vezes se vê de modo gritante um sistema/estrutura de fraternidade, masculina, em apoio mútuo, minimizando atos violentos e/ou motivações), da impunidade que prevalece nos casos de feminicídio ou da ausência de políticas públicas efetivas, o Estado se torna cúmplice na reprodução da dominação masculina. Dessa forma, ao se aliar a essa dinâmica, nega a segurança e a proteção das mulheres, perpetuando sua vulnerabilidade. Isso ocorre porque, enquanto o Estado finge oferecer soluções para a violência de gênero com uma mão, com a outra, já introduziu uma versão de modernidade baseada na razão instrumental capitalista.⁵³

Essa contradição evidencia como as instituições estatais, ao não interromperem a perpetuação da violência masculina, se tornam cúmplices desse sistema de dominação. Dessa forma, as instituições não apenas falham em proteger as mulheres, mas também contribuem ativamente para a manutenção de um ciclo de violência estrutural que subordina e silencia as vítimas. No caso das mulheres indígenas, essa opressão se agrava devido à interseccionalidade entre gênero, etnia e território. Segundo Crenshaw (2002):

a violência contra mulher baseada na raça ou na etnia são, geralmente, os exemplos mais conhecidos de opressão interseccional. Essa violência pode ser concebida como uma subordinação interseccional intencional, já que o racismo e o sexismo manifestados em tais violações refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violação explícita de gênero. (CRENSHAW, 2002, p. 178)

A partir desse pensamento, as violências contra as mulheres não podem ser analisadas apenas a partir de uma perspectiva isolada de gênero ou de raça; é preciso reconhecer que essas formas de opressão se entrelaçam, produzindo experiências específicas de subordinação. Quando a violência é direcionada a mulheres com base em sua raça ou etnia, ela não se limita a um ato de sexismo nem a um ato de racismo isolado, mas constitui uma subordinação interseccional, tornando-se densa, complexa, em distintas dimensões, o que dificulta ainda mais sua identificação,

⁵² SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p. 92.

⁵³ SEGATO, *Crítica da colonialidade em oito ensaios*, p. 90.

classificação e combate. Ou seja, as mulheres são simultaneamente (dupla ou triplamente) alvos de discriminação por seu gênero e por sua identidade racial ou étnica. Essa violação intencional reflete um enquadramento social que associa determinados corpos femininos a categorias de inferioridade, legitimando formas de violência que reforçam estereótipos raciais e de gênero.

A compreensão acerca da opressão contra as mulheres se fundamenta nesse mesmo enquadramento, no qual se concretizam múltiplas violações infligidas aos corpos femininos, expondo-os a diversas formas de violência, à exploração de seus corpos e territórios e à marginalização de suas vozes nos espaços de decisão. A omissão do Estado diante dessas violências reforça a invisibilização dessas mulheres, perpetuando um histórico de negação de seus direitos e de sua autonomia.

1.3 Enxugar o chão com a torneira aberta: como o Estado se torna aliado do sistema de dominação

E eu, para a lei, sou Eva. Senhores, ela comeu a maçã, dirá a defesa. Para me encontrar basta dar uma olhada no *Malleus Maleficarum*. Fico ali, à esquerda do réu Amir. Nua. Tenho intenções diabólicas. Durmo com o demônio. Senhores, essa moça preparou poções com casca de bode e olho de cobra. Sabem o que é isso? (MELO, 2019, p. 113).

A antropóloga Marcela Lagarde y de Los Ríos⁵⁴ foi a primeira estudiosa feminista mexicana a se pronunciar sobre os casos de feminicídios, ou seja, de assassinatos de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero. Lagarde usou tal conceito para denominar o conjunto de violações aos direitos humanos das mulheres que existem e persistem nas mortes e desaparecimentos de mulheres no México (LAGARDE, 2008, p. 216). As discussões já existiam por décadas, mas ganharam força a partir dos anos 1990. Para a autora, o feminicídio evidencia a desigualdade estrutural entre mulheres e homens, revelando como a dominação masculina sobre estas se manifesta na violência de gênero, que atua como um mecanismo para perpetuar a opressão feminina. No Brasil, vale a ressalva de que o termo feminicídio passou a ser popularizado a partir da tipificação legal ocorrida com a Lei n. 13.104/2015, de 9 de março de 2015, como qualificadora, ou circunstância de

⁵⁴ María Marcela Lagarde y de los Ríos é uma antropóloga e pesquisadora mexicana, especializada em etnologia. Ativista e teórica, dedica-se ao estudo antropológico da condição feminina, tratando de temas como o cativo das mulheres, cuidado, sexualidade, amor, poder, trabalho, violência, subjetividade, religião, direito, maternidade, sororidade, etc.

agravamento, do homicídio. Um avanço em termos de possibilidade de repressão e punição para crimes contra mulheres.

É nítido que, em *Mulheres Empilhadas*, a narrativa direcionada ao feminicídio retrata a maneira que a política estatal menospreza a situação diante do agravamento das estatísticas relacionadas aos casos de violência contra mulheres. Esse é um processo político que se organiza com a intenção de pausar e coibir as novas formas de violência que a sociedade enfrenta, mas muitas vezes concentram essa força e expectativa somente nas garantias estatais e legais de proteção.

É neste ponto de reflexão que, a partir do momento em que a personagem advogada se deu conta do projeto sobre os casos de feminicídio, entendeu que o livro que será produzido pela empresa na qual trabalha

era sobre a forma como o estado produz assassinos ao sancionar a assimetria nas relações de gênero. “Vamos falar sobre matança autorizada de mulheres”, simplificava ela. “Dez mil casos de feminicídio nos tribunais, sem solução.” (MELO, 2019, p. 24)

Esta passagem do livro me trouxe alguns questionamentos acerca de como esses casos são, de fato, tratados e/ou solucionados - ou ainda, desenvolvidos juridicamente - na realidade em que vivo. Por meio de minhas pesquisas - para as quais tenho dificuldades de obter respostas pois, por muitas vezes, os fatos não chegam à grande mídia - observei que no ano de 2017, dez mil casos de feminicídios ficaram sem solução⁵⁵ e que o número de casos é maior do que a Justiça pode julgar. Já no ano de 2019, ano da publicação da obra aqui trabalhada,

o Mês Nacional do Júri promoveu 3.775 julgamentos de crimes dolosos contra a vida. Desse total, 1.500 (40%) foram processos de crimes antigos e 319 (8%) se referiram ao crime de feminicídio. Ao comparar os números de 2018 e 2019, houve um crescimento de 6% no total de julgamentos pautados e de 7% no de realizados.⁵⁶

⁵⁵ Um total de 10.786 processos de feminicídio – assassinatos de mulheres em função do gênero – aguardavam julgamento nos tribunais estaduais de Justiça do Brasil. O dado é de um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O ano de 2017 terminou com 10,7 mil processos de feminicídio sem solução da Justiça, destaca o relatório. O número é mais que o dobro do registrado em 2016, que foi de 5.173. Ver mais na reportagem intitulada “Dez mil feminicídios ficaram sem solução no Brasil em 2017. Disponível em: <https://p.dw.com/p/2zzAx>

⁵⁶ Em novembro de 2019, ocorreu a mais recente edição do programa “Mês Nacional do Júri”. Uma novidade implementada nesta edição foi a priorização do julgamento dos chamados crimes antigos, sendo assim definidos aqueles processos cujas denúncias foram recebidas até 31/12/2015.

Ao apresentar esses dados estatísticos, destaco que a luta contra a violência de gênero está inserida em um sistema lento, mas que ainda exige esforços contínuos para superar as barreiras que comprometem a dignidade das mulheres. Nesse contexto, com base nos dados de 2024 referente ao ano de 2023, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem se dedicado a tornar mais eficazes os mecanismos legais voltados para a prevenção e responsabilização dos agressores. Assim,

Em 2023, o número de processos distribuídos chegou a 6.485, dos quais 4.554 foram julgados no mesmo ano, correspondendo a cerca de 70% do total dos novos casos que chegaram naquele ano. Em 2023, ainda houve o julgamento de outros 1.045 processos, que foram distribuídos em anos anteriores.⁵⁷

Ao longo dos últimos anos, com base nas estatísticas, é possível observar que há um progresso com relação à resolução e à quantidade de casos que chegam aos tribunais, no entanto, ainda há desafios a serem superados, como a continuidade da capacitação dos profissionais do Direito e o aprimoramento dos mecanismos que garantem a proteção das mulheres, bem como a responsabilização dos agressores, buscando garantir que os processos não se arrastem por períodos longos e que a justiça seja feita de forma tempestiva e eficaz.

Porém, no panorama atual, a melhoria da estrutura do sistema judicial, com o objetivo de torná-lo mais ágil, acessível e eficiente no combate à violência de gênero, tem se mostrado uma questão predominantemente burocrática e cada vez mais vagarosa, não abrangendo toda a população, especialmente quando se trata de violência contra a mulher, um problema que ainda está profundamente enraizado na ideia de que em "briga de marido e mulher, ninguém mete a colher".

Apesar da existência de leis de proteção às mulheres, que visam criminalizar comportamentos antes normalizados, ainda é difícil assegurar que a segurança destas, em especial as mulheres indígenas, seja garantida em todos os âmbitos. A situação e a luta das indígenas perante as leis são quase invisíveis. Diante dos estudos de Rita Segato, no Brasil, as mulheres indígenas começaram a se organizar em associações exclusivas nos anos 1980, mas, somente em 2002 tiveram uma progressão articulada à política.⁵⁸

⁵⁷ Ver mais na reportagem intitulada "STJ acelera julgamento de casos de violência contra a mulher" <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/03032024-A-jurisprudencia-e-as-aco-es-do-STJ-no-combate-a-violencia-contra-a-mulher.aspx>

⁵⁸ Este assunto será abordado mais profundamente no segundo capítulo.

Quando faço a leitura de *Mulheres Empilhadas*, vejo que essa linha de raciocínio que apresentei aqui se faz presente em boa parte do livro. Em meio a tantos diálogos, Carla conta à advogada paulistana sobre sua semana no fórum, defendendo mulheres daquilo que a justiça chama de infrações menores, injúria, lesão corporal leve, maus-tratos, violação de domicílio.⁵⁹ A partir daí, Carla entende que essa coisa não acaba nunca,

é como enxugar o chão com a torneira aberta. Sai uma mulher miserável, entra outra. Meu trabalho é basicamente lidar com uma fila interminável de mulheres ferradas - disse. - No intervalo dos julgamentos, elas vêm falar comigo. Estão cheias de culpa. Muitas ainda amam os homens que denunciaram. Querem retirar a denúncia, querem acabar com o processo, mas a lei não permite. (MELO, 2019, p. 131)

O trecho mencionado reflete o que considere anteriormente sobre a falta de segurança das mulheres em diversos contextos, ao qual devemos agregar a noção de 'família', de 'amor' e de 'papel' da mulher social e sutilmente propagado. Em harmonia com a citação e a constatação da personagem Carla, são essas as circunstâncias que movem muitas mulheres a perdoar e supostamente entender, a querer retirar a denúncia, algo que antes era mais fácil e que atualmente a lei se modificou para garantir uma margem maior de segurança para as vítimas. De alguma maneira, essas mulheres que serão julgadas continuam a carregar uma culpa, independentemente do resultado judicial. Essa culpa está relacionada a fatores como os filhos, a situação financeira ou a pressão da sociedade, que introduz um pensamento patriarcal em que a mulher precisa constituir e manter uma família, mesmo que esta seja permeada pelo silenciamento e sofrimento.

A personagem Carla ainda continua seu pensamento, enfatizando que por um lado a Lei Maria da Penha existe para que a mulher não sofra violência, por outro, a prisão não resolve todos os problemas das vítimas, criando um labirinto, um problema difícil de solucionar:

A verdade é que a nossa melhor lei para proteger as mulheres desse tipo de violência se, por um lado, significou uma conquista para as vítimas, por outro, gerou uma porrada de problemas para essas mesmas vítimas. Colocamos tudo no mesmo saco: homicídio e injúria, briga de casal e tentativa de homicídio. Não funciona. Às vezes, falando sério, eu me pergunto, o que estamos fazendo aqui? Esse não é o lugar do Estado. É uma total inversão do sistema penal. Encarceramos por qualquer motivo. Criamos um monte de problemas para a família. E para o Estado. Porque só o que o nosso sistema carcerário dá para esse cara que foi preso depois de espancar a mulher é know-how criminoso e

⁵⁹ MELO, *Mulheres Empilhadas*, p. 131.

violência. Não estou falando que a lei Maria da Penha é ruim. Mas ela não resolve. E aí acontece de a gente não dar prisão preventiva para um agressor, o homem é solto, e nem vinte quatro horas depois ficamos sabendo que a primeira coisa que ele fez foi estrangular e picotar a mulher que o denunciou. (MELO, 2019, p. 132)

Paralelamente, fazendo a relação, mais uma vez, com o pensamento de Segato, menciono que a autora identificou e listou as diversas formas de agressão sofridas pelas mulheres indígenas com base em sua observação ao longo de dez anos, durante a expansão da frente estatal "democrática" nos territórios indígenas do Brasil. Assim, afirma:

argumentei que todos os esforços em termos de legislação, políticas públicas e ações estatais pouco podem contra essa máquina avassaladora que avança sobre as comunidades, pois a proteção ensaiada pelo Estado e seus agentes vai a reboque da destruição que esse mesmo Estado impõe aos povos. (SEGATO, 2021, p. 156)

Além disso, ainda afirma que o Estado oferece com uma mão o que já roubou com a outra em seu percurso rumo à ordem colonial-moderna da cidadania individual⁶⁰. Em outras palavras, embora exista uma legislação, o Estado, ao enfraquecer as relações fundadas em um discurso de igualdade, subverte esse princípio ao instaurar uma dinâmica capitalista que perpetua desigualdades.

Nessa perspectiva, Patrícia Melo também aponta em sua obra, no capítulo 9, a partir de um caso real, a persistente dificuldade em caracterizar a violência contra as mulheres e em definir o que constitui um caso de feminicídio conforme a lei:

MORTA PELO MARIDO EM PARCERIA COM O ESTADO.

Gravação telefônica:

MULHER: Eu queria... é que está tendo uma briga, não sei se é entre casal, a mulher está gritando socorro aqui na rua...

POLICIAL: Queixa registrada, senhora, é só aguardar atendimento. Tá bom?

MULHER: Tá, obrigada.

POLICIAL: De nada.

Outra gravação, mesmo caso:

HOMEM: O vizinho da minha casa aqui tá espancando a mulher dele, tem uma criança junto, acho que ele tá espancando a criança também... POLICIAL: Qual o nome da rua?

HOMEM: São Simeão.

POLICIAL: São Simeão? Já tem um pedido para o local, tá bom?

HOMEM: Tá ok.

⁶⁰ SEGATO, Crítica da colonialidade em oito ensaios, p. 89.

Mais uma gravação, mesmo caso:

POLICIAL: É emergência?

MULHER: É emergência mesmo, já pedimos umas três vezes, o cara tá matando a mulher aqui e ninguém veio até agora.

POLICIAL: A ocorrência já tá gerada aqui, (...) o batalhão da área, eles vão encaminhar o atendimento agora, tem que aguardar...

MULHER: Nós vamos acabar indo dormir e nada de chegar a polícia...

POLICIAL: Tem que aguardar, senhora, a ocorrência já tá aberta.

MULHER: Tá bom.

Nova gravação, mesmo caso:

POLICIAL: Boa noite, qual a emergência?

HOMEM: Meu enteado tá aqui em casa, ele disse que matou a esposa dele lá na fazenda Rio Grande. POLICIAL: Ele falou que matou a esposa?

HOMEM: Isso, ele tá tudo ensanguentado, eu liguei para os parentes dela, eles vão lá ver...

Oito vizinhos acionaram a Polícia Militar naquela noite. Mas, quando a polícia chegou, quase quatro horas depois do início das agressões, Daniela Eduarda Alves, trinta e quatro, estava morta havia vinte minutos. (MELO, 2019, p.136-137)

A partir do quadro abaixo, é possível compreender cada vez mais o objetivo de Patrícia ao fazer o leitor refletir sobre a violência e como os sofrimentos das mulheres são constantemente registrados nos noticiários.

Quadro 1 - Morta pelo marido em parceria com o Estado.
Daniela Eduarda Alves

Portal de notícias – Janeiro/2019	Portal de notícias – Março/2019
Homem é suspeito de matar mulher a facadas na Região de Curitiba, diz polícia Feminicídio aconteceu na madrugada desta segunda-feira (14). Homem foi encontrado na casa da mãe e levado para um hospital, com ferimentos graves. Por RPC Curitiba e G1 PR 14/01/2019 09h15 - Atualizado há 5 anos	Ligações mostram que vizinhos denunciaram briga de casal à PM antes de morte de mulher na Região de Curitiba; OUÇA Daniela Alves foi encontrada morta em Fazenda Rio Grande, em janeiro; polícias chegaram ao local apenas depois do crime, porque estavam atendendo outras ocorrências, diz PM. Por Diego Ribeiro e Wilson Kirsche, RPC Curitiba 14/03/2019 20h52 - Atualizado há 5 anos

Fontes: RPC Curitiba e G1 PR (2019, on-line)

O caso da vítima Daniela Eduarda Alves ocorreu no dia 14 de janeiro de 2019, porém, somente no mês de março foi transmitido que

(...) a polícia foi acionada oito vezes por vizinhos que ouviram os gritos da mulher agredida pelo marido que viria a se tornar assassino horas depois. Do outro lado da linha, a afirmação repetida do atendente de que a ocorrência havia sido registrada e que, assim que possível, uma viatura seria enviada ao local. O caso foi divulgado pela imprensa à época, inclusive com as gravações das ligações à polícia. (LEÃO, 2019)

Uma das justificativas foi que os policiais estavam com a viatura em outras ocorrências e que era preciso aguardar; isso significa que o caso não foi visto com urgência nem como prioridade. Além desse caso, há também um episódio mais recente que evidencia novamente a negligência institucional:

Quadro 2 - morta pelo ex-noivo após denúncia.
Vanessa Ricarte

Jornalista relata descaso ao procurar Deam para denunciar o ex-noivo horas antes de ser morta; OUÇA ÁUDIO

O g1 teve acesso a áudios em que Vanessa Ricarte, de 42 anos, fala do atendimento recebido na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); Corregedoria da Polícia Civil e Ministério das Mulheres apuram atendimento.

Por Rafaela Moreira, g1 MS e TV Morena

15/02/2025 11h51 · Atualizado há 8 meses

Fontes: G1 MS e TV Morena (2025, on-line)

A jornalista Vanessa Ricarte⁶¹ procurou a Delegacia da Mulher para denunciar o ex-noivo e pedir proteção, mas relatou ter recebido atendimento negligente: a delegada foi seca, não ofereceu medidas protetivas adequadas e a orientou apenas a “voltar para casa”. Mesmo informando que o agressor se recusava a sair da residência e representava risco, nenhuma ação efetiva foi tomada. Horas depois, Vanessa foi assassinada. O episódio evidencia graves falhas institucionais, apesar de claro risco, a vítima não recebeu o acompanhamento necessário, e a delegacia ofereceu orientações inadequadas em vez de proteção efetiva, expondo-a ainda mais ao feminicídio.

⁶¹ Ver mais em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/02/15/jornalista-relata-descaso-ao-procurar-deam-para-denunciar-o-ex-noivo-horas-antes-de-ser-morta-ouca-audio.ghtml>

Dado o exposto, me questiono até que ponto as vidas das mulheres serão constantemente negligenciadas, seja por seus parceiros ou pela justiça. O que aconteceu com Daniela - ou com Vanessa Ricarte, Taita Gomes, Lilian Maria de Oliveira, Alessandra Fernandes Silva, Tatiana Spitzner e tantas outras⁶² - é efeito de uma sociedade estruturada para transformar a mulher em objeto de controle e dominação pelos homens, revertendo-as em corpos empilhados nas notícias, nos números, nos inquéritos, nos processos.⁶³

Assim como nos casos mencionados, abarcando mulheres distintas, de lugares e formações diferentes (espaço urbano ou rural, com mais ou menos instrução formal ou sobre seus direitos), as mulheres indígenas enfrentam desafios ao buscar justiça. Aliás, em muitos aspectos seus desafios são ainda maiores. Quando precisam denunciar uma violência ou depender do sistema político para obter amparo, sofrem uma dupla vulnerabilização, que frequentemente silencia suas vozes e negligencia seus direitos. Em uma reportagem publicada no jornal *O GLOBO*⁶⁴, em agosto de 2024, as mulheres indígenas relataram abusos sexuais e agressões em conflitos no Mato Grosso do Sul pelas mãos de pistoleiros, devido a conflitos por disputa de terras.

Porém, antes de compartilhar os fragmentos da reportagem, deixo evidente que, na verdade, há muito mais detalhes sobre tudo o que aconteceu com essas mulheres e tantas outras que não serão citadas aqui. Ao ler os depoimentos, senti no peito o peso de suas dores e medos. Sou uma mulher não indígena, mas, ainda assim, sou mulher. E, por isso, consigo sentir, ainda que de forma distante, a angústia e a violência que elas enfrentaram e enfrentam. Optei por não expor todos os detalhes, evitando trazer à tona elementos que pudessem levá-las a reviver essa dor.

Dessa forma, a pesquisa, a leitura, a reflexão e a incorporação de relatos, notícias, fotografias e vídeos sobre mulheres indígenas vítimas de violência à minha dissertação são ao mesmo tempo desconfortáveis e indispensáveis. Mas a filósofa Susan Sontag, em seu livro *Diante da dor dos outros* (2003), me auxilia a enfrentar

⁶² Os nomes mencionados são de vítimas reais de feminicídio, que Patrícia Melo faz questão de destacar para dar visibilidade a esses casos. Ao nomeá-las, a autora enfatiza a importância de reconhecer essas violências como parte de uma realidade frequentemente ignorada pelo Estado e pela sociedade, evidenciando a impunidade e a necessidade de medidas efetivas para combater essa brutalidade.

⁶³ LEÃO. *Mulheres Empilhadas: quando a arte reflete a realidade*, 2019.

⁶⁴ Ver mais em <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/08/06/indigenas-guarani-kaiowa-denunciam-abusos-sexuais-e-agressoes-de-pistoleiros-em-meio-a-disputa-com-fazendeiros-no-ms.ghtml>.

algumas inquietações, examinando as implicações éticas do impacto que imagens de sofrimento exercem sobre a sociedade.

Seu texto se inicia com a descrição de uma carta escrita por Virginia Woolf em *Três guinéus* (1938) e, a partir das reflexões de Woolf e das situações de conflito e violência, Sontag elabora questionamentos sobre a posição tanto dos espectadores quanto dos sujeitos retratados nas imagens de horror, sobretudo aos corpos mutilados e a sua contemplação, pois a maioria das imagens de corpos torturados e mutilados suscita, na verdade, um interesse lascivo. Todas as imagens que exibem a violação de um corpo atraente são, em certa medida, pornográficas, afirma a pesquisadora (SONTAG, 2003, p. 82). A palavra "pornográficas" aqui não se refere apenas ao erotismo, mas a uma exploração visual que transforma o corpo violentado em objeto de um olhar que pode ser tanto de fascínio quanto de repulsa. Isso remete a uma reflexão ética sobre como lidamos com imagens de sofrimento e até que ponto a exposição dessas cenas pode reforçar dinâmicas de poder e dominação.

Assim, apoio-me na obra de Susan Sontag para traçar um panorama sobre as reportagens aqui expostas. Enquanto Sontag expressa seu incômodo em relação ao impacto das fotografias que expõem o sofrimento e a violência, eu manifesto o meu a partir das reportagens aqui registradas e das que ainda serão discutidas. Nesse sentido, a autora, ao dialogar com Woolf, ressalta que:

Fotos, sustenta Woolf, "não são um argumento; são simplesmente a crua constatação de um fato, dirigida ao olho". A verdade é que elas não são "simplesmente" coisa alguma e, sem dúvida, não são apenas encaradas como fatos, nem por Woolf nem por quem quer que seja. Pois, como ela acrescenta logo em seguida, "o olho está ligado ao cérebro; o cérebro, ao sistema nervoso. Esse sistema envia suas mensagens na velocidade de um raio através de toda a memória do passado e do sentimento do presente". Esse truque de ilusionista permite que as fotos sejam um registro objetivo e também um testemunho pessoal, tanto uma cópia ou uma transcrição fiel de um momento da realidade como uma interpretação dessa realidade. (SONTAG, 2003, p. 24)

Sendo assim, utilizo suas reflexões como um referencial para pensar criticamente sobre a maneira como essas narrativas jornalísticas apresentam e influenciam a percepção da dor e da violência. Percebo que esse processo é necessário, pois meu objetivo não é fazer com que as vítimas revivam sua dor, mas garantir que suas histórias sejam reconhecidas e valorizadas em sua complexidade. A partir dessa perspectiva, minha proposta se volta para a reflexão sobre as relações e entrecruzamentos de vida e sensibilidades, propondo formas de coalizão que

promovam a união de pessoas e grupos em prol de um fim comum. Nas palavras de María Lugones, é o movimento rumo à coalizão o que nos impulsiona a conhecer uma à outra como entes que são densos, relacionais, em sociabilidades alternativas e alicerçadas nos lugares tensos e criativos da diferença colonial.

A ideia de que as fotografias não são meros registros objetivos, mas também interpretações carregadas de subjetividade, é fundamental para compreender como essas imagens e narrativas podem moldar a maneira como o público entende e reage a situações de sofrimento. A conexão entre o olho, o cérebro e o sistema nervoso, como Woolf descreve, revela que a percepção da dor e da violência não é neutra; ela é filtrada por memórias, emoções e contextos culturais, tanto de quem produz as imagens quanto de quem as consome. A representação da dor e da violência no jornalismo muitas vezes corre o risco de reduzir as vítimas a meros símbolos de sofrimento, desumanizando-as e ignorando suas vozes e agências. Cada escolha feita pelo repórter — o enquadramento da história, a linguagem empregada, as vozes destacadas ou silenciadas — influencia a forma como o leitor compreende a violência e suas vítimas. Nesse contexto, as reportagens não são imparciais, mas sim construções discursivas que podem reforçar estereótipos, despertar empatia ou, por outro lado, dessensibilizar o público em relação ao sofrimento. Ao expor determinadas realidades, elas tornam “real” (ou “mais real”) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar.⁶⁵

Feito esse esclarecimento, selecionei trechos que evidenciam a gravidade do ocorrido sem, contudo, reacender feridas que talvez jamais se cicatrizem por completo. As leio como um paralelo e um dado do real que encontra eco e reverberação na ficção de Patrícia Melo: as violências são também cometidas pelo Estado, ou com sua bênção e consentimento, e seus órgãos, incluindo os que deveriam cuidar e proteger. Assim, compartilho as notícias em que:

Lideranças guarani kaiowá denunciaram às autoridades abusos sexuais de mulheres da etnia em ocasiões diferentes feitas por pistoleiros em Iguatemi entre 2016 e 2023. Os incidentes também foram registrados em relatório do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que, somados, totalizam 23 queixas de violência sexual contra indígenas no país no ano passado. Dois desses relatos feitos à Polícia Federal, aos quais O GLOBO teve acesso, dão conta de uma série de abusos e torturas cometidos por supostos jagunços de proprietários de terra locais, em novembro de 2023. Antes delas, em setembro de 2016, Janete (nome fictício para preservar sua identidade) contou que

⁶⁵ SONTAG. *Diante da dor dos outros*, p. 9.

estava grávida de oitos meses quando foi estuprada por pistoleiros em uma das tentativas de retomada da TI Iguatemipecuá I. (O GLOBO, 2024)

(...)

Ela estava acompanhada de sua irmã caçula, que tinha 12 anos na época. Com a voz embargada, Janete contou à reportagem que homens mascarados tentaram estuprar sua irmã e ela que, ao tentar impedi-los para proteger a caçula, acabou por sofrer a violência. (O GLOBO, 2024)

De acordo com a mulher, os pistoleiros a agrediram violentamente na barriga com a ponta de suas armas. As agressões foram tão brutais que resultaram na perda do bebê que ela esperava. Além dela, há outros dois relatos de mulheres grávidas que também sofreram agressões e perderam seus bebês. Ao concluir seu depoimento, ela ressalta a importância de expor o que aconteceu, mesmo que reviver essas lembranças seja doloroso:

É isso que eu queria passar pra vocês. Eu quero que vocês mandem minha fala para suas autoridades, porque na época ficamos com medo de denunciar. Ninguém veio conversar com a gente. Nem autoridade lá em Brasília, nem nada — conta Janete. (O GLOBO, 2024)

Janete expressa o desejo de que seu relato seja levado às autoridades, destacando a falta de apoio e escuta que enfrentaram no momento das agressões. Embora os relatos tenham sido registrados em relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e encaminhados à Polícia Federal, muitas denúncias foram ignoradas e as investigações permaneceram estagnadas. Em outro depoimento, Ana (outro nome fictício) conta que:

Eles vieram aqui me atacar, essas pessoas são das fazendas. Eles me disseram que queriam matar três indígenas e depois entregariam a terra. Eles atiraram em mim com bala normal, mas atiraram mais de oito balas de borracha na minha casa. Eu entreguei tudo para a polícia, mas eles não querem nos ajudar. A polícia só me disse que quando isso acontecer era para eu correr e me esconder. Depois de ser baleada, fui ao hospital em Iguatemi e eles não me atenderam, tive que ir na cidade de Naviraí, onde me deram os pontos e fizeram curativo. A polícia me disse para correr e me esconder, mas onde? Eu estou na minha casa. A Polícia Civil e a Militar devem estar ligadas com os fazendeiros, eu sei disso. E nada fizeram. Não é fácil viver assim, não é fácil — lamenta. (GLOBO, 2024)

Com base no depoimento, fica evidente a grave situação de violência que é enfrentada pelos povos indígenas. Por isso,

O GLOBO entrou em contato com a Superintendência regional da Polícia Federal de Mato Grosso do Sul e com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) do estado sobre a existência de boletins de ocorrência em relação às denúncias das agressões sexuais, além de contatar a Delegacia da Polícia Civil de Iguatemi. Os órgãos afirmaram não ter encontrado nenhum registro de estupro em novembro de 2023 na região. Além disso, a delegacia de Iguatemi afirmou não ter encontrado ocorrências relacionadas a estupro ou abuso sexual com mulheres indígenas em setembro de 2016.

No entanto, a reportagem obteve um despacho da delegacia da PF de Naviraí (MS), em que o órgão afirma que as investigações sobre as denúncias do povo guarani kaiowá feitas em novembro do ano passado "estão em andamento, sendo realizadas diligências pelos policiais federais". Ainda no documento — assinado pelo delegado federal Adenilton Figueiredo do Carmo — a PF desconsidera que houve negligências dos órgãos públicos em relação às denúncias de abuso sexual feita pelas mulheres, já que os possíveis crimes "não produziram lesões a serem constatadas por meio de atendimento médico".

O despacho menciona que foram tomados depoimentos de todas as vítimas, os quais O GLOBO teve acesso na íntegra. Neles, as mulheres repetiram os mesmos relatos que fizeram à reportagem. Constam também as falas de outras quatro vítimas indígenas, um homem e três mulheres. (O GLOBO, 2024)

O trecho evidencia a contradição entre as respostas das autoridades e as denúncias feitas pelas mulheres indígenas do povo Guarani Kaiowá. Ao justificar a ausência de negligência institucional com o argumento de que os possíveis crimes "não produziram lesões a serem constatadas por meio de atendimento médico", a declaração sugere um viés que pode minimizar ou desconsiderar a gravidade das agressões. Essa postura revela uma limitação na forma como a violência sexual é reconhecida, ao vinculá-la exclusivamente à presença de evidências físicas, ignorando o impacto psicológico e social dessas violações.

O fato de as mulheres indígenas não denunciarem imediatamente a violência sofrida revela muito sobre a realidade que enfrentam, especialmente a falta de confiança nas instituições, o medo de represálias e a ausência de proteção efetiva:

— As mulheres indígenas relataram que alguns membros da equipe médica do hospital as chamaram de invasoras, e por conta disso houve uma retração de confiabilidade das pacientes vítimas relatarem as violências sexuais e agressões físicas. Após contato com o Ministério da Saúde, as indígenas foram atendidas novamente, mas ainda assim sem o acolhimento devido. Entendemos que o problema é estrutural permeado por estereótipos, o que nos faz concluir que não há respeito à dignidade humana dos povos indígenas no Brasil. (O GLOBO, 2024)

O episódio relatado não se restringe apenas a esse momento, mas faz parte de uma lógica histórica que desumaniza os povos originários e os mantém em uma condição marginalizada. O descaso evidenciado demonstra que, quando se trata de

povos indígenas, o acolhimento e a proteção são constantemente negligenciados. A violação de direitos fundamentais, como saúde, segurança e respeito à integridade física e psicológica das mulheres indígenas, evidencia a perpetuação da violência colonial.

Essa reflexão converge com o pensamento de Lícide Leão, que, em seu artigo *Mulheres empilhadas: quando a arte reflete a realidade*, analisa a escrita necessária de Patrícia Melo e as múltiplas camadas de opressão enfrentadas pelas mulheres indígenas que vão para além dos direitos fundamentais. A autora entende que essa violência está profundamente enraizada na hegemonia masculina e em uma sociedade que perpetua e legitima essas desigualdades, alimentando os ciclos de violência. Além disso, ele reforça sua perspectiva ao analisar os perfis dos homens que integram esse sistema opressor, tanto fora quanto dentro da obra:

Patrícia Melo ressalta que esses homens – tantos os reais quantos os personagens da ficção – “não são monstros”, como muitas vezes são tratados pela imprensa. São pessoas de carne e osso, sujeitos de uma sociedade patriarcal em que o homem manda e a mulher obedece. Sociedade que é retratada em todo o romance, que escancara a falta de punições justas aos assassinos. (LEÃO, 2019)

Essa realidade está diretamente ligada ao fato de que a sociedade, e mais especificamente os órgãos públicos, não estão preparados para lidar com tais situações, resultando, assim, em uma precarização no funcionamento do Estado no que se refere ao atendimento das vítimas mulheres. Por consequência, em cada localidade, as mulheres sofrem formas específicas de agressões e desapossamento; sua subjetividade e corporalidade mudam de significado e passam a ser agredidas de uma nova forma (SEGATO, 2021, p. 127).

Em diálogo com o pensamento de Lagarde, a ocorrência de feminicídios está diretamente relacionada à impunidade, omissão, negligência e conveniência das autoridades competentes na investigação e apuração dos crimes contra as mulheres, deixando esse grupo vulnerável e sem segurança.

A partir do momento em que o Estado e suas autoridades, responsáveis por prevenir e erradicar tais crimes, agem de maneira negligente, ineficaz e preconceituosa, e quando a sociedade ainda não encara, de fato, a existência da violência de gênero ou preconceitos sexistas e misóginos em relação às mulheres, cria-se um ambiente propício para a perpetuação dos feminicídios. Nesse contexto, a

pesquisadora afirma que esses crimes acabam se configurando como um crime de Estado (LAGARDE, 2008, p. 217).

Dito isto, compreende-se que as hierarquias de gênero são transformadas no patriarcado moderno como resultado da expansão colonial, representando uma irrupção que destrói o conceito de mundo-aldeia e, como destaca Segato,

engloba-os e os reconfigura como componentes de um novo programa, uma virada, uma reciclagem, porém, com dimensões antes desconhecidas com relação ao que foi a primeira investida colonial que se seguiu imediatamente ao processo de conquista. (SEGATO, 2021, p. 128)

Trata-se, portanto, de um processo que dá continuidade ao que já existia, mas que agora insiste em uma etapa caracterizada pela ampliação da esfera pública, pela disseminação da linguagem dos direitos e das políticas cidadãs, conceitos que foram introduzidos no mundo-aldeia por meio da atuação de governos e organizações não governamentais.

De maneira geral, o Estado está envolvido em um processo de exploração e dominação, onde as instituições públicas e privadas trabalham juntas com o objetivo de ampliar sua influência ou poder, porém, muitas vezes resulta em efeitos negativos ou prejudiciais. Assim, se estabelece a chave do fracasso sem suas políticas públicas, ou seja, sem ações concretas e planejadas para atender às necessidades das mulheres, o Estado acaba falhando. Diante disso,

O feminicídio se consuma porque as autoridades omissas, negligentes ou em conluio com agressores, exercem sobre as mulheres violência institucional ao obstaculizar seu acesso à justiça e com ele contribuem para a impunidade. O feminicídio acarreta a ruptura parcial do estado de direito, já que o Estado é incapaz de garantir a vida das mulheres, de respeitar seus direitos humanos, de atuar com legalidade e fazer respeitar, de procurar e administrar a justiça, e prevenir e erradicar a violência que o ocasiona. (Lagarde, 2008, p. 234).

Isso faz com que os agressores se sintam mais confiantes, acreditando que a justiça não será realizada ou que, se acontecer, será pausadamente, o que resulta na ‘matança autorizada de mulheres’. Além disso, devido a forma em que o Estado se constitui e compactua com a violência, é quase inevitável romper a ideia de que a dominação se expande para afetar a vida das mulheres, por meio da ordem colonial moderna, para inocular um olhar pornográfico, objetificado e exteriorizado.

1.4 Máquina de produzir assassinos de mulheres: a pornografia como gatilho para violência

Essa foi a conclusão a que cheguei na minha segunda semana no tribunal: nós, mulheres, morremos como moscas. Vocês, homens, tomam porre e nos matam. Querem foder e nos matam. Estão furiosos e nos matam. Querem diversão e nos matam. (Patrícia Melo, 2019, p. 72)

A objetificação dos corpos femininos é uma prática que remonta a tempos antigos na sociedade, sendo também amplamente utilizada como uma forma de atender aos desejos masculinos. A pornografia, inicialmente, manifestava-se por meio de imagens e gravuras, com a intenção de criticar as autoridades políticas. De acordo Lynn Hunt, mencionada por Clara da Cunha Barbato Veiga Coelho, em sua dissertação de mestrado intitulada *Pós pornografia em foco: um estudo sobre tensões políticas e usos do corpo*, evidencia que

Hunt (1999) defende que a abordagem histórica é necessária para uma interpretação da pornografia na contemporaneidade. A historiadora afirma que, até meados ou até o fim do século XVIII, a pornografia era mais do que a “representação explícita dos órgãos e das práticas sexuais para estimular sensações” (p.10). Entre 1500 e 1800, a pornografia era um “veículo que usava o sexo para chocar e criticar as autoridades políticas e religiosas” (COELHO, 2020, p. 22)

Dito isto, embora a pornografia tenha existido ao longo da história, sua natureza e representação sofreram transformações ao longo do tempo, sobretudo com o avanço das tecnologias. A prática evoluiu, passando a envolver cada vez mais a exploração explícita dos corpos femininos em filmes e fotografias, porém, independente de qual formato a pornografia é reproduzida, os corpos das mulheres sempre são retratados de maneira subordinada, reforçando uma submissão sexual, a violência e os seus desejos negados. É comum que essas narrativas sexuais incluam cenas de agressão, sexo violento e apresentem uma imagem idealizada da mulher jovem, bonita e sem pelos no corpo. Além disso, existem filmes que vão além dos limites do sexo tradicional, abordando o chamado sexo *Snuff*, um termo que a Patrícia mencionou diversas vezes.

Dentro desse contexto, surgem subgêneros quando o sexo tradicional não satisfaz, como é o caso dos Snuff movies. Matheus Ferraz, em seu artigo *Snuff movies: Onde a vida é barata*, define esse tipo de conteúdo como:

A palavra inglesa *snuff* tem a ver com o ato de se soprar uma vela e extinguir a sua chama. A palavra vem sido utilizada como gíria por séculos para falar de morte, e hoje está indelevelmente associada aos *snuff movies*, filmes onde pessoas são mortas de verdade em frente às câmeras. Essas produções feitas à surdina e comercializadas no mercado negro da pornografia (e, mais recentemente, na *deep web*) causam fascínio e medo nos fãs do horror, mesmo que sua existência ainda não tenha sido comprovada.

A expressão *snuff movie* foi cunhada no livro *The Family: The Story of Charles Manson's Dune Buggy Attack Battalion*, de Ed Sanders, onde ele afirma que a Família Manson produzia esse tipo de filme. Numa entrevista reproduzida no livro, um membro anônimo da Família fala sobre uma gravação onde "(...) uma moça jovem de uns 27 anos, cabelo curto... isso... e cortavam a cabeça dela fora". Esse mesmo anônimo é quem usa pela primeira vez a palavra *snuff* nesse contexto. (FERRAZ, 2014)

Embora a existência do sexo *Snuff* não tenha sido comprovada de forma concreta, eles causam grande fascínio e repulsa, especialmente entre aqueles que têm interesse em cenas de violência:

A fama dos *snuff movies* se espalhou, mas a grande pergunta ainda é: eles realmente existem? O FBI diz que não, assim como diversas outras autoridades. Mas é inegável que muito material doentio retratando tortura e morte é produzido por *serial killers* e pedófilos, e que esse material é distribuído e, muitas vezes, comercializado. (FERRAZ, 2014)

No seu artigo *I've seen the type of violent snuff porn Peter Madsen viewed before he murdered Kim Wall – anyone who denies a connection is deluded*, publicado em 2018, Julie Bindel relata um caso que aconteceu com Peter Madsen, um necrófilo sádico, que assassinou Kim Wall, uma jornalista, por prazer sexual. Além do mais, a escritora também observa o consumo da pornografia ao longo do tempo:

O tipo de pornografia agora disponível gratuitamente envolve engasgo, tapas e espancamentos e atos terrivelmente dolorosos, como penetrar em um orifício, como a boca, vagina ou ânus, com vários pênis e armas.

A pornografia que os meninos da minha escola viam no início dos anos 1970 é agora o que vemos na MTV. O material popular e facilmente acessível que posso encontrar online em segundos é muitas vezes sádico, brutal e misógino ao extremo. (BINDEL, 2018)

Bindel também relata um pouco da sua experiência:

Eu vi o tipo de pornografia que Madsen gostava. Na década de 1980, assisti a um *snuff movie* com outros ativistas anti-pornografia, jornalistas e especialistas em efeitos especiais de filmes. Um dos ativistas foi a uma loja de pornografia na Inglaterra e perguntou se o proprietário tinha algo "realmente extremo". O dono da loja deu a ela um filme de uma mulher na América do Sul sendo estuprada, torturada e assassinada. Vimos sua mão ser serrada enquanto ela ainda estava viva. (BINDEL, 2018)

É perceptível que se as narrativas pornográficas já existiam de uma forma tão brutal em décadas passadas, no século atual se popularizaram globalmente, atingindo diferentes culturas e abrangendo públicos de diversas faixas etárias. No entanto, há uma característica comum a esse consumo: a pornografia é, de forma predominante, consumida por homens. Esse fenômeno reflete uma série de fatores sociais, culturais e históricos que moldam as expectativas e o comportamento sexual masculino, além de refletir uma construção desigual das sexualidades. Nesse contexto, a pornografia acaba sendo usada como uma ferramenta de evidência a violência contra a mulher.

Há uma passagem logo no início do romance em que uma das amigas da protagonista, Bia, expressa seu desconforto ao perceber que a pornografia está, de fato, intimamente ligada à violência contra a mulher.

- Você tem aí crimes que envolvam desmembramento, mutilação ou evisceração de mulheres?
- Vou vomitar ali e já respondo – falei.
- É a Denise quem está perguntando. Ela está planejando um capítulo sobre pornografia como gatilho para a matança de mulheres.
- Bom dia para você também. Não vai ser difícil encontrar o que ela procura.
- Eu acreditava que pornografia era aquela coisa de cu e xoxota para homem broxa, mas você não tem ideia do que a Denise me mandou ler. Já ouviu falar numas merdas chamadas snuff? Cacete! Sabe o que é o cara matar a mulher, arrancar o útero dela e ejacular? O cara ejacula segurando nosso útero!
- Porra, Bia, são oito da manhã...
- Ainda ontem eu achava que criticar pornografia era sacanear a liberdade de expressão... mas o cara ejacula...
- Bia!
- ...no nosso útero extirpado!
- Porra! – gritei.
- Ok, parei. A ordem da Denise é entrevistar todo mundo. Assassino. Promotor. Defesa. Juiz. Cadáver. Tchau. (Melo, 2019, p. 30)

A partir do pensamento de Bia, é possível perceber como o consumo de pornografia tem impactado o comportamento sexual, além de influenciar a maneira como as mulheres são tratadas pelos homens constantemente. Isso ocorre não apenas pela influência da mídia pornográfica, mas também pela sociedade machista, na qual os homens sentem a necessidade de constantemente provar sua masculinidade.

Rita Segato questiona-se, em suas pesquisas, sobre o que foi mencionado acima e relaciona essa questão ao fato de que o homem não busca o desejo sexual, mas, na verdade, deseja estar no controle da situação. Ou seja,

O lugar ocupado pela libido, aquilo que desperta o desejo, é o “espetáculo do eu” como dominador, como devorador de um *alter* nutritivo na busca por um posicionamento como sujeito de poder. Trata-se da libido situada no espetáculo. De uma libido narcisista que retroalimenta o sujeito. (SEGATO, 2022, p. 18)

Essa perspectiva propõe uma reflexão profunda sobre as dinâmicas de poder nas relações de gênero, particularmente nas esferas sexuais. A ideia de controle, presente nas atitudes masculinas, torna-se um reflexo de uma necessidade simbólica de se afirmar como sujeito de poder, onde o prazer sexual está entrelaçado com a manutenção de uma posição hierárquica. Nesse sentido, a sexualidade, longe de ser apenas um campo de prazer e intimidade, torna-se um terreno de disputa e afirmação de autoridade, em que as mulheres, frequentemente, ocupam o lugar de objeto para a satisfação dessa dinâmica de poder.

Melo ainda vai além dessa crítica no capítulo *Gama*, apontando o que os homens gostam de fazer na sociedade:

– Gostam de violar - disse aquela.
 – E de guerras - completei.
 – E de pornografia - falou a outra.
 Pornografia misógina.
 Concordei: Bia, minha amiga, só fala em pornografia. Pornografia mata.
 Ela garantiu que Bia tinha razão.
 – A pornografia é um longo curso sobre como desprezar, humilhar e matar mulheres - explicou. (MELO, 2019, p. 98-99)

Partindo disso, ao longo do romance Melo deixa claro que nem todos os homens nascem predispostos a agredir, estuprar ou assassinar, como fica evidente no trecho abaixo:

É claro que eles não nascem, assim com desejo de matar mulheres. Alguns até nascem, os psicopatas. Mas os psicopatas são a elite dos assassinos. Já nascem prontos. A grande massa operária de assassinos, digo, a maioria, tem que aprender o ódio, antes de sair matando por aí. Meu pai aprendeu muito bem. Nada mais fácil do que aprender a odiar as mulheres. O que não falta é professor. O pai ensina. O Estado ensina. O sistema legal ensina. O mercado ensina. A cultura ensina. A propaganda ensina. Mas quem melhor ensina, segundo Bia, minha colega de escritório, é a pornografia. (MELO, 2019, p. 88).

Em concordância com Melo, Segato argumenta que esses homens sentem o desejo de matar porque buscam se adequar ao que a sociedade entende como “sujeito masculino”, assim, esses homens não devem ser vistos como solitários, anormais, esquisitos, loucos ou doentes mentais com uma propensão ao crime que perpetram

esses crimes.⁶⁶ A principal questão levantada por mim é que esses atos não podem ser atribuídos exclusivamente a indivíduos considerados casos isolados ou desviantes da norma, tal como uma justificativa usada para ficar impune. Pelo contrário, resultam de uma estrutura social e midiática, que não apenas tolera, mas muitas vezes legitima e estimula comportamentos violentos e opressores. Essa dinâmica evidencia que a violência não é fruto de anomalias individuais, mas sim de um sistema que naturaliza práticas de dominação, controle e subjugação.⁶⁷

A colega da advogada ainda reafirma em outra passagem que:

– A pornografia – dizia ela – é uma verdadeira máquina de produzir assassinos de mulheres. Os caras passam a vida vendo aquela bosta, vendo nego colocar algemas naquelas bocetas, nego descendo o chicote no nosso lombo, e acabam achando normal esganar a própria mulher quando se sentem contrariados. (MELO, 2019, p.92)

A misoginia também se manifesta na narrativa por meio do feminicídio de Scarlath, cometido por Fares e descrito a partir das observações da narradora durante o Tribunal do Júri.

À tarde, no plenário, além de mim, só havia a mãe e irmã da Scarlath, a vítima, uma negra de 26 anos, para quem Fares, um borracheiro, emprestou dez reais. O calvário de Scarlath começou no dia em que ela foi devolver o dinheiro na borracharia. Fares demorou dois dias inteiros para matar Scarlath, e fez um trabalho de açougueiro, cortou primeiro as pernas, depois os braços, depois a cabeça, depois recortou os peitos, a vagina, tudo filmado. Nas paredes da oficina de Fares, havia vários calendários do ano em que ele matou Scarlath e de outros anos anteriores, com fotos de mulheres lindíssimas, nuas, mostrando os peitos, a boceta, o cu, agachadas, de pernas abertas, com a boca entreaberta, os dentes maravilhosos mordiscando os lábios perfeitos, olhar convidativo, naquele clima de vem-me-comer, e Fares gostava de praticar tiro ao alvo usando aqueles calendários. Mirava o peito, mirava a bunda, o cu, e lançava os dardos. As fotos ficavam todas furadas. A última coisa que ele fazia era furar, com chave de fenda, os olhos das mulheres bonitas. O celular de Fares era cheio de vídeo pornográfico. [...]

Em conversa com a protagonista, Bia destaca a perniciosidade da pornografia, argumentando que ela não apenas objetifica e desumaniza as mulheres, mas também alimenta uma cultura de violência e degradação.

– Essas porras dessas feministas hardcore têm razão – disse. – Onde esses putos aprendem a fazer isso conosco? Nas aulas de pornografia que recebem a vida inteira – respondeu ela mesma. Bia vinha estudando a matéria, não havia nada que se pudesse fazer para estancar a logorreia dela quando o assunto

⁶⁶ SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p 17.

⁶⁷ SEGATO. *Cenas de um pensamento incômodo*, p 83-84.

era pornografia. Adorava explicar, de forma muito didática, o que vinha lendo nos livros sobre o assunto: que a pornografia foi criada “pelos mesmos caras que queimavam bruxas. Quando eles não puderam mais se divertir com bruxas e pirotecnias, eles inventaram uma outra forma de matar mulheres: a pornografia. Entendeu?” (MELO, 2019, p. 91-92)

Esse ódio contra as mulheres é, portanto, uma mentalidade cultivada ao longo do tempo, alimentada por sistemas de poder e ideologias que perpetuam a desigualdade. A pornografia é apontada como uma das principais responsáveis por essa formação mental, revelando a forma insidiosa com que o corpo das mulheres é inserido em uma cultura dominante, reforçando estereótipos e estimulando comportamentos violentos. Portanto, a violência contra as mulheres é o reflexo de um aprendizado social que envolve a internalização de normas e comportamentos desumanizantes, sustentados por estruturas que transcendem o indivíduo e moldam suas atitudes e ações.

A esse respeito, em seu livro *A dominação masculina*, Pierre Bourdieu ressalta que:

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está constituída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque esta cria, organiza, expressa e organiza o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação. (BOURDIEU, 2007, p. 31)

Assim, é evidente que, dentro do universo pornográfico moldado pela perspectiva masculina, a mulher é frequentemente retratada como sendo capaz de sentir prazer apenas quando está sendo dominada.

Para enfatizar esse pensamento, Patrícia utiliza outro elemento, como a pornografia de vingança, para construir uma narrativa que não só denuncia a exploração e objetificação dos corpos femininos, mas também evidencia a abrangência dessa violência no ambiente digital. O termo pornografia de vingança – ou revenge porn⁶⁸ – refere-se à divulgação não autorizada de imagens íntimas com o objetivo de humilhar ou prejudicar a vítima.

⁶⁸ O termo “*revenge porn*”, de origem predominantemente americana, tornou-se mais conhecido na última década, tendo sido registrado pela primeira vez no Urban Dictionary em 2007. Pode ser traduzido como “pornografia de vingança” ou “pornografia de revanche”.

Com isso, as formas de violência contra a mulher também se transformaram: mulheres são assediadas, cooptadas e ameaçadas por meio das redes sociais; vídeos íntimos são divulgados sem consentimento; e suas vidas são expostas e destruídas. Quando informações que prejudicam a honra de outras pessoas são divulgadas, a vítima tem sua dignidade violentada diante de um grande número de pessoas. Como resultado, ela enfrenta ameaças, assédio e sua vida é drasticamente afetada e isto é exatamente o que ocorre com a protagonista de *Mulheres Empilhadas*.

O rompimento do namoro com Amir, embora marcante, não leva à escalada imediata de violência até que a personagem chegue a um ponto fatal. Além disso, a intervenção da avó da advogada, dona Yolanda, impõe a necessidade de distanciamento entre eles. Contudo, Amir, diante da rejeição e incapaz de agredir fisicamente a ex-companheira, opta por uma forma diferente de retaliação, dirigindo-se a uma violência de outra natureza para se vingar da mulher que ele sente ter perdido.

Antes de tomar conhecimento das ações de Amir, a narradora/protagonista do romance começa a ser alvo de uma série de mensagens anônimas, que são tanto estranhas quanto difamatórias, tais como: “putz, querida, que merda! [...] Se precisar de mim, estou aqui! [...] E uma suruba com caminhoneiro, você topa? [...] Vou foder você por todos os buracos” (MELO, 2019, p. 155). Essas mensagens provêm, surpreendentemente, de pessoas próximas, como colegas de trabalho e amigos, intensificando a pressão sobre ela. No entanto, a narradora só se dá conta de que as mensagens estão sendo dirigidas a ela durante uma conversa com Denise, sua ex-chefe. Foi nesse momento que ela soube que o escritório em que trabalhava havia recebido fotos íntimas suas, o que esclareceu a origem das mensagens difamatórias.

E então Denise me contou. Ela estava realmente chocada: o escritório recebera alguns vídeos com imagens minhas. Íntimas. Eu nua. Eu fazendo sexo. Mesmo antes de vê-los, eu sabia que só podia ser coisa de Amir.
– Os americanos até já têm nome para essa prática: revenge porn – explicou Denise. (MELO, 2019, p.154-155)

No caso da protagonista, com exceção de uma foto, todas as imagens e vídeos foram gravados sem o seu consentimento, seguindo o padrão característico da pornografia de vingança.

Só me lembro de estar na varanda de casa vendo toda a merda que Denise me encaminhou. Numa das fotos eu estava sentada no vaso sanitário, nua, cortando as unhas do pé direito. Sem calcinha. De todas, essa era a única que

fora feita com meu consentimento. Lembro até do que Amir disse naquele momento. Que eu era linda até na privada. Até fazendo cocô. Até menstruada. As outras foram feitas sem minha anuência. Cenas da gente transando. Como ele gravara aquilo sem que eu percebesse? Num outro vídeo, eu aparecia tomando banho, lavando minha bunda. Inacreditável. (MELO, 2019, p.155)

O crime em questão se inicia apenas no momento em que a imagem ou vídeo é divulgado; pelo contrário, começa no instante em que a decisão de fazer esses registros sem permissão é tomada. Ao fazer isso, Amir não busca apenas uma vingança comum; seu objetivo é causar uma humilhação pública profunda à sua ex-namorada, destruindo sua honra e reputação diante de outras pessoas. Ele deseja, sobretudo, que sua capacidade profissional seja colocada em dúvida, e por isso escolhe o escritório onde ela trabalha como o ponto inicial de sua retaliação. Além de enviar o material para o ambiente de trabalho dela, ele decide também espalhá-lo em sites especializados em pornografia, ampliando ainda mais o alcance de sua vingança.

Mais tarde descobri que Amir também enviara as fotos para um site que permitia upload anônimo de material pornográfico. As legendas conseguiam ser ainda piores que as imagens: 'Advogada criminal, moderna, sem preconceitos. Adoro sexo grupal.' O pior de tudo foi ele ter publicado também o número do meu celular. As mensagens não paravam de pipocar. Vou chupar você todinha. Gostosa. Putinha linda. Vem aqui na minha casa. Você gosta também de dar o cu? Vem chupar minha rola (MELO, 2019, p. 158-159).

A vingança de Amir ultrapassou a simples divulgação de fotos e vídeos íntimos de sua ex-companheira. Ao divulgar seu número de telefone pessoal, ele cria uma oportunidade para que outros homens também se sintam autorizados a continuar a agressão, agora por meio de mensagens. A partir desse momento, a protagonista confronta a crueldade humana em sua forma mais obscura, compreendendo que a intenção do ex-namorado era puni-la, independentemente do meio escolhido para isso:

De repente, ali mesmo, numa súbita ânsia de vômito, tive a total compreensão do que estava acontecendo. Eu estava sendo queimada na fogueira. Como uma bruxa. Amir, o canalha, que não tinha conseguido me matar fisicamente, tentava me queimar na fogueira virtual. (MELO, 2019, p.159)

Esse ato revela uma tentativa deliberada de expandir o alcance do abuso, permitindo que ela seja constantemente atacada por desconhecidos. A atitude de Amir e a resposta dos homens que enviam essas mensagens expõem uma confortável normalização da violência contra as mulheres, mostrando que, quando não é possível

agir fisicamente, muitos homens recorrem à violência verbal e moral. A "fogueira virtual" torna-se o espaço preferido por muitos homens quando não conseguem exercer a violência no plano físico. Além disso, nesse ambiente, não há necessidade de sujar as mãos com sangue.

Ademais, ao permitir que sua ex-companheira seja alvo de assédio constante, Amir reforça a ideia de que as mulheres podem ser desrespeitadas sem consequências, o que revela uma dinâmica de autoridade e controle. Após toda a exposição, a advogada permaneceu, por um tempo, profundamente abalada e incapaz de reagir, seguindo, como ela mesmo denomina, a sua via-crúcis:

Ferida mortalmente, eu seguia a via-crúcis, sozinha, em casa, durante dias e noites, puta da vida, arriada na cama, muito puta, em posição fetal, tremendo de ódio, no quarto escuro, xingando, chutando, gemendo, uivando como uma loba, muito puta de verdade, só vendo o cineminha de Amir do começo ao fim e vice-versa, meus peitos em close & minha vagina cortando as unhas & meu cu e ablução & o coito sem cortes & as tarjas no rosto do infrator & tudo na web, disponível, se reproduzindo como uma epidemia de cólera, mortal, numa velocidade impressionante, alimentando uma cadeia de idiotas, que riam de mim, que batiam punheta ao me ver de pernas abertas & eu chupando & eu lambendo & eu sendo lambida & eu gozando & só de pensar nos comentários – sim, eu havia cometido o erro de ler os comentários dos consumidores daquela pornografia light, pornografia caseira, pornografia produzida pelo namorado, sem eu saber, sem que eu quisesse ser filmada pelo meu namorado, pornografia-facada-nas-costas, ‘sei muito bem o que fazer com putas como você’, comentou um, ‘ai, que vontade de botar fogo nessa boceta’, comentou outro, ‘nós samo [sic] carente [sic] de bucetas [sic] grátis’, disse este, ‘coloca aí na sua boceta uma placa sob-nova-direção e vem aqui para minha casa que eu te [sic] saúdo teúda e manteúda’, escreveu picadotamanhodeumposte@hotmail.com, só de ler os comentários eu tinha material mais que suficiente para chorar o resto da vida, chorar uma eternidade até me dissolver completamente e, líquida, atravessar o lençol, me alojar no meio da espuma do colchão, e viver ali dentro, ressecada, para sempre, feito urina que escapa do corpo descontrolado, sem força para nada, sem coragem para nada [...] (MELO, 2019, p. 162-163).

A maneira como os acontecimentos se desenrolaram coloca a protagonista em uma posição de total impotência, sem alternativas ou meios de reagir adequadamente à situação que lhe foi imposta. A exposição de sua intimidade e a violência psicológica que sofreu não a afetam apenas fisicamente, mas também a destroem emocionalmente, criando um abismo de sofrimento. Esse sentimento de não controle sobre a própria vida provoca nela um turbilhão de emoções intensas, como raiva, dor e tristeza, que são difíceis de processar e ainda mais difíceis de externalizar. A protagonista, ao se ver indefesa, em um estado de vulnerabilidade extrema, se vê

refém dessa situação, onde suas emoções se tornam um reflexo da desintegração de sua própria identidade.

A violência verbal e moral que aconteceu com a protagonista, mas que, também, atinge outras mulheres, torna-se uma extensão da masculinidade tóxica, onde o domínio sobre a mulher é uma forma de afirmar 'quem manda' ou 'quem dá a última palavra'. Essa realidade destaca como a violência contra as mulheres não se limita ao abuso físico, mas se manifesta também em outras formas de ataque, muitas vezes mais sutis, mas igualmente destrutivas.

Algo semelhante aconteceu fora do âmbito literário, como o emblemático caso envolvendo a atriz Carolina Dieckmann. Em 2012, ela teve fotos íntimas vazadas após se recusar a ceder a uma chantagem. Por se tratar de uma pessoa pública, o caso ganhou grande visibilidade, o que levou à criação da Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff. Essa lei torna crime a invasão de computadores ou outros aparelhos eletrônicos com finalidades ilícitas.

Contudo, embora a pornografia de vingança aconteça principalmente em ambientes virtuais, a lei ainda não era suficientemente específica para lidar com esses casos. Somente em 2018, com a promulgação da Lei nº 13.718/18, passou a ser considerado crime a divulgação de fotos, vídeos ou cenas de sexo, nudez ou pornografia sem o consentimento da vítima:

Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Aumento de pena

§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação.

(Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

A promulgação dessas leis reflete a resposta da sociedade, especialmente das mulheres, que não toleram mais ser alvo de violência, tanto no espaço privado quanto no público. A insegurança no ambiente virtual, que antes era uma área pouco regulamentada, se tornou uma preocupação crescente.

Outro caso relacionado à divulgação ilegal de imagens íntimas ocorreu em 2023, no estado do Mato Grosso, envolvendo uma adolescente indígena. De acordo com informações divulgadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e pela Polícia Civil de Mato Grosso, dois indígenas foram identificados como responsáveis pelo armazenamento e disseminação de material de pornografia infantil. Além disso,

A investigação, conduzida pela Delegacia de General Carneiro, apontou que K.T. e Z.U.X. publicaram em grupo do aplicativo WhatsApp e armazenaram em seus celulares fotografia de nudez da vítima, uma adolescente indígena que tem deficiência. À época dos fatos, ela tinha 17 anos.

A fotografia teria sido enviada pela vítima, que era namorada de um dos investigados na época. Depois, os dois indígenas armazenaram e um deles compartilhou a imagem no grupo de mensagens. (SESP, 2023)

Esse caso evidencia não apenas a gravidade dos crimes digitais, mas também a vulnerabilidade de determinados grupos sociais, como menores de idade, pessoas com deficiência e comunidades indígenas. Além disso, um aspecto relevante a ser destacado é a escassez de informações disponíveis sobre o ocorrido, especialmente no que se refere ao ano exato em que o crime foi cometido. Esse dado seria fundamental para avaliar o tempo necessário para a resolução do caso e a eficácia das medidas adotadas pelas autoridades competentes.

Um fator que merece atenção é a condição da vítima, uma adolescente com deficiência, o que evidencia a interseccionalidade das violências sofridas. A conjugação de fatores como gênero e deficiência pode ampliar a vulnerabilidade de meninas e mulheres a diferentes formas de abuso. Além disso, é relevante destacar que os autores do crime eram dois indígenas, o que permite uma reflexão sobre as dinâmicas de poder dentro da aldeia com seus pares. Como mencionei anteriormente, essa situação reforça a tese de que, em determinados contextos, homens indígenas podem reproduzir a lógica de dominação imposta pelo homem branco, internalizando e perpetuando atos de violência como forma de reafirmar seu próprio poder. Quando perceberam que já não tinham controle total sobre a vítima, buscaram exercer sua autoridade de outra maneira.

Outro ponto crucial é a forma como o crime ocorreu: a partir do envio de uma foto pela própria vítima, o que sugere um consentimento inicial. No entanto, esse consentimento se limitava ao envio da imagem, não à sua divulgação, tornando o ato criminoso injustificável. Não se pode afirmar com certeza se trata-se de um caso de pornografia de vingança, como ocorre na obra *Mulheres Empilhadas*, pois não há

informações concretas sobre os motivos da separação. Sabe-se apenas que a imagem foi exposta após o término da relação, o que reforça a necessidade de uma investigação mais aprofundada para compreender as motivações e consequências desse ato violento.

Diante desse cenário, torna-se essencial o papel da legislação na proteção das vítimas desse tipo de crime. A Lei nº 13.718/18 assume uma importância ainda maior ao criminalizar uma prática que não estava contemplada pela Lei Carolina Dieckmann de 2012: a divulgação não autorizada de imagens de conteúdo sexual. Isso representa um avanço na legislação, com o objetivo de garantir a proteção da privacidade e da dignidade das vítimas. No entanto, a atuação do poder legislativo nem sempre acompanha a velocidade com que novas formas de violência emergem e, por isso, precisamos aceitar que a pornografia legitima a horrível degradação sexual das mulheres e que não serve a nenhum propósito, exceto vincular a violência e o abuso ao sexo nas mentes de meninos e homens.⁶⁹

Perante o exposto, a relação entre gênero, violência e a atuação estatal revela que a violência contra as mulheres vai além de um problema social, constituindo-se como uma questão fundamental nas relações de dominação e controle. No entanto, o aparato estatal e a corporação masculina continuam a reforçar a manutenção de um sistema que privilegia o *status quo*, frequentemente tratando os casos de violência de gênero com desdém ou até minimizando suas consequências. A pornografia, ao objetificar o corpo feminino, não só contribui para a disseminação de uma cultura de violência, mas também age como um catalisador para a perpetuação de abusos.

Mulheres Empilhadas ilustra como essas dinâmicas estão intimamente conectadas, evidenciando que tanto o sistema jurídico quanto às instituições dominadas pela esfera masculina, longe de oferecer soluções eficazes, acabam por sustentar o ciclo contínuo de agressões contra as mulheres. Nesse cenário, a transformação não deve ser superficial, mas requer uma mudança profunda nas relações de gênero e poder, com foco na justiça e na dignidade das mulheres de forma genuína e consistente.

Ao longo desta pesquisa, não apenas aprofundei minha compreensão teórica sobre as dinâmicas da violência de gênero, mas também fui atravessada por

⁶⁹ BIDEI, Julie. *I've seen the type of violent snuff porn Peter Madsen viewed before he murdered Kim Wall – anyone who denies a connection is deluded*. 2018

inquietações que transcendem o campo acadêmico e se enraízam em minha experiência como mulher em uma sociedade estruturada pelo patriarcado. O estudo das relações entre gênero, colonialidade e violência me permitiu enxergar com mais nitidez como a subordinação das mulheres não é apenas uma consequência histórica, mas uma engrenagem ativa que mantém e reforça estruturas profundamente arraigadas. Não foi uma pesquisa isenta ou fria, tampouco um exercício de distanciamento acadêmico. A cada leitura, a cada estatística, a cada relato de violência, fui tomada por um misto de revolta, indignação e angústia.

A realidade das mulheres indígenas, expostas a múltiplas camadas de opressão e quase sempre invisibilizadas nas discussões sobre violência de gênero, me fez questionar até que ponto o discurso sobre direitos humanos consegue, de fato, abarcar todas as mulheres. A pesquisa não me ofereceu respostas simples nem soluções prontas, mas me permitiu enxergar como as histórias de dor e resistência das mulheres, especialmente das mulheres indígenas, precisam ser narradas, visibilizadas e legitimadas.

A violência contra as mulheres não é apenas um reflexo do patriarcado – ela é o seu principal alicerce. Desconstruí-la exige um enfrentamento que vá além das leis e das políticas públicas; exige uma ruptura com as estruturas de poder que sustentam essa violência. A naturalização da morte das mulheres, sua privatização e a objetificação de seus corpos não podem continuar sendo normalizadas. Como Patrícia Melo sugere em sua obra, a sociedade nos empilha, uma a uma, até que nos tornemos apenas estatísticas. É necessário resistir a esse empilhamento e afirmar que as vozes das mulheres indígenas e de tantas outras mulheres sejam ouvidas, que nossas vidas sejam valorizadas e que nossas histórias tenham o reconhecimento e a importância que lhes são devidas.

CAPÍTULO II

MULHERES E VIOLÊNCIAS: nas páginas e nas vidas

Em *Mulheres Empilhadas*, a mulher silenciada é apresentada sob a perspectiva da violência estrutural que atravessa os corpos racializadas no Brasil. O assassinato brutal de Txupira expõe, com crueza, a conivência das instituições diante da morte de diversas mulheres, evidenciando que essa violência não se trata de um episódio isolado, mas de um processo contínuo e sistemático de apagamento dos povos originários. Esse efeito é intensificado pelo entrelaçamento entre jornalismo, mito e ficção, recurso que amplia a denúncia e tensiona os limites da representação literária.

Enquanto leitora e pesquisadora da literatura, senti que o incômodo provocado por essa narrativa vai além da indignação: ele convoca à escuta, à responsabilização e à reflexão profunda sobre como a literatura pode ser um espaço de resistência diante dessa barbárie. A obra me impactou não apenas pelo conteúdo, mas pela forma com que torna visível aquilo que tantas vezes é mantido à margem — a dor dos corpos que são empilhados não apenas fisicamente, mas simbolicamente, por uma sociedade que os desumaniza e os exclui do pacto social.

É nesse ponto que se insere a reflexão proposta por este capítulo: ao sobrepor ficção e realidade, o romance revela, de forma contundente, as estruturas sociais que sustentam a violência sistemática contra as mulheres. Trabalhar com essa obra me desafiou a ampliar o entendimento sobre o papel da literatura como ferramenta de denúncia, mas também como possibilidade de escuta ética e comprometida, capaz de não apenas expor a lógica de dominação, mas de desestabilizar os mecanismos que a tornam possível e aceitável.

2.1 - Entre violências, mitos e ficção: tessitura narrativa

“Esta é uma obra de ficção, mas todas as personagens deste livro existem de fato” (MELO, 2019, [orelha do livro])

Em *Mulheres Empilhadas*, Patrícia Melo constrói uma tessitura literária capaz de entrelaçar mitos, ficção e realidade social, provocando reflexões profundas e instaurando diálogos decoloniais. Entretanto, antes de adentrar a análise da narrativa, é fundamental compreender um pouco da trajetória da autora, já que sua produção literária e suas experiências de vida ajudam a iluminar as escolhas estéticas e temáticas presentes no romance.

Patrícia Melo é uma escritora cuja produção literária provoca reflexões intensas e convoca diálogos decoloniais. Desde sua estreia, em 1994, com *Acqua Toffana*, consolidou-se como uma das vozes mais expressivas da literatura brasileira contemporânea, transitando entre o romance policial, o psicológico e a denúncia social. Reconhecida dentro e fora do país, com obras traduzidas em diversos idiomas, sua escrita é marcada pela crueza estilística: frases curtas, ritmo acelerado e descrições diretas, frequentemente associadas à cadência cinematográfica. Esse estilo não busca simplificação, mas sim uma comunicação visceral, que confronta o leitor com realidades duras e pouco confortáveis.

Ao longo de sua trajetória, a autora abordou de maneira recorrente as diversas faces da violência, desde os crimes urbanos até a violência estrutural que atravessa a sociedade brasileira — desigualdade econômica, corrupção política, racismo, misoginia e exclusão social. Seus personagens, muitas vezes situados em posições de marginalidade, revelam os mecanismos que sustentam tais estruturas. Embora sua produção seja frequentemente associada à literatura policial, a própria autora rejeita esse rótulo, defendendo sua independência criativa. Ainda assim, parte da crítica

literária insiste em classificá-la de forma reducionista, comparando-a diretamente a autores homens, especialmente Rubem Fonseca. Esse enquadramento obscurece sua singularidade e evidencia o viés falocêntrico da crítica, que tende a ler escritoras à sombra de modelos masculinos.

Nascida em Assis (SP) em 1963, Patrícia Melo também atuou como roteirista, dramaturga e pesquisadora, trazendo para sua obra um rigor investigativo. Sua imersão em processos judiciais, entrevistas com criminosos, conversas com promotores e observação de julgamentos contribuiu para o realismo de suas narrativas, consolidando sua reputação como autora de escrita contundente e incisiva. É nesse percurso que se insere *Mulheres Empilhadas* (2019), romance que se tornou um marco estético e político, justamente por articular de modo potente a literatura e a denúncia social.

Desde a capa, criada por Kiko Farkas, a obra já provoca inquietação. Nela, observa-se a justaposição de duas imagens: *O nascimento de Vênus*, de Botticelli, e *The Birth of Oshun*, da artista afro-cubana Harmonia Rosales. Essa composição visual, ao fundir símbolos da tradição europeia e da matriz africana, anuncia a proposta central da narrativa: articular mitos, imagens e experiências femininas como parte de um mesmo tecido literário.

A estrutura do romance reforça essa intenção ao se organizar em três planos distintos: capítulos numerados de 1 a 11, que recuperam assassinatos reais; capítulos de A a Z, nos quais se desenvolve a trama principal; e capítulos nomeados com as letras do alfabeto grego, que apresentam experiências oníricas da protagonista na floresta. É nesse último fio narrativo que se constrói a ambivalência estética da obra, na medida em que *Mulheres Empilhadas* combina, simultaneamente, a representação detalhada e violenta do assassinato de Txupira com uma narrativa simbólica de sua (re)existência.

Para dar forma a essa dimensão, Patrícia Melo cria um espaço marcado pelo caráter fragmentário. O projeto gráfico, com fonte em negrito, margens amplas e alinhamento à esquerda, remete a rascunhos e pensamentos em fluxo, refletindo lapsos temporais e experiências visionárias da advogada. Essa estética aproxima-se tanto do fragmento quanto do fantástico, sobretudo nos momentos em que a narradora participa de rituais indígenas dos Ch'aska e consome bebidas xamânicas, como a ayahuasca e o Santo Daime, descritos como “a bebida sagrada tomada no coração da selva” (MELO, 2019, p. 53).

A escolha do alfabeto grego para esses capítulos também não é aleatória: contrapõe-se ao uso habitual do alfabeto latino e instaura um contraste simbólico, assinalando o caráter autônomo desse segmento narrativo. Durante essas incursões ao núcleo religioso da floresta, a narradora encontra uma legião de mulheres guerreiras – as icamiabas – estabelecendo um diálogo com o mito das amazonas da tradição clássica, mas ressignificando-o em chave antropofágica. Esse gesto de recriação e reinvenção de mitos atravessa toda a narrativa, reforçando sua potência estética e política. Ao participar de rituais e práticas xamânicas, essas mulheres encarnam uma forma de luta contra estruturas coloniais e patriarcais, projetando uma autonomia que transcende a dimensão ficcional e reverberam na vida real.

Nos capítulos em alfabeto grego, essa centralidade se intensifica: a narrativa coloca as mulheres indígenas como elementos ativos que não apenas acompanham a, mas moldam o próprio fluxo da história, transformando o romance em um espaço híbrido em que a memória, a experiência e a resistência cultural convergem. Nesse sentido, Patrícia Melo não apenas dá visibilidade a essas mulheres, mas também as incorpora ao “arquivo literário”, recuperando histórias silenciadas e oferecendo uma perspectiva decolonial sobre a violência de gênero e a persistência das estruturas coloniais no Brasil contemporâneo.

Assim, a presença das mulheres indígenas no romance reforça a dimensão política da obra: elas representam tanto a resiliência cultural quanto a potência de reinvenção da memória, estabelecendo um diálogo entre passado e presente, mito e realidade, literatura e arquivo. Essa integração evidencia que a obra de Melo não se limita a denunciar a violência, mas constrói espaços de reflexão, memória e resistência, nos quais as vozes historicamente marginalizadas ganham centralidade e força narrativa.

Além disso, a trama se desenvolve a partir da trajetória da narradora e protagonista, uma advogada paulistana sem nome, que, após sofrer violência de um ex-namorado, decide se mudar para Cruzeiro do Sul, no Acre, a fim de acompanhar uma série de julgamentos sobre feminicídios. O fato de a personagem não ser nomeada simboliza todas as mulheres brasileiras que enfrentam a violência, destacando seu caráter coletivo. Sua ausência de identidade pessoal projeta um retrato universalizado, no qual a experiência individual reflete dores compartilhadas, ao mesmo tempo em que aponta para um processo de cura e emancipação.

Não por acaso, o lançamento de *Mulheres Empilhadas* coincidiu com um contexto alarmante. Em abril de 2020, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou o menor índice de notificações de estupro desde 2019, mas esse dado não representava avanço: decorreu das dificuldades impostas pela pandemia, que restringiram o acesso das vítimas a delegacias e instituições de acolhimento. A retomada progressiva dos registros a partir de maio de 2020 confirma a persistência da violência contra as mulheres, reforçando a atualidade da denúncia literária de Melo.

Nesse movimento, o romance articula múltiplas camadas narrativas e estratégias inovadoras, como a tripla narração, conferindo densidade e complexidade à trama. Ao mesmo tempo, evidencia a centralidade feminina e dá visibilidade a experiências historicamente silenciadas, como as das mulheres indígenas. Ao recorrer à mitologia amazônica, Patrícia Melo estabelece um diálogo entre literatura contemporânea e saberes ancestrais, problematizando a permanência das estruturas coloniais e a violência direcionada aos corpos femininos.

A recepção da obra já ultrapassou fronteiras, com traduções para o alemão (*Gestapelte Frauen*), inglês (*The Simple Art of Killing a Woman*) e italiano (*Donne Impilate*). Essas versões demonstram a potência do romance e sua capacidade de dialogar com diferentes contextos culturais, ao mesmo tempo em que cresce o interesse acadêmico pela obra, como evidenciam levantamentos recentes em bancos de teses e dissertações.

Assim, *Mulheres Empilhadas* constrói um espaço simbólico em que a vulnerabilidade feminina é exposta, mas também transformada em potência de luta. A partir da articulação entre denúncia e reinvenção mítica, Patrícia Melo reafirma sua posição como uma das vozes mais potentes da literatura brasileira contemporânea. Sua escrita, ao mesmo tempo incisiva e plurivocal, reafirma o papel da literatura como espaço de denúncia, resistência e transformação, iluminando fissuras sociais e projetando novas possibilidades de representação para as mulheres, sobretudo as indígenas, no cenário literário e social. Essa tensão entre realidade vivida e construção ficcional constitui um ponto central na obra, permitindo que a narrativa transite entre o mundo concreto das violências cotidianas e a dimensão imaginária que reinventa e amplia essas experiências.

Explorar a fronteira entre realidade e ficção é um dos traços centrais de *Mulheres Empilhadas*. Embora os trechos em alfabeto grego dialoguem com o estilo jornalístico – apoiando-se em relatos concretos de feminicídio –, Patrícia Melo vai além

das limitações do jornalismo tradicional. Dessa forma, a inserção de elementos documentais na narrativa transforma a literatura em um espaço de convergência e diálogo entre diferentes formas de expressão textual.

Partindo do princípio de que o jornalismo busca retratar o real, surge um desafio que me interessa diretamente enquanto leitora: de que forma esse registro factual pode ser incorporado a um romance de ficção? É nesse ponto que percebo a criação de um espaço híbrido, onde acontecimentos concretos se entrelaçam à experiência literária – lembrando que a própria ideia de realidade vem sendo questionada, pelo menos desde o século XX. Ao me deparar com a orelha do livro, reiterando a epígrafe que abre este subtítulo, sinto claramente a fusão das técnicas: o jornalismo, direto e impessoal, combina-se ao literário, subjetivo e imaginativo, produzindo um efeito híbrido de sentido. Ao acompanhar a escrita de Melo, percebo como ela mantém a objetividade e a agilidade típicas do jornalismo, enquanto acrescenta nuances de fantasia e especulação, conferindo à narrativa uma dimensão literária que dialoga comigo enquanto leitora, provocando reflexão sobre a violência e a resistência das mulheres retratadas.

Josefina Ludmer introduz o conceito de realidadeficção em sua obra *Aquí América Latina - Una Especulación* (2013). Nela, a autora investiga de que maneira a literatura contemporânea mistura elementos do real e do imaginário, rompendo as fronteiras tradicionais entre esses dois campos. A noção de realidade-ficção aponta que a literatura não se limita a espelhar a realidade, mas participa ativamente de sua construção, sugerindo ainda que a própria realidade pode ser interpretada como uma forma de ficção. Como Ludmer ressalta:

Na imaginação pública, na fábrica de realidade, o que importa do tempo é o movimento e a travessia, que nos permite escapar das representações fixas do saber. A especulação procura ordenar os tempos ou o tempo. Trata de dar um sentido ao fluxo das ficções e dos trajetos temporais; junta e separa, compara e diferencia, para chegar a alguma forma de realidade ou ficção.

Essa passagem reforça a ideia de que a literatura não apenas registra fatos, mas opera um trabalho ativo de reorganização e interpretação da realidade, articulando experiências temporais e ficcionais em um processo dinâmico de construção de sentido.

Continuando com o pensamento de Ludmer:

A especulação entra na fábrica de realidade pela literatura, por algumas narrativas dos últimos anos aqui na América latina. A própria literatura é um dos fios da imaginação pública e, portanto, tem seu próprio regime de

realidade: a realidade ficção. Usar a literatura como lente, máquina, tela, baralho de tarô, veículo e estações para poder ver algo da fábrica da realidade implica ler sem autores ou obras: a especulação é expropriadora. Ela não lê literariamente (com categorias literárias como obra, autor, texto, estilo, escrita e sentido), mas através da literatura, na realidade ficção e na ambivalência. Usa a literatura para entrar na fábrica de realidade. (LUDMER, 2013, p. 9)

Essas ideias reforçam que a literatura funciona como um dispositivo capaz de acessar e reorganizar a realidade, tornando visível a interseção entre real e ficcional de maneira inventiva e crítica. Em *Mulheres Empilhadas*, Patrícia Melo transita entre fatos concretos de violência contra mulheres indígenas e a dimensão ficcional da narrativa, criando um espaço em que a realidade é recriada, ampliada e questionada. A leitura não se limita a testemunhar a violência, mas revela uma construção literária que transforma acontecimentos em experiências passíveis de reflexão e discussão.

Ao revisitar a história das formas jornalísticas tradicionais, percebe-se que elas consolidaram certas crenças sobre a possibilidade de captar o cotidiano e transmiti-lo de maneira totalmente precisa e legítima, sem margem de erro, e sobre o acesso à realidade como se fosse composta por cenas estáticas e recortadas. Essas convicções, quando confrontadas com a escrita literária, mostram-se problemáticas e são desafiadas.

A literatura atua, nesse contexto, como lente e instrumento de percepção, permitindo observar como elementos jornalísticos – registros de feminicídios, depoimentos reais e dados documentais – se entrelaçam à imaginação narrativa, gerando uma experiência híbrida que evidencia tanto o impacto concreto da violência quanto às possibilidades de resistência e reinvenção das mulheres. Assim, a obra opera como um espaço de especulação crítica sobre a realidade, em que o real e o imaginário se cruzam, se tensionam e se transformam mutuamente, ampliando a compreensão sobre os efeitos da violência.

Com base nessas técnicas escriturais, é importante lembrar que é a partir do literário que memórias são (re)construídas e acontecimentos são especulados, com o intuito de preencher lacunas. Zilá Bernd (2013b), ao acionar a teoria de Paul Ricoeur sobre as teorias da memória, afirma que:

[...] a história é uma tentativa de transcrever o resgate dessas memórias imbricadas umas às outras, cumprindo um dever de memória. Nesse ponto, cita Michel de Certeau, que estabelece os estágios do conhecimento histórico: estágio documental e estágio da explicação/compreensão. Ricoeur preocupa-se com o destino da memória: no estágio documental há ruptura. A consulta

a testemunhos e arquivos assegura a autonomia da história. [...] É nesse ponto que P. Ricoeur aborda a polêmica questão do ‘dever de memória’, que vem suscitando tantas preocupações e suspeitas, e cuja justificativa última é fazer justiça às vítimas, já que, na maioria das vezes, uma história escrita pelos vencedores corre o risco de esquecer ou simplesmente deletar os episódios mais significativos. (BERND, 2013b, p. 35).

Ao refletir sobre o que Bernd (2013) apresenta a partir de Ricoeur e Certeau, percebo que a história não é apenas um registro de acontecimentos, mas uma prática ética que envolve o resgate de memórias silenciadas. Entendo o “dever de memória” como um compromisso pessoal e coletivo de justiça, pois a história escrita pelos vencedores frequentemente apaga ou distorce experiências significativas. Ao consultar testemunhos e arquivos, sinto que não estou apenas lidando com documentos, mas participando de uma forma de resistência contra o esquecimento imposto, garantindo que vozes marginalizadas sejam reconhecidas. Essa perspectiva evidencia que a história comprometida com a memória das vítimas não se limita a narrar o passado, mas influencia a forma como compreendo o presente e me posiciono frente às desigualdades e injustiças que persistem.

É nesse mesmo horizonte de recuperação e humanização da memória que a literatura de Patrícia Melo, em *Mulheres Empilhadas*, atua. O ponto culminante desse rompimento das fronteiras historicamente estabelecidas entre o jornalismo e a literatura ocorre quando Patrícia Melo utiliza manchetes de casos de feminicídio como base para construir, de forma literária, uma perspectiva que humaniza essas mulheres. Nesse sentido, a articulação entre realidade e ficção evidencia uma literatura capaz de problematizar identidades e os processos de (des)construção do sujeito.

Como já mencionado anteriormente, o capítulo numérico é construído em onze casos reais e ao iniciar uma pesquisa extensa em portais jornalísticos, com o objetivo de compará-los com a escrita literária, pude perceber diferentes estratégias de registro dos casos: alguns apresentam o nome completo da vítima, enquanto outros detalham minuciosamente o crime. O feminicídio retratado no primeiro capítulo de *Mulheres Empilhadas* ilustra algumas das estratégias narrativas da obra. Para evidenciar esse aspecto, apresento a seguir um excerto em que Patrícia Melo, ao iniciar a narrativa com o nome completo da vítima, rompe com o padrão jornalístico e estabelece uma conexão imediata entre uma vida comum e a tragédia do homicídio.

MORTA PELO MARIDO
Elaine Figueiredo Lacerda
sessenta e um anos,

foi abatida a tiros
na porta de sua casa,
num final de tarde de domingo.
(Melo, 2018, p. 9)

A seguir, insiro a reprodução de uma manchete jornalística referente ao episódio, a fim de evidenciar como a mídia tende a destacar o agente masculino e a motivação do crime, enquanto reduz a vítima a uma condição genérica de “mulher”, apagando singularidades e reforçando a lógica da violência simbólica.

Mulher é assassinada a tiros pelo ex-marido que não aceitava fim de relacionamento, diz polícia

Por Portal Do Holanda

17/09/2018 11h41 — em [Policial](#)



Na manchete veiculada pelo portal de notícias, é possível identificar uma estrutura informativa que delimita os papéis sociais de forma direta: a vítima é apresentada como uma mulher, enquanto o acusado aparece como um homem; a forma de execução é explicitada — disparos de arma de fogo —, e a relação entre ambos é marcada pelo vínculo anterior de ex-marido. No romance, contudo, a ênfase recai inteiramente sobre a figura da vítima, cuja identidade é minuciosamente construída: trata-se de Elaine Figueiredo Lacerda, mulher de sessenta e um anos, assassinada por tiros quando se encontrava diante de sua própria residência. Ao compararmos os dois registros, percebemos que as aproximações mais evidentes se restringem à causa da morte e à tipificação do crime como feminicídio, enquanto o tratamento literário opera deslocamentos significativos.

Ao nomear a vítima e inseri-la em um cenário específico, a narrativa imprime um tom lírico que devolve voz e presença a quem teve sua existência interrompida de forma violenta. Soma-se a isso o uso do verbo “abater”, que aciona uma imagem desumanizadora, aproximando a mulher de um animal passível de eliminação, o que

evidencia como a violência simbólica se articula à violência física. Esse recurso linguístico cria uma tensão entre a objetificação social da vítima e a tentativa literária de reinscrevê-la na memória coletiva, deslocando-a da condição de dado estatístico para a de sujeito cuja história merece ser narrada.

Em suma, *Mulheres Empilhadas* constitui uma tessitura narrativa complexa, em que Patrícia Melo entrelaça jornalismo, ficção e mitos, criando um espaço literário que funciona como arquivo, memória e reflexão crítica. A estrutura tripla do romance evidencia a articulação entre violência concreta, experiências oníricas e processos de reinvenção simbólica, reforçando sua potência estética e política. Ao nomear vítimas de feminicídio e humanizar mulheres que seriam meros dados estatísticos, Melo devolve reconhecimento às histórias frequentemente apagadas, operando um gesto ético de resistência e preservação da memória.

Essa articulação entre realidade e ficção evidencia não apenas a potência narrativa da autora, mas também a centralidade das mulheres na trama. Ao fazer isso, a obra rompe com tradições literárias que historicamente silenciaram ou objetificaram as mulheres. É justamente a partir desse gesto de reescrita e visibilidade que se estabelece uma ponte para discutir, mais amplamente, a representação literária e feminina, tema que atravessa séculos de tradição patriarcal e que *Mulheres Empilhadas* problematiza com contundência.

2.2 - Mortas para calar: a representação literária e feminina em *Mulheres Empilhadas*

A opressão à população feminina sempre foi muito pesada e intransigente quanto à criação literária das escritoras e poetisas de qualquer país. (Potiguara, 2024, p. 87)

Na literatura clássica, as mulheres eram frequentemente retratadas como musas ou personagens idealizadas, mas raramente como criadoras de obras. Essa representação limitada refletia as funções sociais que lhes eram atribuídas, colocando-as mais como objetos de inspiração do que como sujeitos capazes de produzir arte e conhecimento. Assim, a figura feminina estava associada à inspiração, mas não à

autoria, reforçando estereótipos que a mantinham em uma posição passiva dentro do universo literário.

Durante séculos, a escrita e a produção literária permaneceram dominadas por homens, já que as mulheres tinham acesso restrito à educação e eram frequentemente excluídas dos círculos intelectuais. A sociedade patriarcal via a literatura como uma atividade "masculina", e as poucas mulheres que ousavam escrever eram frequentemente criticadas ou marginalizadas. Para evitar preconceitos, muitas autoras precisaram recorrer a publicações anônimas ou ao uso de pseudônimos masculinos. Como afirma Natália Vago em sua dissertação *Quando a arte imita a vida: feminicídio em Mulheres Empilhadas*:

Durante muito tempo, a escrita esteve em mãos masculinas e poucas foram as mulheres que não se dobraram ao sistema. Em meados dos anos de 1800, a mineira Beatriz Brandão (1779 – 1868) ousou escrever, dedicando-se à poesia, à tradução e à prosa. Embora fosse de uma família influente que tinha estreitos laços com a família imperial, hoje a sua obra é quase desconhecida. Pode-se citar, ainda, Nisia Floresta (1810 – 1885) e Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917) que, para além de escrever, foi a primeira mulher a conquistar um cargo público no Maranhão, onde também causou escândalo ao abrir uma escola mista. Maria Angélica Ribeiro (1829 – 1880), embora não tenha sido pioneira, teve bastante destaque por se dedicar aos textos teatrais. Josefina Álvares de Azevedo (1851 – 1913) destacou-se não só pelas poesias que escrevia, mas também pela luta para a emancipação civil da mulher. Narcisa Amália (1856 – 1924) foi a primeira a se profissionalizar como jornalista. (VAGO, 2021, p. 36)

Muitas mulheres batalharam para conquistar seu espaço e pavimentar o caminho para as escritoras das gerações futuras. Conforme a professora e pesquisadora Constância Lima Duarte:

Se hoje os livros de autores e autoras estão lado a lado nas vitrines e nas estantes, já houve um tempo em que as coisas não eram assim. Os homens dominavam sozinhos o espaço público, enquanto as mulheres ficavam confinadas, cuidando unicamente de afazeres relacionados à casa e à família. A história das relações sociais de gênero andou bem devagar, e foram necessários alguns séculos para as mulheres se tornarem as pessoas participantes que são hoje. (DUARTE, 2018, p.06)

A partir do século XVIII e, principalmente, no século XIX, as mulheres começaram a conquistar mais espaço na literatura, impulsionadas pelo avanço dos movimentos feministas e pela luta por direitos iguais. Já no século XX, com o fortalecimento dessas reivindicações, as mulheres passaram a escrever de forma mais aberta sobre suas experiências, desafios e perspectivas. No cenário contemporâneo,

não apenas ocupam um papel central na literatura, mas também protagonizam suas próprias narrativas, abordando temas como sexualidade, raça e classe social com maior profundidade e diversidade.

Entretanto, apesar desses avanços na participação feminina, a representação da mulher na literatura ainda carrega marcas da visão masculina predominante, como aponta Regina Dalcastagnè no artigo “Imagens da mulher na narrativa brasileira”, publicado na revista *O Eixo e a Roda* (2007). Sua análise das personagens femininas em obras literárias brasileiras revela que, embora a posição da mulher na sociedade tenha evoluído, sua presença na literatura ainda é retratada de forma inadequada. No entanto, a perspectiva feminina na criação literária tem permitido abordagens mais profundas sobre questões como maternidade, sexualidade, corpo e violências de gênero, tornando esses debates mais complexos e significativos.

Para Dalcastagnè, o corpo feminino é um espaço de constante disputa, onde diversos discursos se sobrepõem, não apenas descrevendo-o, mas também moldando-o. Sob um olhar predominantemente masculino, são criados estereótipos que impõem padrões de comportamento e aparência, refletindo mais as expectativas e projeções dos homens do que a complexidade da experiência feminina. No entanto, quando a escrita feminina é analisada, percebe-se um movimento distinto. Os estudos realizados apontam que:

“as mulheres constroem uma representação feminina mais plural e mais detalhada, incluem temáticas da agenda feminista que passam despercebidas pelos autores homens e problematizam questões que costumam estar mais marcadas por estereótipos de gênero (...) principalmente quando as personagens são brancas; caso contrário, as marcas de distinção são bastante reforçadas” (Dalcastagnè, 2007, p.130)

A pesquisa de Dalcastagnè também destaca outro ponto relevante: a complexidade na construção das personagens femininas e na representação de suas realidades e pluralidades. Ainda assim, essas personagens formam um grupo social específico, uma vez que a diferença de gênero estrutura experiências, expectativas, constrangimentos e trajetórias sociais (DALCASTAGNÈ, 2007, p.134).

Essa complexidade na representação feminina reflete na literatura contemporânea, como na obra de Patrícia Melo, que expõe diferentes camadas de violência e desigualdade vividas pelas mulheres. No entanto, a maneira como essas experiências são retratadas nem sempre abarca todas as possibilidades. No âmbito

jurídico e literário, Luiza Nagib Eluf, em *A paixão nos bancos dos réus*, ressalta a escassez de relatos, tanto na ficção quanto na realidade, ou seja:

A literatura traz poucos casos de mulheres que mataram seus companheiros. A vida real é também assim; nossos tribunais raramente se defrontam com casos de mulheres possessivas e vingativas que não suportaram a rejeição de seus amados e se acharam no direito de matar. (ELUF, 2003, p.117)

A afirmação de Eluf traz à tona uma questão relevante sobre a construção social da violência e sua representação na literatura e na realidade. O fato de a literatura retratar poucos casos de mulheres que matam seus companheiros reflete, em parte, um dado empírico: a predominância masculina em crimes de homicídio passionais. Entretanto, essa escassez também pode ser lida como um indicativo das normas de gênero que moldam tanto a percepção quanto a visibilidade de determinados comportamentos.

Historicamente, as mulheres foram associadas à passividade, ao cuidado e à emoção controlada, enquanto a agressividade e a violência foram socialmente legitimadas como características masculinas. Esse viés cultural influencia não apenas a maneira como os crimes são cometidos e interpretados, mas também como são representados na ficção e julgados no sistema jurídico. Na literatura, por exemplo, a figura da mulher criminosa muitas vezes surge como uma exceção ou como um desvio de normas estabelecidas, sendo retratada de maneira estereotipada, ora como vítima fragilizada, ora como um arquétipo de *femme fatale*.

No âmbito jurídico, a escassez de casos de mulheres que matam seus parceiros pode ter múltiplas explicações. Além do fator estatístico — já que a maioria dos homicídios passionais são cometidos por homens —, é importante considerar como a violência praticada por mulheres é interpretada pelo sistema de justiça. Enquanto crimes cometidos por homens muitas vezes são enquadrados em narrativas de domínio e posse, os de mulheres podem ser compreendidos a partir de uma perspectiva de autodefesa ou desespero, especialmente em contextos de violência doméstica. Isso pode influenciar a tipificação do crime, a aplicação de penas e a forma como esses casos chegam (ou não) ao tribunal.

Portanto, a citação de Eluf não apenas constata uma realidade estatística, mas também suscita reflexões sobre os condicionantes culturais e institucionais que influenciam a visibilidade e o julgamento da violência de gênero. Tanto a literatura

quanto o sistema jurídico não funcionam meramente como espelhos da realidade, mas como agentes que moldam e reforçam determinadas percepções sociais sobre o crime e os papéis de gênero.

Rita Terezinha Schmidt, no ensaio *Mulher e Literatura* resume bem o pensamento construído até aqui enfatizando que

(...) parte-se do pressuposto de que a arte literária mantém uma relação dialética com a realidade não verbal, com a realidade situada fora do universo linguístico. A obra literária não habita um mundo ideal, mas num mundo real do qual se alimenta e no qual atua, refletindo e interpretando o mesmo e, assim, influenciando ideias, valores e ação. (2017, p. 40)

Essa passagem dialoga e fortalece a construção da obra de Patrícia Melo, na qual a violência contra a mulher é representada de maneira multifacetada. As manchetes de notícias que introduzem diversos capítulos do romance funcionam como um recurso narrativo para evidenciar a brutalidade da realidade e a recorrência desses crimes. Além disso, os casos de feminicídio acompanhados pela advogada e pela promotora, personagens centrais da trama, ilustram como a violência de gênero se perpetua em diferentes contextos. Sem recorrer à romantização do agressor ou das relações abusivas, Melo expõe com maestria as múltiplas formas de violência contra a mulher e suas consequências, desconstruindo discursos que frequentemente minimizam ou justificam tais crimes.

Ao refletir realidades sociais em *Mulheres Empilhadas*, a violência de gênero assume um valor histórico no discurso literário, promovendo um profundo entrelaçamento entre ficção e realidade. A narrativa se destaca como uma poderosa denúncia do feminicídio e das múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres, evidenciando a urgência dessas questões tanto no Brasil quanto no cenário global.

Nesse contexto, sobressaem as histórias da indígena Txupira, da jornalista Rita, da promotora Carla e da protagonista — esta última, a única que sobrevive. Embora Rita e Carla não sejam indígenas, considero fundamental incluí-las nesta análise, pois suas mortes, articuladas como punição e silenciamento, evidenciam a lógica patriarcal e colonial que elimina vozes incômodas, especialmente aquelas que ousam romper com o pacto da impunidade.

Em seu artigo *Nova descida ao inferno: Patrícia Melo e as mulheres que matam* Ieda Magri corrobora que, apesar da violência, a obra também enfatiza a resistência feminina.

Se quem narra tem o poder – e especialmente nos romances policiais, em que o narrador é quase sempre homem, seja uma voz onisciente seja encarnada num narrador protagonista que no mais das vezes é o próprio detetive ou seu ajudante – neste livro de Patrícia Melo, o poder está com as mulheres. Uma mulher investiga, narra, relata, vive experiências e redescobre a si mesma dentro de uma trama de violência que tem a ver com muitas outras mulheres cujas histórias ela expõe num caderno, o caderno de mulheres empilhadas. Outra mulher é a promotora Carla Penteado, que tem papel importante na trama, já que conduz os julgamentos e o principal deles, o assassinato de Txupira, uma garota indígena da família Kuratawa. Outra mulher forte é a que mais chega perto de desvendar esse crime, Rita, uma jornalista e editora do Diário da Estrela. O escritório para o qual a narradora trabalha parece só empregar mulheres, ou pelo menos só aparecem na trama as mulheres desse escritório paulista. Para cada mulher morta há uma mulher viva que trabalha, investiga e confirma a luta pela igualdade de gêneros. Essa luta se apresenta também na aldeia Ch'aska, mais isolada na floresta, onde a narradora vai em busca de sua cura, levada por Marcos, filho de um estrangeiro com uma indígena e recepcionista do hotel no qual se hospeda a narradora. Nessa aldeia o pajé é uma mulher: Zapira. E sua história é contada no capítulo Beta. Há ainda a avó da narradora, para alargar a representação para todas as idades. (2020, p. 3)

Ao dar destaque às personagens, em especial as indígenas, Patrícia Melo evidencia que a violência que enfrentam é, igualmente, um reflexo do tratamento dispensado aos povos indígenas no Brasil. Um exemplo significativo dessa realidade é a personagem Naia, integrante da aldeia Kuratawa. Assim como outras mulheres indígenas, Naia também sofre violência, algo que se torna evidente aos olhos da protagonista em um momento específico da narrativa. Durante um passeio pela floresta, no qual Naia indica o local onde Txupira foi vista pela última vez, a personagem revela, ainda que indiretamente, a brutalidade que enfrenta. Ao retornar à aldeia, a protagonista percebe marcas de agressão no corpo de Naia e confronta seu marido a respeito da situação. No entanto, a narrativa, por meio da voz de Carla, ressalta que:

Para proteger Naia, temos que falar de demarcação de territórios indígenas. Quanto mais vulnerável uma comunidade, quanto mais desestruturada, mais a mulher indígena sofre esse tipo de violência, que é, na verdade, um efeito colateral da forma como os indígenas são tratados no Brasil. (MELO, 2019, p.156)

No romance, a representação da mulher indígena revela de forma contundente a sobreposição de violências que atingem corpos historicamente marginalizados. A narrativa demonstra como o machismo, associado à herança colonial, aprofunda a vulnerabilidade dessas mulheres, perpetuando ciclos de exclusão e violência. Com um enredo denso e impactante, Patrícia Melo não apenas provoca o leitor, mas também leva uma reflexão sobre as estruturas sociais que sustentam e naturalizam essas injustiças. Dessa forma, a construção narrativa explícita, em diversas passagens, a dominação masculina, evidenciando como essas opressões se manifestam ao longo da trama.

Sobre esse ponto, é interessante pensar na pesquisa de Paula Dutra em sua tese de doutorado *Entre a dor e o silêncio: a violência contra a mulher em romances contemporâneos* discorre sobre a necessidade da literatura para levar o leitor a refletir:

Entendendo a literatura como instrumento que pode despertar a empatia por nos permitir vivenciar experiências outras, é importante refletir sobre o seu papel também na luta pelos direitos humanos das mulheres. Pensar de que modo as representações da violência contra a mulher constroem ou desconstróem estereótipos de subalternização, assim como se diferenciam a partir da perspectiva social dos autores é necessário. (DUTRA, 2019, p. 24)

Lembro-me da primeira vez em que li *Mulheres Empilhadas* e me deparei com a passagem sobre os assassinos de Txupira e os relatos referente a sua morte, porém, foi a forma brutal como a jovem indígena foi violentada até ser morta que me atingiu em cheio. Senti as lágrimas brotarem nos olhos e uma ânsia profunda no estômago, como se meu corpo inteiro rejeitasse aquela realidade cruel. Muitas vezes ouvi pessoas dizerem que a literatura não serve para nada; muitas vezes precisei me agarrar às inquietações que me atravessam ao apresentar um trabalho sobre minha pesquisa porque, se já é difícil ler, imagine falar em voz alta, sentir os olhares pesarem sobre mim, perceber as pessoas se contorcendo na cadeira, desconfortáveis diante do horror que as palavras carregam. Mas, como Dutra aponta, a literatura nos permite viver outras experiências e, acima de tudo, sentir empatia. Ao avançar pelas primeiras páginas – para mim, as mais dolorosas –, compreendi, com um peso indescritível, que a violência não apenas existe, mas é silenciada.

Dessa forma, a literatura emerge como um espaço de resistência e denúncia, promovendo uma leitura crítica da realidade e problematizando a perpetuação de estruturas opressoras. A representação da mulher indígena e de tantas outras, nesse

contexto, não se limita à vitimização; pelo contrário, evidencia sua resiliência e agência, desafiando narrativas que a reduzem a um objeto passivo da violência.

Ao evidenciar as vozes dessas personagens, a obra não apenas denuncia os abusos sofridos, mas também destaca suas formas de resistência, seja por meio da memória, da oralidade ou da reafirmação de sua identidade. A violência de gênero contra mulheres não pode ser dissociada de um contexto maior de colonialidade do poder, no qual a exploração dos corpos se entrelaça com a expropriação de territórios e saberes ancestrais. Assim, ao trazer essas questões para o centro da narrativa, a literatura contribui para o reconhecimento dessas mulheres como sujeitos históricos, rompendo com a invisibilidade a que foram submetidas.

Nesse sentido, a literatura contemporânea assume um papel essencial ao tensionar as estruturas que perpetuam a marginalização das mulheres indígenas. Obras que abordam essa temática não apenas expõem as feridas de um passado colonial ainda presente, mas também reivindicam um espaço de escuta e transformação. Afinal, como aponta Paula Dutra, a literatura possibilita ao leitor experienciar realidades diversas, tornando-se, assim, um instrumento fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente e crítica.

Dentro desse contexto de denúncia e resistência, a obra de Patrícia se destaca ao dar visibilidade às mulheres vítimas de agressão, explorando diferentes classes e camadas sociais por meio de personagens e cenários que refletem a sociedade brasileira. A narrativa é conduzida por uma voz sensível e comprometida em expor os dilemas do mundo ao seu redor. A protagonista, assim como outras mulheres retratadas pela autora, encontra-se em um contexto de violência que a obriga a reagir, ainda que contra sua vontade, uma realidade comum a diversas vítimas. Sem um nome definido, essa personagem simboliza inúmeras mulheres brasileiras que vivenciam situações semelhantes e assumem múltiplos papéis.

Ademais, a protagonista do romance demonstra um afastamento dos padrões tradicionais das personagens femininas, apresentando-se como uma mulher forte, determinada, resiliente, solidária e empática. As outras figuras femininas na obra também rompem com estereótipos comuns na literatura, revelando uma realidade distinta daquelas frequentemente idealizadas. A citação abaixo exemplifica esse rompimento ao mostrar Carla inserida em um contexto de solidariedade e respeito às tradições indígenas.

Carla suspirou. Ela havia adentrado a sala com os olhos pintados à maneira das indígenas da aldeia de Txupira, causando incômodo à defesa. Explicou que não se tratava de maquiagem, que os ritos da aldeia de Txupira tinham uma relação profunda com os mortos e que a pintura feita minutos antes no banheiro do fórum pelas mulheres da aldeia, com tinta extraída do urucum que elas próprias haviam trazido para esse propósito, era na verdade um importante ritual funerário na vida dos Kuratawa.” (MELO, 2019, p.47)

Seu gesto de aderir ao ritual funerário dos Kuratawa não apenas demonstra empatia e aliança com as mulheres da aldeia, mas também desafia a visão etnocêntrica das instituições. O incômodo gerado nos representantes da defesa evidencia como práticas culturais indígenas são frequentemente marginalizadas ou vistas com estranhamento, reforçando a crítica à exclusão e ao apagamento desses povos. Dessa forma, a obra articula uma crítica feminista ao destacar a resistência feminina diante das estruturas de poder que buscam silenciá-las, seja no âmbito cultural, social ou jurídico.

A construção da personagem Carla Penteado se dá por meio do olhar próximo da narradora, que estabelece com ela uma relação de profunda amizade. Através das descrições e caracterizações, Carla é apresentada como uma mulher perspicaz, determinada, independente e altamente competente em sua profissão. Apesar de sua postura firme e segura, ela não negligencia nem oculta sua sensibilidade ao lidar com as vítimas de violência cujos casos assumia, demonstrando empatia e comprometimento com a justiça. A aproximação da promotora e advogada se dá no tribunal, através do caso de Txupira.

2.3 - “Mas a ideia não era matar”: a morte *sem querer* da jovem indígena Txupira

– Mataram Txupira. Mataram Queila. Mataram Daniela. Mataram Eudinéia & Iza & Silvana & Degmar & Raele. Mataram Juciele. Mataram Regina. [...] – Mataram Scarlath – continuei. – Mataram Tatiana Spitzner. Mataram Elaine Figueiredo Lacerda. Mataram Rayane Barros de Castro. Mataram Fernanda Siqueira. Mataram Rita, a jornalista. Faltam muitos nomes – disse. – Não li o jornal de hoje. (Melo, 2019, p. 95-96).

No julgamento pelo assassinato de Txupira, a protagonista toma conhecimento dos detalhes por meio do depoimento de uma testemunha que ouviu a confissão de um dos réus. Segundo o relato, Luís Crisântemo Alves, o primeiro acusado, contou à testemunha que ele e seus colegas, Abelardo Ribeiro Maciel e Antônio Francisco Medeiros, estavam dirigindo pela estrada quando avistaram a adolescente indígena caminhando pela mata:

O programa era jogar sinuca na fazenda, onde estariam sozinhos para beber o uísque do pai, mas a índia agora estava ali, dando sopa. [...] Acharam graça. A índia ali, desfrutável. Quando deram ré, vem cá, vem cá, disseram, a selvagem saiu em disparada. Então, um deles teve que ir atrás. Caçar a moça. Enfiá-la no carro. À força. Não para estuprar, nem para matar, mas para se divertir, porque eles acharam engraçado ver a índia assustada, como bicho, acharam engraçado sem saber explicar por que era engraçado, talvez porque já estivessem bêbados, e depois, ela não entendia picas do que eles diziam, ficava olhando com uns olhões grandes, com cara de tonta, e isso eles também acharam muito cômico, e depois – ele nem sabe explicar como tudo aconteceu, mas foi assim, uma coisa levando à outra, ela não parava de gritar, e por isso eles rasgaram a camiseta dela e a amordaçaram. Isso, já dentro do automóvel. E assim, ela ficou com os peitos de fora, e Txupira era uma índia muito bonita, e então eles chegaram à fazenda, e aquela coisa toda, continuaram a beber, e a coisa foi, assim, digamos, acontecendo assim, ‘naturalmente’, sabe? (MELO, 2019, p. 36-37).

Em seguida, Francisco assediou Txupira, e ela reagiu com um tapa no rosto dele. Abelardo, então, pegou uma faca e começou a ameaçá-la, “e assim eles acabaram no celeiro, onde Txupira foi pendurada num desses ganchos de açougueiro para ‘se acalmar’. E foi assim que eles acabaram estuprando, torturando e matando Txupira. Mas a ideia não era matar. Nem estuprar. Foi sem querer.” (MELO, 2019, p. 37).

A versão dos fatos apresentada pelos três acusados insiste na ideia de um crime "acidental", impensado e quase involuntário. Essa narrativa, no entanto, esconde a brutalidade de um feminicídio marcado por motivações raciais e misóginas, diretamente ligadas à lógica colonial. Txupira, animalizada e desumanizada pelos homens, é vista como não humana, ecoando a mesma visão hierarquizante e opressora que a colonização impôs sobre os corpos indígenas.

O corpo foi desovado num igarapé. A família de Txupira e os indígenas da aldeia já tinham revirado a mata de cima abaixo atrás da menina. O pai dela foi até a Funai para pedir ajuda. E antes mesmo que o delegado soubesse do carro e do sangue e prendesse os rapazes, o corpo de Txupira foi encontrado boiando, de costas, os braços amarrados. Seus mamilos foram extirpados. E dentro do seu útero encontraram cacos de vidro. (MELO, 2019, p. 37)

A culpabilização das vítimas, comum nas representações midiáticas sobre feminicídios, revela a plasticidade do machismo estrutural na sociedade brasileira. Esse sistema é capaz de, simultaneamente, abrir espaço para as mulheres no mercado de trabalho e manter a desigualdade salarial entre gêneros, criar leis contra a violência doméstica e sustentar uma cultura que responsabiliza a vítima pela violência que sofre. Assim, perpetuam-se ideias que associam o masculino ao

universal, enquanto o feminino é relegado a um lugar secundário, rebaixado e, muitas vezes, invisibilizado reforçando a opressão estrutural, especialmente sobre mulheres indígenas e outros grupos marginalizados.

Reunida com a protagonista em sua casa, Carla expõe uma das táticas empregadas pela defesa dos acusados. Em vez de questionar a credibilidade de Txupira, a estratégia buscou persuadir o júri de que os réus possuíam um histórico irrepreensível, sendo retratados como jovens cordiais, queridos por professores, namoradas e familiares. Não é por acaso que Patrícia decide adotar essa perspectiva, procurando evidenciar o perfil dos assassinos, expondo e denunciando suas ocupações, níveis de escolaridade, o grau de proximidade com as vítimas e os instrumentos utilizados no crime, com o objetivo de trazer à tona uma realidade gritante: para cometer o feminicídio, basta ser homem e ter a intenção de matar, como se observa na sequência dos excertos:

Profissão do acusado: Militar. Eletricista. Servente de 17 pedreiro. Lavrador. Funcionário público. (...) Grau de instrução do acusado: Semianalfabeto. Superior completo. Analfabeto. Nível universitário. Grau de relação com a vítima: Marido. Namorado. Amante. Exalante. Irmão. Cunhado. Padrasto. Em apenas cinco casos, o assassino não conhecia a vítima. [...] Talvez agora, eu pudesse encher vários álbuns com minhas fotos de mulheres assassinadas, ou com as armas dos crimes. Faca. Foice. Canivete. Enxada. Garrafas. Martelos. Fios elétricos. Panelas de pressão. Espetos de churrasco. Na hora de assassinar uma mulher qualquer objeto é arma. (Melo, 2019, p. 21).

O feminicídio não se limita a um perfil específico de agressor, ocorrendo em todas as camadas sociais. A diversidade de profissões e níveis de escolaridade dos réus refuta a noção de que apenas indivíduos marginalizados cometem esses crimes, evidenciando que a violência contra a mulher é um fenômeno estrutural e disseminado.

A narrativa contrasta radicalmente com a brutalidade dos atos cometidos contra Txupira, revelando a tentativa de suavizar a imagem dos agressores e minimizar a gravidade do crime. Além disso, o depoimento das testemunhas reforça um discurso colonial e preconceituoso frequentemente direcionado às mulheres indígenas, evidenciando a persistência de estereótipos que as colocam em situação de vulnerabilidade.

Era verdade que a defesa, em vez de atacar a credibilidade de Txupira, tentou convencer o júri do histórico exemplar dos réus. Professores foram chamados para depor. Os acusados foram apresentados como rapazes afáveis, gentis, — de quem todos gostava. —Ele é um cavalheiro, disse a professora de

anatomia de animais domésticos. —Só posso dizer que ele é um fofo, assegurou Joslaine, a namorada de um deles, que calçava saltos altíssimos e estava vestida com uma jaqueta debruada de dourado, como se fosse para uma festa. —O Crisântemo sabe tratar uma mulher. Ele não é capaz de matar nem uma mosca. Quanto mais uma índia. A futura sogra do outro réu, dona de uma criação de cavalos, gastou nosso tempo explicando como seus bichos ficavam contentes quando o moço chegava na estrebaria. —Vocês precisam ver! (MELO, 2019, p. 51).

Robson, o advogado de defesa dos assassinos finaliza com a fala: “Pensem bem, por que diabos esses senhores, de boas famílias, bem apessoados, com namoradas lindas, com um futuro brilhante à sua frente, sequestrariam, torturariam e matariam uma mulher?”⁷⁰. Carla, por sua vez, responde com firmeza: “Para se divertir”⁷¹. Com o vigor que lhe é característico, ela desmonta a estratégia do advogado de defesa:

– Quero lembrar a vocês a razão de estarmos aqui. Estamos aqui porque uma adolescente de apenas 14 anos – disse ela, sacando de sua pasta a foto de Txupira brincando de cabo de guerra que havia sido publicada nos jornais – foi estuprada, torturada e morta por estes três rapazes. É o crime deles que estamos julgando. Não nos interessa se eles tiraram dez na prova de anatomia de animais domésticos. Nem se eles mandam rosas para as namoradas todos os dias. O que estamos julgando aqui é o crime que cometeram e não a forma como eles tratam os cavalos ou suas namoradas (MELO, 2019, p. 50).

É possível observar um processo de animalização e negação da humanidade dos sujeitos indígenas - independente se é dentro de uma obra literária ou não - na medida em que Txupira é associada à barbárie e tem sua identidade feminina desconsiderada. Essa desumanização também se manifesta quando Carla, ao conversar com a protagonista, expressa com suas próprias palavras a gravidade do que ocorreu:

É claro que a defesa preferiu uma abordagem, digamos, mais afeita à mídia. Mais ecológica. Não atacar a reputação de Txupira foi algo puramente estratégico. Para essa gente, indígena é bicho. Note que não vemos indígenas na cidade. Índio é bicho. E bicho é ecologia. Não vamos transformar esse caso num crime ecológico, eles pensaram. Vai sair mais caro. Essa coisa de matar ‘índio’ e macaco em extinção pode cair na imprensa internacional. Pode virar um barulho dos infernos. (MELO, 2019, p. 52)

Além disso, o que a imprensa gosta, de verdade, é de assassinos. Sobretudo quando eles são brancos e ricos, como Crisântemo. Ou, ao menos, da classe média.⁷² A promotora também pontua que, após mais de quatro anos de atuação no Acre, pôde

⁷⁰ MELO, Mulheres Empilhadas, p. 48.

⁷¹ MELO, Mulheres Empilhadas, p. 48.

⁷² MELO, Mulheres Empilhadas, p. 76.

constatar a falta de preparação das instituições para lidar especificamente com as demandas e especificidades dos povos indígenas:

Até sessenta anos atrás eles eram escravos nesta terra - falou. Os indígenas não são visíveis na nossa sociedade, como os negros. Não é disso que estamos falando. É diferente. É outra coisa. Eles simplesmente não existem. Eles foram dizimados. Estão sendo dizimados. (MELO, 2019, p. 156)

A declaração de que "eles simplesmente não existem" não apenas expõe o genocídio indígena ao longo da história, mas também evidencia a continuidade dessa violência no presente, ressaltando a missão do Estado e da sociedade na proteção e garantia dos direitos desses povos. No contexto do romance e do crime cometido contra Txupira, a narrativa avança para o momento decisivo do julgamento. Dias após os primeiros relatos sobre o caso, a sentença de pronúncia é finalmente lida no fórum:

"Segundo a votação dos jurados, realizada a portas fechadas, não havia provas suficientes contra os réus. *In dubio pro reo*⁷³. Simples assim. Os réus e seus familiares se abraçaram. – Arre djanga! Não falei? – ouvi alguém dizer. – Você vai ao churrasco? – perguntou outro." (MELO, 2019, p. 60).

Os advogados dos réus estavam convictos de que seus clientes seriam absolvidos da acusação relacionada ao crime de Txupira. Essa certeza reflete um cenário mais amplo e preocupante, no qual a repetição de crimes e as subsequentes absolvições por parte de júris ilustram uma dinâmica recorrente nos tribunais brasileiros. O caso de Txupira, em particular, ganhou destaque na mídia, que optou por retratar os acusados como "cidadãos de bem", quase vítimas de uma injustiça por serem incriminados de um ato tão violento. A narrativa construída em torno de Crisântemo, Abelardo e Francisco os transformou em figuras quase heroicas, como se fossem "heróis trágicos de Cruzeiro do Sul" (MELO, 2019, p. 76).

Enquanto isso, a cobertura midiática ignorou, em grande parte, a vítima, Txupira, e não houve um movimento significativo de indignação pública em seu favor. Pelo contrário, a revolta popular direcionou-se contra um dos jornais de menor circulação da cidade, que ousou questionar a absolvição dos três homens. Esse

⁷³ A expressão latina "*in dubio pro reo*" significa "na dúvida, a favor do réu" (em tradução livre). Assim, o princípio do "*in dubio pro reo*" adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro expressa que, havendo dúvida no processo penal, por falta de provas, a interpretação do Juiz deve ser em favor do acusado. Em outras palavras, se a acusação não conseguir apresentar provas que sejam suficientes para demonstrar que o crime ocorreu e quem foi o autor, o Juiz deverá absolver o réu. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/201cin-dubio-pro-reo201d>. Acesso em: 08 mar. 2025.

veículo de comunicação destacou que o veredito do júri foi marcado por indícios de corrupção, além de apontar inconsistências nas evidências físicas do caso e nas provas que haviam sido enviadas anonimamente a uma das jornalistas. Essa postura contrastava fortemente com a linha editorial do jornal mais influente da região, que reforçava a imagem dos acusados como inocentes.

Essa divergência na cobertura jornalística pela vítima expõem uma realidade complexa, na qual a justiça e a percepção social são frequentemente influenciadas por narrativas midiáticas e por falhas estruturais no sistema judiciário. O caso de Txupira, portanto, não é apenas um exemplo isolado, mas um reflexo de um problema mais profundo, que envolve a manipulação de informações.

A motivação por trás do crime cometido contra a adolescente só foi revelada posteriormente, por meio de uma gravação encontrada no celular da adolescente. O vídeo, feito pela própria Txupira, documentava uma operação de desembarque e ocultação de cocaína na mata da aldeia Kuratawa, envolvendo os três assassinos. Essa descoberta, apresentada no desfecho da narrativa, não apenas esclarece as razões do crime, mas também expõe uma realidade social mais ampla e profundamente enraizada. O assassinato da jovem indígena revela as consequências de uma sociedade marcada por heranças colonialistas e patriarcais.

A incapacidade de condenar os assassinos de Txupira expõe e critica uma faceta ainda mais sombria do sistema judiciário brasileiro, ao revelar um episódio de corrupção que influenciou diretamente o desfecho do caso. A narrativa constrói essa denúncia de forma sutil, mas impactante, ao descrever um momento crucial na madrugada anterior à leitura da sentença. A protagonista, perturbada por um pesadelo, acorda com a boca seca e decide ligar para a recepção do hotel onde está hospedada, a fim de pedir água. No entanto, como ninguém atende sua chamada, ela resolve subir até o restaurante, localizado no primeiro andar do estabelecimento.

Ao chegar ao local, ela percebe que o ambiente está quase completamente às escuras, exceto por uma luz acesa ao fundo, na cozinha. Curiosa, ela se aproxima da porta e testemunha uma cena reveladora: três jurados responsáveis pelo julgamento do caso de Txupira estão sentados, bebendo cerveja com Robson, o advogado de defesa dos réus:

– O problema deste país é a raça – falou um deles. – Na minha opinião, só mesmo destruindo tudo e começando do zero. Recuei. Sem pensar, saquei o celular do meu bolso e fotografei a cena. É dever legal de um jurado, durante o julgamento, permanecer incomunicável. Os oficiais de justiça são

responsáveis pela manutenção dessa incomunicabilidade. Se aqueles jurados estavam hospedados no hotel, por causa da duração do julgamento – coisa que eu só tomei conhecimento naquela madrugada –, que porra de petit comité era aquele? (MELO, 2019, p. 58).

Essa imagem, aparentemente banal, carrega um peso simbólico enorme, pois expõe a manipulação e a parcialidade que permeiam o processo judicial. A cena sugere que a decisão do júri foi comprometida por interesses escusos, evidenciando como a corrupção pode distorcer a justiça e garantir a impunidade daqueles que detêm poder e influência.

No dia seguinte, a protagonista, ainda impactada pelo que presenciou na noite anterior, dirige-se à casa de Carla com a intenção de relatar o ocorrido. No entanto, não consegue encontrá-la a tempo, pois Carla já havia partido para o fórum, onde o veredito do caso de Txupira seria anunciado. Pouco depois, confirma-se o que já havia dito anteriormente: os três acusados são absolvidos, reforçando a sensação de que a justiça havia sido manipulada.

Diante desse desfecho, a promotora sugere à protagonista que compartilhe a foto dos jurados com o advogado dos réus com Rita, editora do jornal *O Diário da Estrela*. A ideia é que a imagem seja divulgada publicamente, expondo o episódio de corrupção que provavelmente influenciou a decisão do júri. Essa estratégia busca pressionar as instituições a enfrentarem as falhas e os vícios do sistema judiciário.

Três dias depois do encontro da protagonista com Rita, na primeira página de *O Diário da Estrela*: “‘Foram eles’, acusava a manchete em letras garrafais.” (MELO, 2019, p. 77). A reportagem apresentava, além de fotos de Crisântemo, Abelardo e Antônio em lanchas e carros luxuosos, a foto do advogado Robson com os jurados na cozinha do hotel – a prova da compra do júri. No entanto, o tiro saiu pela culatra:

O efeito da matéria foi o oposto do que esperávamos. Não houve clamor público, ninguém saiu às ruas pedindo justiça para Txupira, ou gritando “Txupira, presente”. O que houve foi uma reviravolta contra o jornal. A cidade simplesmente se solidarizou com os assassinos. Coitados dos meninos, diziam. Linchados pela mídia. (MELO, 2019, p. 78)

Ao passo que, mais adiante no romance, quando os três rapazes são assassinados uma onda de luto e indignação varre a cidade:

Tão jovens, diziam em uníssono. Tão bonitos. Uma vida pela frente. Uma crueldade! Uma barbárie! (...) Os velórios esvaziaram as suas de Cruzeiro do Sul. a cidade se encheu de faixas “Crisântemo, presente”, “Abelardo,

presente”, “Francisco, presente”. Quase não acreditei quando as vi. Na verdade, tive um acesso de riso. Nervoso. Fiquei pensando em colocar outras do tipo: “Estuprador, presente”, “Assassinos, presente”. (MELO, 2019, p. 178)

2.4 - “Independente, vacinada e dona do seu nariz”: a morte de Rita e Carla na pilha das mulheres mortas

“– Se mataram Rita, podem também nos matar.” (MELO, 2019, p. 90)

Eu gostava do jeito de Carla, uma mulher ruidosa, quase agressiva, e que, apesar de vivenciar uma violência espantosa na sua rotina, mantinha uma atitude solar, positiva. Estava confiante de que os rapazes seriam condenados no dia seguinte. (MELO, 2019, p. 52)

No mesmo dia em que a reportagem sobre a corrupção no caso de Txupira foi publicada no jornal *O Diário da Estrela*, a protagonista foi expulsa do hotel onde estava hospedada, indicando uma reação imediata contra quem revelou a verdade. No entanto, a situação piorou drasticamente quando, na madrugada seguinte, Carla ligou para a protagonista com a notícia chocante: “Encontraram o corpo da Rita”, a jornalista que denunciou os assassinos de Txupira. A protagonista, inicialmente confusa, ouviu Carla repetir: “Ela foi encontrada morta.” (MELO, 2019, p. 81). Esse trágico desfecho evidencia o uso da violência como meio de silenciar quem ameaça expor crimes e corrupção.

– Não foi acidente – repetia Carla no trajeto, antes mesmo de ver o corpo de Rita –, não depois – argumentou – de Rita ter publicado aquela matéria, acusando Luís Crisântemo Alves e seus amigos pela morte de Txupira de forma tão cabal.

A reportagem, baseada na minha foto, acabou se reproduzindo como um vírus em outros jornais e sites, e agora havia uma pressão do estado para que o caso de Txupira fosse investigado com mais rigor. “Era uma questão de lógica”, dissera Carla, os três rapazes pertenciam a famílias importantes, gente que estava no poder desde que o Acre foi anexado ao Brasil, gente acostumada a resolver os problemas à bala. (MELO, 2019, p.84)

Rita simboliza a imprensa que é silenciada, especialmente quando busca expor verdades incômodas. Sua morte, enquadrada como um “acidente”, revela como as investigações podem ser falhas ou manipuladas para ocultar crimes. Além disso, por ser mulher, sua história e luta são ainda mais invisibilizadas. As palavras de Bourdieu corrobora com o exposto:

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos, principalmente visíveis, na representação como as mulheres fazem (...) A violência simbólica se institui por meio da adesão que o

dominado não pode deixar de conceder ao dominante quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar a sua relação com ele mais do que instrumentos de conhecimento que ambos tem em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural (BOURDIEU, 2007, p. 47).

No caso de Rita, sua morte e o silenciamento de sua voz refletem a violência simbólica, na qual a desigualdade de gênero e a manipulação das narrativas oficiais operam para naturalizar injustiças e apagar lutas. A dominação se perpetua pela internalização das estruturas opressoras, tornando-as quase invisíveis aos próprios dominados, que, ao adotarem as categorias impostas pelos dominantes, acabam por reforçar essa relação de poder.

Ao longo da narrativa, diversos boletins de ocorrência e investigações são realizados sobre as mortes de Rita e Txupira. Após o enterro de Rita, Carla alerta o protagonista para o perigo: “– Se mataram Rita, podem também nos matar.” (MELO, 2019, p. 90). Tragicamente, suas palavras se concretizam, pois ela acaba tendo o mesmo destino de Rita e também é assassinada. A narradora, ao notar que a amiga não aparecera no fórum, estranhou a ausência e decidiu ir até a casa dela para verificar o que havia acontecido:

Carla estava caída de bruços dentro de uma poça de sangue perto da televisão. Marcos pegou no seu pulso e me olhou de um jeito que nunca mais vou esquecer. Comecei a gritar, um grito seco, pontudo, cortante, como se ele fosse uma faca, uma navalha, um estilete, de gume afiado, que eu estivesse enterrando na minha própria carne. (MELO, 2019, p. 193).

Como mencionei na Introdução, a obra é organizada em três planos e um deles corresponde aos capítulos numerados de 1 a 11, nos quais há referências a assassinatos reais. No entanto, o décimo segundo e último capítulo dessa linha narrativa rompe com o padrão estabelecido e descreve o assassinato da personagem Carla, conforme mencionado anteriormente.

DA SIMPLES ARTE DE MATAR UMA MULHER 2

No topo da pilha das minhas
mulheres mortas,
na altura do hipocôndrio direito,
ou mais especificamente a meio caminho
entre o mamilo direito e o umbigo,
no corpo de Carla Penteado, 40 anos,
(independente, vacinada e dona do seu nariz)
foi identificado um ferimento ovalar
uniforme

de bordos contínuos,
 invertidos,
 avermelhados,
 produzidos por passagem de projétil de arma
 de fogo.
 Projétil este também analisado
 por peritos acreanos
 que concluíram que o mesmo
 fora disparado
 pela mesma
 arma de fogo
 que matou
 Crisântemo
 & Abelardo
 & Francisco.
 (MELO, 2019, p. 194).

Em *Mulheres Empilhadas*, as personagens femininas são as primeiras a sair de cena, não por vontade própria, mas à força: Txupira, ao filmar atividades ilícitas em sua terra; Rita, ao denunciar a absolvição de réus e expor irregularidades no júri; e Carla, que, inicialmente, parece ser assassinada por investigar Txupira, mas descobre-se que foi morta por seu ex-namorado Paulo, um homem acreano.

Durante um almoço de sábado, a protagonista, Marcos e Carla conversam sobre o assassinato de Crisântemo, Abelardo e Francisco. A partir do diálogo, supõe que eles foram mortos pela mesma pessoa que tirou a vida de Carla, o que sugere uma conexão entre os crimes e a existência de um assassino em comum. No mesmo dia, à tarde, após o almoço, os três vão à cidade para comprar produtos para a aldeia de Zapira. Enquanto estão sentados em frente a uma sorveteria, avistam Paulo em uma moto. Ele estaciona e se junta ao grupo, mas a narradora percebe uma atmosfera de tensão entre Carla e Paulo. Ao questionar Carla sobre o motivo da estranheza — já que, no início da trama, ele participava das reuniões do grupo —, ela responde de forma seca que não quer mais nada com ele.

Revirando os olhos, quase hostil, com um sorriso artificial no rosto, Carla deixou muito claro o quanto a presença dele a incomodava. Senti pena do rapaz. – Não exagera – disse ela, quando ficamos a sós. E então me contou que, na noite anterior, Paulo apareceu na sua casa, do nada, sem avisar, bem na hora em que Denis estava lá. – Falei que estávamos trabalhando no caso de Rita. – Ele acreditou? – Problema dele. Sou maior, vacinada, pago minhas contas, não devo satisfação a ninguém. Além do mais, já tinha falado para ele que queria um tempo. Que estava focada no meu trabalho. (MELO, 2019, p. 188)

Carla não escapou ao padrão de assassinatos de mulheres, nos quais os autores são frequentemente cônjuges ou ex-cônjuges incapazes de aceitar o término do relacionamento.

– O Paulo. Aquele moço que a Carla namorou. Está dando na televisão sem parar. Foi ele que matou a Carla e os três.

Corremos até uma venda ali perto do cais (...)

Na tevê, cenas de Crisântemo, Abelardo e Francisco no campus universitário e em sala de aula: “Crime esclarecido”, estava escrito na barra inferior que identificava as imagens. (...)

O pai de Crisântemo foi abordado por repórteres na entrada da delegacia. “Eu prometi ao meu filho que não descansaria enquanto o criminoso não estivesse na cadeia. Agora vamos descobrir toda a verdade. Teremos justiça: isso eu posso garantir”, disse ele.

Quase não se falou na morte de Carla. Na imagem que a produção usou na reportagem, ela estava de biquíni, relaxada, tomando sol no rio. Sua morte, aos olhos daquela gente, era menos importante do que a morte dos três playboys de Cruzeiro do Sul. Era uma cidadã de segunda classe. Morta como coadjuvante. (MELO, 2019, p.198)

Em uma última conversa com a protagonista, Paulo tenta justificar seu crime, algo que é injustificável:

– Perguntei mil vezes se ela estava com o Denis – disse ele. – Sabe, tudo tem limite. A minha paciência tem limite. Naquele sábado, eu fui à casa dela para falar exatamente isso. Fui bem claro, falei: —Carla, tudo tem limites. Eu disse que ela não sabia dar valor para as pessoas que realmente gostavam dela. Eu falei: —Você não dá valor para quem merece. Falei: —Sou eu que cuido de você. E ela se fazendo de tonta, sabe? —O quê? O quê? Ficava perguntando. Eu falei: —Você pensa que pode chegar aqui em Cruzeiro do Sul, se meter com esses caras cheios da grana, pintar e bordar e que não vai sofrer nenhuma consequência? Você acha que está onde? Você devia me agradecer por não ter mais aqueles três estupradores no seu pé. E não pense que foi o Denis que resolveu essa parada para você. Aí é que eu me dei conta de que ela, além de tudo, era mal-agra-de-cida. (...) —Do que você está falando? Ela continuou repetindo. Puta raiva que me deu. O jeito que ela me olhava. Sabe, tipo como se ela fosse, sei lá, a dona dessa porra toda? A melhor. Como se eu fosse, sei lá, um produto que você usa e descarta? Ficou falando um monte de merda. Aí, mostrei o revólver que eu tinha usado para protegê-la. Foi um erro, eu sei. O revólver fez com que ela surtasse. Ela começou a gritar. Descontrolada. Tipo louca, mesmo. Um sufoco. Daí em diante, foi foda. Perdi o controle. Ela ficou lá gritando, me atrapalhou o raciocínio. Falei —Cale a boca, Carla, deixe de ser histérica. Ela não me ouvia. Continuou gritando, gritando. E quando eu tentei chegar perto, ela me empurrou. Me deu um tapa. Me chamou de vagabundo. De inútil. Estou sendo muito franco com você. Temos que contar toda a verdade para o nosso advogado, sei disso. Ela me chamou de folgado. Ficou jogando um monte de merda na minha cara. Foi foda. Fiquei me segurando. Mas quando ela pegou o celular, dizendo que ia me entregar para polícia, não aguentei (Melo, 2019, p.223-224).

– O problema é que fiz tudo isso para defender a pessoa errada, entendeu? Eu é que me fodi. Porque enquanto eu estava preocupado com a segurança

de Carla, com o bem-estar dela, com o fato de ela estar sufocada de tanto trabalho por causa dessa índia morta, e por causa de Rita, que se meteu onde não devia, enquanto eu estava queimando meus neurônios para caçar aqueles riquinhos estupradores, o que ela fazia? Fodia com o Denis. (MELO, 2019, p. 225).

Embora Carla já tenha defendido uma série de casos de violência e feminicídio e reconheça os padrões, compreendendo plenamente os sinais de risco, naquele momento específico, ela acabou por se esquecer temporariamente de quem era e de onde estava. Esse esquecimento não foi um sinal de burrice, fraqueza, descontrole ou histeria — como Paulo insiste em acusá-la. Foi, antes, um daqueles instantes em que ela, mesmo consciente de sua força e resiliência, deixou de lado a percepção de sua própria vulnerabilidade.

Quando Paulo diz “Eu é que me fodi”, ele pode parecer alheio à realidade, mas, na verdade, está totalmente inserido na mentalidade de homens que acreditam ter o direito de tirar a vida de quem, supostamente, um dia amaram. Carla foi assassinada; ele, porém, permanece vivo. Em sua justificativa distorcida, enquanto ele se via como seu “protetor” contra os “riquinhos estupradores”, ela simplesmente seguia em frente com sua vida — algo que, para ele, foi motivo suficiente. Além disso, ao mencionar Txupira de forma depreciativa, chamando-a de “essa índia morta”, Paulo não só desvaloriza a vida e a morte dela, mas também reforça uma visão que reduz a importância das mulheres, principalmente as indígenas, dentro de sua perspectiva.

Os assassinos de Txupira, de Rita e de Carla têm em comum não apenas a violência brutal, mas também a forma como suas ações são sustentadas por uma dinâmica de sexismo profundamente enraizada nas estruturas de poder. Sob a máscara da masculinidade, essas figuras masculinas perpetuam um ciclo de dominação e controle, que se mistura com as relações de poder históricas estabelecidas nas Américas desde a colonização.

Dentro deste contexto, a literatura feita por mulheres representa uma continuidade das lutas históricas por direitos e melhores condições de vida. Patrícia Melo, em *Mulheres Empilhadas*, desafia a visão tradicional que coloca a mulher em um espaço doméstico, apresentando personagens femininas que assumem papéis usualmente atribuídos aos homens. A autora propõe uma revisão dessas estruturas, colocando as mulheres no centro da narrativa e rompendo com a representação passiva à qual sempre foram associadas. Além disso, busca agarrar a existência daquelas que já não estão presentes, mas cujas histórias permanecem registradas

nas páginas do caderno de mulheres mortas. Aludindo ao pensamento de Conceição Evaristo,

Contudo, a escrita me deixa em profundo estado de desesperação, pois a letra não agarra tudo o que o corpo diz (...) a grafia registra a intensidade de um silêncio (...) se contar e recontar são atos marcados por sinais de incompletude, pois difícil é traduzir os intensos sentidos da memória, imaginem escrever. Imaginem perseguir uma escrevivência. Agarrar a vida, a existência e escrevê-la (...)

EVARISTO. *Canção para ninar menino grande*, p. 8-9.

O aparente paradoxo reside no fato de que, se por um lado a escrita tem o poder de dar existência às que foram brutalmente silenciadas, por outro, ela se revela insuficiente diante da complexidade da memória, da dor e da experiência vivida. Assim, a tentativa de contar e recontar as histórias das vítimas do feminicídio não apenas resgata suas existências, mas também evidencia a dificuldade – e, talvez, a impossibilidade – de traduzir em palavras a violência, a ausência e o luto.

A obra se estabelece como um poderoso instrumento de denúncia social, revelando as múltiplas formas de violência enfrentadas pelas mulheres, incluindo as indígenas, como a personagem Txupira. A literatura de Melo não se limita a retratar a realidade de forma passiva, mas atua como um agente de transformação. Por meio de narrativas de resistência e luta, a obra provoca o leitor a refletir sobre a naturalização da violência de gênero e a marginalização das mulheres indígenas, cujas vivências são atravessadas por interseccionalidades de gênero, raça e classe.

A autora questiona ainda como a violência contra a mulher é perpetuada, não apenas pela sociedade, mas também por outras formas de arte e pela mídia, como a pornografia e a literatura. Ao expor essas violências, Melo não se limita a denunciar, mas sugere alternativas para mudanças sociais e culturais, desafiando as estruturas de poder estabelecidas e reivindicando a valorização das mulheres indígenas como sujeitos históricos e políticos.

Lídice Leão corrobora ao destacar que a literatura, embora não seja uma solução definitiva para a impunidade ou a violência contra a mulher, possui um papel transformador ao proporcionar um espaço de reflexão crítica.

É a literatura a se inspirar na vida. É a ficção construída nas páginas de um livro a ilustrar os fatos que pesam todos os dias nas páginas de jornais e sites de notícias. É uma mulher a gritar por todas as outras. Um romance urgente que instiga e denúncia. (LEÃO, 2019)

Dessa maneira, a obra contribui para a conscientização e mobilização em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Estabelecendo uma interseção entre vida e arte, política, ética e estética, mostrando como a literatura pode ser um espaço de reflexão crítica e ação transformadora. Ao dar voz às mulheres indígenas e não indígenas, não mais como vítimas, mas como sujeitos históricos capazes de resistir e lutar, Melo propõe um campo para a construção de uma sociedade mais crítica e comprometida com a justiça. Assim, a literatura se configura como uma ferramenta essencial para a transformação dessa realidade opressora, desafiando o *status quo* e propondo alternativas que visem à valorização e emancipação das mulheres em sua totalidade.

CAPÍTULO III

PERPETUAÇÃO DA VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIAS EMPENHADAS: vozes de mulheres indígenas

A condição de exclusão enfrentada pelas mulheres indígenas não é natural nem accidental: trata-se de uma construção social sustentada por uma lógica de dominação imposta pela sociedade branca. Historicamente, a identidade indígena foi moldada a partir de olhares externos que a classificaram como inferior, primitiva ou incompatível com os ideais de civilização e progresso. Essa imposição gerou um tipo específico de invisibilidade: o sujeito é visto, mas não reconhecido; presente, mas silenciado; vivo, mas sem direito à memória ou à justiça. Essa percepção se tornou ainda mais clara à medida que me aproximei de autoras cujas teorias evidenciam como essa violência se inscreve não apenas no corpo físico, mas também nos corpos institucional e epistêmico das mulheres indígenas.

Essa lógica de exclusão não se limita aos dados estatísticos ou aos relatos jornalísticos — ela se manifesta no plano simbólico, nas narrativas que consumimos e produzimos, no silenciamento epistêmico que se impõe como verdade única. A literatura, nesse contexto, assume um papel de enfrentamento, questionando os discursos que sustentam a violência e expondo as consequências de um sistema que trata corpos femininos indígenas como descartáveis, sujeitos às marcas da colonialidade, do racismo e do patriarcado.

Nesse campo de tensão, as mulheres indígenas emergem entre a denúncia e o apagamento, entre a palavra e o silêncio, carregando tanto a marca da opressão quanto sinais de resistência. O romance convida à escuta de vozes historicamente silenciadas, tornando evidente a continuidade de um projeto colonial que insiste em excluir e destruir. Para o leitor e pesquisador, essa escuta constitui um gesto ético e político: um compromisso de responsabilização e de reconhecimento da dignidade, memória e direitos das mulheres indígenas, revelando a urgência de refletir sobre a violência e de fortalecer as resistências empenhadas.

3.1 - A condição indígena e a perpetuação da violência: entre a identidade e a invisibilidade

Esses fatos são visíveis a quem deseja vê-los. (Françoise Vergès, 2020, p. 18)

Um mito de origem ocidental, patriarcal, moderno e colonial atravessa todas as relações que estruturam o mundo — sejam elas políticas, culturais ou sociais. Através da sistematização e da organização de múltiplos mundos em um único modelo, a matriz colonial de poder encontra meios de se perpetuar e de intermediar essas relações. Esse mito se manifesta de maneira evidente nas dinâmicas de sexualidade, nas quais corpos de mulheres e de pessoas homossexuais são sistematicamente desconsiderados em prol de uma hierarquização que coloca o homem branco, europeu, no topo da escala social. Essa lógica colonial não apenas estruturou relações globais, como também deixou marcas profundas em contextos específicos, como a América Latina, historicamente moldada pela hegemonia de homens brancos, heterossexuais e de classe média. Esses sujeitos construíram e mantiveram estruturas sociais, políticas e culturais que relegaram o corpo feminino à condição de objeto de desejo, perpetuando a sexualização e a erotização dos corpos das mulheres. Assim, o corpo feminino tornou-se um território simbólico de opressão, sustentado por um sistema patriarcal e sexista profundamente enraizado, cuja construção da masculinidade é herança direta do colonialismo e ainda ecoa nas dinâmicas culturais da região.

Nesse sentido, as consequências da epistemologia ocidental são profundas, e uma de suas expressões mais persistentes em contextos pós-coloniais é a exclusão sistemática de corpos e territórios. Os corpos que ocupam esses espaços são frequentemente apagados em nome de fronteiras geopolíticas e interesses dominantes. Como argumenta Mignolo, o pensamento descolonial busca desvelar as vozes silenciadas pela colonialidade e afirmar o direito a epistemologias outras. No Acre, por exemplo, essa dinâmica se manifesta na "democratização da violência", um legado perverso da missão civilizatória colonial. Como bem pontua María Lugones (2010):

[...] la máscara eufemística del acceso brutal a los cuerpos de las personas a través de una explotación inimaginable, de violaciones sexuales, del control de la reproducción y el terror sistemático (alimentando perros con personas vivas o haciendo bolsas y sombreros de las vaginas de mujeres indígenas brutalmente asesinadas, por ejemplo). (LUGONES, 2010, p. 4)

Ao refletir sobre o corpo, reconheço que é imprescindível considerar sua localização — não apenas em termos geográficos, mas, sobretudo, em dimensões epistêmicas e políticas. Pensar o corpo é também pensar de onde penso, ou seja,

compreender que toda produção de saber parte de um lugar específico, atravessado por territorialidade, cultura, história e relações de poder. O corpo, para mim, não é um ente abstrato ou universal, mas situado: carrega as marcas de sua origem, de seu pertencimento e das forças que o atravessam. Essa perspectiva me leva a rejeitar a ideia de um sujeito neutro e a afirmar a importância de teorizar a partir do biolocus.

A partir da necessidade de teorização desde o biolocus, emergem os conceitos de corpopolítica e geopolítica, formulados por Walter D. Mignolo, que possibilitam uma leitura situada das relações de poder. A experiência da personagem Txupira, no romance *Mulheres Empilhadas*, configura-se como desdobramento direto da matriz colonial. Sua trajetória evidencia que a mulher indígena ocupa uma posição de extrema vulnerabilidade — ainda mais acentuada que a da mulher branca — tanto nos espaços físicos quanto nos simbólicos, revelando estruturas de dominação que extrapolam as opressões presentes nos centros urbanos e aprofundam as desigualdades históricas produzidas pela colonialidade.

Assim, compreendo que os corpos se constituem a partir de uma consciência geopolítica e corpopolítica do conhecimento, que desconstrói a ideia de que o conhecimento (teológico, filosófico, científico) é deslocalizado e desincorporado, ou seja, rompe com o pensamento teopolítico e egopolítico hegemônico e promove a genealogia do pensamento descolonial, isto é, do pensar geopolítico e corpopoliticamente⁷⁴.

Mignolo aponta que a libertação do universalismo abstrato e da biopolítica desconectada da geohistória sustenta dois movimentos centrais do pensamento descolonial, onde a geopolítica e a corpopolítica do conhecimento se transformam. Sob essa ótica, torna-se visível como todo conhecimento carrega uma marca geográfica e histórica, desmentindo a pretensa neutralidade dos saberes hegemônicos. O que se apresenta como "universal", como a ciência ocidental, emerge, na verdade, de um contexto europeu específico e se espalha globalmente como parte do projeto colonial. Reconhecer essa dinâmica é também reconhecer a força das epistemologias que brotam de outros corpos e territórios, como os indígenas, os afrodescendentes e os povos colonizados.

A corpopolítica, nesse fluxo, evidencia que o conhecimento nunca é produzido a partir de um "olhar de ninguém", mas sempre atravessado por corpos situados —

⁷⁴ MIGNOLO. *Habitar la frontera*, p. 307-308.

corpos atravessados por raça, gênero, classe e colonialidade. O modo como cada sujeito compreende e produz o mundo está intimamente ligado à sua posição social, histórica e cultural, rompendo com a lógica eurocêntrica que tenta separar o pensamento do corpo e das experiências concretas. Para isso, argumento que é essencial contrapor a corpopolítica e a geopolítica à teopolítica e à egopolítica, entendendo que as primeiras só se tornam possíveis através de uma escolha descolonial por parte desses sujeitos.

Aníbal Quijano reflete sobre a centralidade do corpo nas relações de poder colonial quando menciona que:

o 'corpo' implica a 'pessoa', se se libertar o conceito de 'corpo' das implicações mistificadoras do antigo 'dualismo' eurocêntrico, especialmente judaico-cristão (alma-corpo, psique-corpo, etc.). E isso é o que torna possível a 'naturalização' de tais relações sociais. Na exploração, é o 'corpo' que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o 'corpo' o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que ocorre aos explorados no seu 'corpo' quando são derrotados nessas lutas. Nas relações de gênero, trata-se do 'corpo'. Na 'raça', a referência é ao 'corpo', a 'cor' presume o 'corpo'. (QUIJANO, 2010, p. 126)

Essa análise de Quijano sobre a violência inscrita nos corpos colonizados ressoa fortemente nas reflexões de Rita Segato em *Las estructuras elementales de la violencia* (2003), que alerta para a ofensiva massiva contra mulheres e crianças indígenas no Brasil, que se manifesta tanto no mundo dos brancos quanto dentro das próprias comunidades. Ela destaca a dificuldade de aplicar a Lei Maria da Penha nesses territórios, onde a ausência do Estado reforça um discurso colonial profundamente enraizado. Lorena Cabnal (2010), ativista indígena, aprofunda essa reflexão ao afirmar que as violências cometidas contra os corpos femininos indígenas são extensões da violência histórica perpetrada contra a terra e os territórios ancestrais:

El patriarcado originario ancestral se refuncionaliza con toda la penetración del patriarcado occidental, y en esa coyuntura histórica se contextualizan, y van configurando manifestaciones y expresiones propias que son cuna para que se manifieste el nacimiento de la perversidad del racismo, luego el capitalismo, neoliberalismo, globalización y más. (CABNAL, 2010, p. 23)

Segato (2003) evidencia que as estruturas patriarcais internalizadas nas comunidades indígenas resultam da colonização, que impôs uma lógica de dominação hierárquica sobre corpos e territórios. Mesmo em aldeias distantes dos centros

urbanos, essas dinâmicas persistem, legitimadas por sistemas de crenças que naturalizam a opressão. A autora também problematiza ainda a dificuldade de aplicar noções universais de direitos humanos a contextos indígenas, devido à existência de uma "fronteira intransponível" entre saberes ocidentais e sistemas simbólicos próprios:

Qual é a consequência de tudo isso em nossos dias, quando lutamos pela igualdade de gênero e pela erradicação da violência que, de sempre, organiza o sistema de status? A consequência é que, ao chegar com a cartilha sobre direitos humanos às etnias, seja o movimento de sociedades negras ou indígenas, o movimento feminista ocidental encontra-se diante de uma fronteira intransponível. (SEGATO, 2003, p. 140)

Essa fronteira se expressa na construção da personagem Txupira, que simboliza a mulher subalterna, inserida numa lógica histórica de dominação e socializada em um contexto que naturaliza a violência. Sua invisibilidade e a ausência de consciência coletiva sobre tais opressões revelam a permanência da colonialidade. Nesse sentido, Txupira remete a figuras históricas como La Malinche, mulher indígena entregue a Hernán Cortés e posteriormente tornada sua tradutora e amante. Como analisa Carla Portilho (2004):

Quando Malintzin contava 14 anos, os conquistadores espanhóis chegaram a Tabasco, onde obtiveram sua primeira vitória significativa em terras mexicanas. Ela foi-lhes então oferecida como presente, integrando um grupo de vinte moças, todas batizadas com nomes cristãos e distribuídas entre os oficiais da confiança de Hernán Cortés. Malintzin tornou-se então Doña Marina e foi destinada a um dos oficiais, Alonzo Puertocarrero. Seus talentos linguísticos foram logo percebidos e utilizados pelos conquistadores e quando Puertocarrero partiu para a Corte como enviado ao Rei Carlos V, Cortés tomou-a para si também como amante, além de tradutora e intérprete. (Portilho, 2004, p.31)

A condição de La Malinche, oferecida como mercadoria e forçada a uma relação com o colonizador, remete diretamente à ideia de apropriação do corpo feminino como estratégia de dominação colonial. Ainda segundo Portilho:

Ao tornar-se mãe de um filho, Martín, cuja paternidade foi reconhecida pelo conquistador, La Malinche tornou-se simbolicamente a mãe do povo mexicano mestizo, a fundadora de uma nova raça [...]. (PORTILHO, 2004, p. 33)

Esses episódios históricos revelam como a miscigenação latino-americana foi gestada na violência sexual, na guerra e no genocídio. No romance de Patrícia Melo, a personagem principal, brutalmente assassinada e esquecida pelo Estado, representa a continuidade do processo colonial: a violência contra o corpo feminino

indígena como prática estrutural e reiterada. A autora usa a metáfora do empilhamento não apenas como representação física da morte de mulheres, mas como denúncia da sobreposição histórica de camadas de opressão.

Patrícia Melo desvela o perfil da elite brasileira: misógina, injusta, violenta e cruel, com sua brutalidade legitimada pelas instituições. A autora ilustra uma relação intrínseca entre poder e saber, mostrando como as famílias abastadas da região resolviam conflitos através da violência, confiantes em sua impunidade. Essa blindagem jurídica permite atos desumanos, alimentando um ciclo permanente de opressão.

Tais questões revelam estereótipos e preconceitos estruturais, nos quais os indígenas são sistematicamente desumanizados – reduzidos a "bichos" ou uma sub-humanidade. A fala de Marcos evidencia como, no contexto colonial, a apropriação dos territórios e a dominação dos corpos femininos ocorrem de forma articulada:

Tudo isso, conforme Marcos nos explicou mais tarde, quando voltávamos para Cruzeiro, ainda era consequência da ocupação desastrosa do Acre. Os seringalistas chegavam ali armados até os dentes, vindos do nordeste, com o firme propósito de escravizar os indígenas para o trabalho de coleta da borracha. Os rebeldes eram mortos ou expulsos. Dezenas de aldeias foram dizimadas. “Tem gente que diz que curumim era jogado para o alto e fígado pela barriga, na ponta da lança. Não duvido. Esses coronéis de barranco que hoje dão nomes às cidades daqui são todos assassinos. Um deles caçou minha avó a laço, e ela, coitada, foi dada como brinde para um seringueiro cu de ferro. Até hoje essa gente não se conforma com a demarcação de terras indígenas. Hoje o sonho deles é retomar os territórios, mas agora pensando no agronegócio, querendo queimar a mata para fazer pasto.” (MELO, 2019, p. 140)

Eliane Potiguara, em seu livro *Questão Indígena Brasileira*, publicado em 2024, trata de temas semelhantes aos mencionados por Marcos. É interessante refletir sobre como os relatos da obra remetem a um passado histórico no Acre, enquanto as questões desvendadas pela autora revelam lutas que ainda persistem na atualidade.

Conforme publicação da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), de 23 de julho de 2023, entre 2019 e 2022, foram registrados 795 assassinatos de pessoas indígenas durante o governo anti-indígena de Jair Bolsonaro, de acordo com o relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, do Cimi, lançado em 26 de julho. O dado representa aumento de 54% em comparação aos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer (entre 2015 e 2018), quando 500 indígenas foram assassinados no Brasil. (Potiguara, 2024, p. 60)

A escritora indígena ainda ressalta que quem trabalha para essa máfia

são os executores de crimes, arraia-miúda reacionária da população rural e urbana, os lambe-botas do fascismo (...) se fosse no passado, esses seriam os bandeirantes, os capitães do mato, os estupradores das mulheres negras e indígenas (...) não é diferente nos tempos de hoje. As populações indígenas continuam sofrendo violências dos mandantes de crimes contra suas mulheres, crianças e idosos nos diferentes estados brasileiros. (Potiguara, 2024, p. 60-61)

Voltado para o relato do Marcos, mais adiante, Carla estabelece um elo entre o agravamento das condições de vida nas comunidades indígenas e a presença do machismo nos próprios contextos indígenas, destacando a violência contra as mulheres. Além disso, ela aponta a incapacidade das instituições judiciais em compreender e atender adequadamente às especificidades culturais desses povos, o que contribui para a perpetuação dessa violência.

No romance de Patrícia Melo, a oposição entre as aldeias Kuratawa e Ch'aska evidencia duas trajetórias contrastantes da experiência indígena frente à urbanização e à resistência cultural. Kuratawa, atravessada pela BR-364, representa a deterioração material e simbólica do indígena absorvido pela lógica urbana e pela precarização imposta pelo contato com o Estado e o capital. Em contraste, Ch'aska, localizada em área de difícil acesso e guiada por uma liderança feminina, consegue preservar seus rituais sagrados, funcionando inclusive como espaço de cura para povos vizinhos — como ocorre com a própria narradora.

Essa preservação, no entanto, é fruto de um processo histórico doloroso. No capítulo "P", Marcos, filho de mãe indígena, relembra que, durante o segundo ciclo da borracha, dos 800 indígenas que habitavam a região restaram apenas 57 sobreviventes. Os atuais membros da aldeia Ch'aska descendem diretamente desses remanescentes. Em determinado momento, todos foram convertidos ao evangelismo e enfrentaram extrema fome e vulnerabilidade. A reconstrução da aldeia e a retomada de sua força ancestral só foram possíveis a partir da valorização de sua espiritualidade, da língua e das práticas culturais. Foi esse movimento de reconexão com a floresta e com seus saberes que possibilitou o renascimento da comunidade enquanto povo originário.

O capítulo "N" conduz o leitor ao interior da aldeia, revelando a realidade dos indígenas que vivem à beira da urbanidade. Essa aproximação se dá também pela pesquisa da jornalista Emily Sasson Cohen, que visitou aldeias no Acre, conforme indicado nos agradecimentos da obra. A aldeia Kuratawa, situada próxima à rodovia e a áreas de agricultura predatória, revela um cenário de escassez: não há mais caça,

os peixes são raros e as frutas quase inexistem. Imersos em resíduos urbanos, como garrafas PET, os Kuratawa consomem café com muito açúcar e enfrentam problemas de saúde desde cedo, como cáries na infância. A autora expõe, assim, os efeitos da desterritorialização e da ruptura com a floresta, evidenciando a precarização dos modos de vida indígenas diante da colonização contínua.

Em um trecho posterior, um dos personagens analisa a situação dos indígenas à luz da "Questão do Acre" - denominação histórica do conflito entre Brasil e Bolívia pela posse da região, resolvido mediante a aquisição do território pelo governo brasileiro por 2 milhões de libras esterlinas. A análise revela de maneira evidente que os mesmos grupos familiares de coronéis cearenses, responsáveis pela ocupação inicial do Acre, que escravizaram e exterminaram populações indígenas, foram os que posteriormente adquiriram o território e mantêm seu domínio político e econômico na região até os dias atuais.

Essa perspectiva discriminatória ecoa um passado colonial, remetendo à pergunta: "Para quem a justiça realmente funciona?". A indagação expõe as assimetrias do sistema judiciário, sugerindo que sua aplicação é seletiva, beneficiando grupos privilegiados e perpetuando hierarquias sociais.

Rememoro que, no primeiro capítulo, mencionei a morosidade dos processos judiciais e a forma como o sistema jurídico frequentemente negligencia a condição das mulheres indígenas, cujas demandas raramente encontram respaldo eficaz na legislação vigente. Agora, retomo esse debate com ênfase na invisibilidade dessas mulheres não apenas perante a justiça, mas também diante da sociedade como um todo. A ausência de políticas públicas específicas, a escassez de dados que contemplem marcadores étnico-raciais nos casos de violência e a falta de acesso adequado aos mecanismos legais revelam um quadro persistente de exclusão. A própria ideia de justiça, para essas mulheres, mostra-se inalcançável — como revela a conversa entre Carla e a narradora:

O que a impressionou de verdade foi o fato de eu ter dado uma prensa no marido de Naia.
 – A coisa é muito mais complexa do que você pensa – disse ela.
 – Esses povos têm suas próprias regulamentações, suas próprias maneiras de resolver os abusos na comunidade.
 – Ela está grávida – insisti.
 – E se abortar, por causa de uma surra?
 – Muitas apanham. Há muito machismo no mundo indígena. Mas você agiu como se estivesse em Cruzeiro do Sul. Ou São Paulo. Você não sabe nada

sobre os indígenas. – O que você acha que eu deveria ter feito? Ficado quieta?

– O que posso dizer com segurança é que a lei Maria da Penha não resolve nada ali. Ela serve para mulher branca. Da cidade. (MELO, 2019, p. 155-156)

(...)

Vai lá ver no Ministério da Igualdade Social: não há uma única política indígena. Eles simplesmente não existem. É por isso que a morte de Txupira - disse - é ainda mais inaceitável. É a morte do unicórnio. (MELO, 2019, p. 156)

Essa invisibilidade sistêmica é exposta na narrativa, onde a denúncia e a desumanização das mulheres pela sociedade são transformadas em corpos empilhados e descartáveis, visto que, como revela a passagem:

É bobagem achar que o assassino deveria se preocupar com autópsias. O sistema é feito para não funcionar. Lá na ponta, quem investiga olha a vítima com desprezo, é só uma mulher, pensa. Uma preta. Uma puta. Uma coisa. Se for possível, ele nem atende a chamada quando o telefone toca no covil onde trabalha. (MELO, 2019, p.16)

Esse retrato literário de um sistema que naturaliza a violência contra mulheres racializadas e marginalizadas dialoga com análises históricas que demonstram como tais processos de desumanização não se limitam ao campo da ficção. A tese da historiadora Paula Faustino Sampaio, intitulada *Indígenas mulheres entre colonialismos e resistência de longa duração – séculos XX e XXI (2021)*, analisa a trajetória das lutas de mulheres indígenas em torno da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos e do enfrentamento às violências estruturais.

Segundo a pesquisadora, na década de 1990, o jornal *Porantim*, do CIMI, repercutiu a denúncia da esterilização forçada de mulheres Pataxó Hã-hã-hãe, que tiveram a laqueadura oferecida em troca de votos para um político baiano. Tal episódio evidencia as estratégias de controle sobre os corpos indígenas, vinculadas à lógica colonial e patriarcal, na qual a reprodução e a sexualidade são atravessadas por interesses de poder. Entretanto, as próprias mulheres Pataxó transformaram essa violência em pauta política, articulando-se com a imprensa e o Ministério Público Federal, demonstrando resistência.

Em seus estudos, Sampaio (2021) analisa também contextos mais recentes, como a Audiência Pública “*Violência obstétrica: mulheres indígenas e negras por um parto humanizado*” (2019) e a VII *Kuñangue Aty Guassu*, que evidenciam a atuação das mulheres Guarani e Kaiowá na defesa do bem viver, articulada ao conceito de

corpo-território. Nesses espaços de mobilização coletiva, as indígenas denunciam a negligência histórica de seus corpos e saberes nas políticas oficiais e reivindicam uma saúde verdadeiramente diferenciada. A reprodução e a sexualidade ocupam posição central na lógica do ordenamento colonial, vinculando-se diretamente ao coletivo, o que evidencia que suas reivindicações vão além de direitos individuais, articulando-se à defesa da vida e da autonomia das comunidades indígenas. Assim,

Por mais que posições individuais surjam nos debates, bem como práticas divergentes dos acordos coletivos, é possível dizer que as indígenas mulheres, especialmente as lideranças, vêm construindo, sobretudo nos últimos anos, espaços de diálogos dentro e fora da comunidade indígena como estratégia de luta pela autonomia das indígenas mulheres enquanto coletivo indígena no encaminhamento de políticas sobre os cuidados do corpo indígena. (Sampaio, 2021, p. 347)

Essa articulação, fruto de décadas de resistência e organização coletiva, cria bases para que demandas históricas possam ser reconhecidas e institucionalmente atendidas.

Pensando nesse contexto, a aprovação do Projeto de Lei n.º 4381/23, em fevereiro de 2025, representa uma tentativa de resposta a essa lacuna histórica. De autoria da deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), o PL estabelece diretrizes específicas para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, reconhecendo a autodeclaração étnica e assegurando um acolhimento que respeite suas particularidades culturais e linguísticas. Entre os dispositivos previstos, destacam-se o uso de intérpretes, a garantia de sigilo das informações e a exigência de capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento.

Além disso, o projeto prevê a adaptação das delegacias às realidades socioculturais dos povos indígenas e institui a Semana da Mulher Indígena, dedicada à conscientização sobre direitos e mecanismos de proteção. Embora represente um avanço importante no sentido da equidade no acesso à justiça, a eficácia dessa legislação dependerá da sua efetiva implementação e do comprometimento com o diálogo contínuo entre o Estado e as comunidades indígenas, sem que qualquer tentativa de reparação corra o risco de permanecer no plano simbólico.

Para além das barreiras institucionais, é preciso considerar que o controle do aparato jurídico e simbólico está concentrado nas mãos de uma elite que, para além do domínio econômico, também monopoliza as narrativas de saber. Esse controle produz uma alienação ideológica que reforça seu poder e legitima as estruturas de

opressão. Assim, as desigualdades históricas do Brasil se cristalizam em mecanismos de dominação que operam tanto em nível material quanto simbólico. A seletividade do sistema penal escancara uma justiça desigual, marcada pela letargia diante dos corpos racializados e periféricos, cujas dores e demandas continuam a ser invisibilizadas. Deste modo,

cabe então nos perguntarmos: se a lei não constrói realidade entre nós, como poderia construir realidade entre os outros povos, de difícil acesso por parte dos agentes do Estado? E se a lei não faz acontecer, qual seria então o significado da insistência nessa nova lei por parte de alguns parlamentares quando, de fato, além de colocar obstáculos ao legítimo e juridicamente validado direito à diferença, ela avulta de forma redundante e desnecessária - porque enuncia direitos já plenamente garantidos em mais de um artigo de legislação vigente - a já demasiadamente inócua legislação penal? (SEGATO, 2021, p 201)

A insistência parlamentar em novas legislações penais que reiteram direitos já assegurados configura um gesto político mais voltado à aparência de ação do que a um compromisso real com a justiça. Tal prática obscurece o direito à diferença e reforça a lógica punitiva de um Estado que se mostra ausente justamente onde sua atuação transformadora seria mais necessária.

Atualmente, a legislação brasileira conta com um dispositivo jurídico que orienta a atuação do Estado na prevenção e no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. O artigo 2º da referida lei estabelece que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, p. 1, 2006)

O dispositivo jurídico também assegura que é dever do Estado garantir essas condições. O artigo 3º, parágrafo 1º, determina que:

O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, p. 1, 2006)

A Revista Trimestral de Jurisprudência, publicada em 2021, analisa a aplicação da Lei Maria da Penha em situações de violência contra mulheres indígenas em Mato Grosso do Sul, a partir de resultados obtidos em levantamento de reportagens de jornais de circulação on-line. Dessa forma,

Os dois municípios da região que mais apresentaram casos de assassinatos de mulheres indígenas, Dourados (61,2%) e Amambai (19,5%), não possuem dentro das Reserva Indígena Delegacias de Atendimento à Mulher (DAM). Em Dourados, as mulheres indígenas que moram nas aldeias de Jaguapiru e Bororó, localidades que apresentaram assassinatos de mulheres na pesquisa, e que decidem denunciar seus agressores, precisaram se deslocar dos territórios tradicionais e caminhar 8 quilômetros até a DAM do município. (...)

Uma crítica feita por indígenas à Lei 11.340/2006 é que ela não foi feita pensando nas especificidades dos povos tradicionais do país, que são, segundo o Censo do IBGE de 2010, 305 povos e falam 274 idiomas, distribuídos por todo o território nacional. (Tribunal de Justiça, p. 13, 2021)

As discussões da Kuñangue Aty Guasu revelam que as Guarani e Kaioiwá sabem pontuar com precisão o que não funciona para elas:

O problema, dizem, é que o Estado dificilmente as leva em conta na formulação de políticas públicas. “Hoje, as políticas são pensadas de cima para baixo, nunca são construídas. Grande parte das políticas implantadas não serve por conta disso: não tem continuidade e não dialoga com as interessadas, as mulheres que estão sofrendo violência”, argumenta Indianara Ramires Machado, presidente da Ação dos Jovens Indígenas (AJI).

O feminicídio da adolescente guarani-kaioiwá Ariane Oliveira Canteiro, de 13 anos, ocorrido em Dourados (MS) em 2022, expôs o completo descaso do sistema de justiça brasileiro diante da violência contra os povos indígenas: o crime foi mais um entre vários assassinatos recentes na região, e a impunidade, a ausência de políticas públicas e a conivência estatal evidenciam o sistema e reforça as dinâmicas históricas de exclusão e silenciamento, pois, como representado na reportagem:

“O ESTADO VIROU AS COSTAS PARA A NOSSA SITUAÇÃO”, DIZ AVÔ

A reportagem do De Olho nos Ruralistas acompanhou durante a semana passada a apreensão e angústia de amigos e familiares na busca pela adolescente. “Nós vivemos uma violência constante no dia a dia e a minha neta é mais uma nesta guerra para eliminar a nossa cultura”, lamenta o cacique Getúlio Oliveira.

Segundo ele, é comum ouvir pessoas defenderem a eliminação dos indígenas na região. “Eu estou triste e bravo também porque o Estado virou as costas para a situação que vivemos e nunca toma nenhuma providência”. Ele afirma que sua neta “não devia nada para ninguém” e que só saía de casa para ir à escola. “Queremos justiça”.

Além desse caso, uma outra reportagem do Campo Grande News destaca a alarmante violência contra mulheres indígenas em Mato Grosso do Sul, evidenciando

a negligência estatal e a invisibilidade dessas vítimas nas estatísticas oficiais, como escancara a imagem a seguir:

De 5 mulheres mortas neste mês em MS, duas eram indígenas

Estatísticas deixam indígenas invisíveis quando o tema é feminicídio

Por Jéssica Fernandes | 25/02/2025 09:08

Em fevereiro de 2025, dos cinco feminicídios registrados no estado, dois envolveram mulheres indígenas: Juliana Domingues, de 28 anos, assassinada a facão na Aldeia Tekoha Nhu Porã, e Emiliana Mendes, de 65 anos, asfixiada e arrastada por cerca de 100 metros em Juti. Esses casos não são isolados. Entre 2021 e 2024, Mato Grosso do Sul registrou 140 feminicídios, mas a ausência de recortes étnico-raciais nas estatísticas estaduais dificulta a compreensão da real dimensão da violência contra mulheres indígenas. Mesmo o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, divulgado em 2024, aponta apenas dois casos de feminicídio e quatro tentativas em 2023, números que provavelmente subestimam a realidade devido à subnotificação e à falta de dados específicos.

Diante desse cenário, apenas uma política radicalmente distinta e um pensamento alternativo podem romper com a lógica da “descoberta” colonial. Refletir a partir das categorias de geopolítica e corpo-política possibilita a reconfiguração do conhecimento e das sensibilidades silenciadas pelos aspectos mais sombrios da colonização. É nesse contexto que retomo as reflexões de Walter Dignolo, especialmente no que diz respeito às implicações dessas categorias para o entendimento da violência e da construção de outras epistemologias possíveis:

Mi humilde afirmación es que la epistemología occidental escondió su propia geo y corpo-política [...] la tarea del pensamiento decolonial es develar los silencios epistémicos de la epistemología occidental y afirmar los derechos epistémicos de las opciones decoloniales racialmente devaluadas, para permitir, desde el silencio, construir argumentos que confronten a aquéllos que toman a la “originalidad” como el criterio máximo para el juicio final.⁷⁵

⁷⁵ MIGNOLO. Desobediencia Epistémica (II), Pensamiento Independiente y Libertad De-Colonial, p.13.

Essa constatação dialoga com a análise de Achille Mbembe sobre a violência colonial, que naturaliza o massacre de determinados corpos como parte da própria lógica de governo:

Da negação racial de qualquer vínculo comum entre o conquistador e o nativo provém a constatação de que as colônias possam ser governadas na ilegalidade absoluta. Aos olhos do conquistador, "vida selvagem" é apenas uma outra forma de "vida animal", uma experiência assustadora, algo radicalmente outro (alienígena), além da imaginação ou da compreensão. Na verdade, de acordo com Arendt, o que diferenciava os selvagens de outros seres humanos era menos a cor de suas peles do que o fato de que "se comportavam como parte da natureza, que tratavam como o senhor incontestado". Assim, a natureza continua a ser, com todo o seu esplendor, a única e todo-poderosa realidade. Comparados a ela, os selvagens são, por assim dizer, seres humanos "naturais", que carecem do caráter específico humano, da realidade especificamente humana, de tal forma que, "quando os europeus massacravam, de certa forma não tinham consciência de cometerem um crime. (Mbembe, 2020, pp. 35-6)

Desse modo, Txupira ocupa o patamar mais baixo dentro da hierarquia social, pois, sob uma lógica hegemônica e eurocêntrica, os sujeitos colonizados são frequentemente associados aos animais, mais do que aos seres humanos. Essa comparação se intensifica quando se considera que ambos — povos autóctones e animais — vivem em contato direto com a natureza e dela retiram apenas o necessário, sem provocar grandes danos ao meio ambiente. Nessa perspectiva, os colonizadores não reconhecem os assassinatos de indígenas como crimes, pois os veem como seres inferiorizados, desumanizados, equiparados a animais. A morte da jovem indígena na obra escancara essa hierarquia perversa de vidas que importam e vidas que podem ser descartadas:

Só o que interessava aos jornalistas era o caso de Txupira. Não porque gostassem de Txupira. Ou porque tivessem a verdadeira noção da tragédia que foi sua morte, aos quatorze anos de idade. Na verdade, estavam se lixando para Txupira. Txupira não era branca, não se encaixava na categoria de vítima que a imprensa gosta de explorar. Era indígena ainda por cima. E indígena, no nosso sistema de castas, cujo topo é dominado por ricos e brancos, fica abaixo de preto, que está abaixo de pobre, que está abaixo de mulher. A vida dos indígenas, no nosso sistema de castas, tem o mesmo valor que a vida dos loucos em hospícios ou das crianças que ficam paradas em semáforos pedindo esmola. Estamos cagando para os nossos índios. O que a imprensa gosta, de verdade, é de assassinos. Sobretudo quando eles são brancos e ricos. (MELO, 2019, p.76)

A contundência da narrativa revela como as vidas indígenas seguem silenciadas, lançadas às bordas do mundo, onde raramente são vistas, ouvidas ou

lamentadas. Nesse contexto, os territórios ocupados por essas comunidades passam a ser considerados “subutilizados”, legitimando simbolicamente sua expropriação e a naturalização da violência contra os povos originários. Tal visão não é compartilhada apenas por colonizadores e latifundiários, mas também por setores da população colonizada que, por desconhecimento ou alienação histórica, reproduzem a lógica opressora imposta pelo sistema colonial.

O desconhecimento da história dos povos originários evidencia uma profunda crise na construção da identidade nacional, marcada pelo esquecimento e pelo silenciamento histórico. Essa omissão contribuiu para a formação de uma população brasileira majoritariamente alienada de sua consciência de classe e de raça. Até mesmo a miscigenação — frequentemente celebrada como símbolo do entrelaçamento de culturas e etnias — perde sua potência simbólica diante da ausência de uma memória crítica, obscurecida pelas violências de ordem sexual, cultural e política.

Diante disso, torna-se urgente refletir sobre a persistência do genocídio dos povos indígenas, perpetrado por agentes diversos, como garimpeiros, latifundiários, representantes do agronegócio, políticos e exploradores em geral. Essa violência não se resume ao extermínio físico — embora este continue ocorrendo —, mas se estende à violação dos territórios demarcados, à contaminação de rios e solos por práticas extrativistas ilegais e predatórias, e à deslegitimação dos saberes e culturas indígenas, frequentemente reduzidos ou apagados por uma lógica desenvolvimentista e colonial.

O discurso hegemônico, centrado em uma soberania eurocêntrica, sustenta a ideia de que as mulheres indígenas seriam menos civilizadas, sem valor ou voz. A imposição de uma narrativa única configura uma forma contundente de violência epistêmica, ao silenciar outras perspectivas e histórias que coexistem com o processo histórico dominante. Sendo assim, as camadas mais marginalizadas da sociedade são forçadas por mecanismos específicos de exclusão, que comprometem a representação política e jurídica desses sujeitos, negando-lhes a plena inserção no tecido social.

Na teorização do autor Ramón Grosfoguel, o essencial é o lócus da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala⁷⁶. Isso evidencia como os regimes de poder colonial definem quem pode falar e ser legitimado. Haja vista que

⁷⁶ GROSFOGUEL. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais, p. 115.

um dos principais mecanismos da matriz desse poder é justamente a exclusão do lócus de enunciação, do corpo e da geopolítica do sujeito que fala, o que se defende aqui é o direito de pensar corpo-politicamente e geopoliticamente a condição das mulheres indígenas que sofrem e resistem. Nesse sentido, legitimar o lócus de enunciação das mulheres indígenas é romper com a lógica epistêmica que sustenta o silenciamento histórico e afirmar outras formas de saber e existência.

A mulher indígena, enquanto sujeito inferior e subalterno, encontra-se em uma posição ainda mais invisibilizada. Como alerta Gayatri Spivak (2010), há o risco de que o subalterno feminino seja reduzido a mero objeto de conhecimento por parte de intelectuais que falam em seu nome, sem escutá-lo de fato:

O sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade, portanto, há o perigo de se constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro. (SPIVAK, 2010, p.12)

Essa estrutura cis-hétero-patriarcal e colonial reforça o discurso dominante, ignorando as interseccionalidades de raça, classe e gênero. No caso de Txupira e de tantas outras mulheres indígenas, não há outra possibilidade de expressão que não seja mediada por outro sujeito. Isso ocorre tanto por elas não dominarem a língua portuguesa quanto por pertencerem a uma casta social profundamente subalternizada — além do fato de já estarem mortas. A ausência de voz é, portanto, a expressão mais contundente da colonialidade do ser e da negação do direito à existência plena.

Ao articular teóricas decoloniais com a análise da obra de Patrícia Melo, evidencia-se que a violência contra mulheres indígenas é uma das faces persistentes da lógica colonial. *Mulheres Empilhadas* emerge, assim, como instrumento de resistência e denúncia, ao expor as camadas históricas de opressão e reiterar a urgência de reconhecer, escutar e legitimar as vozes dos povos originários — sobretudo das mulheres — no enfrentamento às estruturas de dominação que ainda atravessam a realidade latino-americana.

3.2 - Nossas vidas importam: processos de escrita e de leitura

Absolutamente nada me impressionava, e esse era o meu espanto: minha familiaridade com aquelas mulheres, com aquele ritual, com o arco e as flechas, que eu sabia manejar. Era como se eu tivesse voltado para a minha terra, um lugar que eu não conhecia, mas de onde eu nunca deveria ter saído. Era a minha tribo. (MELO, 2019, p. 94-95).

Ao longo da leitura de *Mulheres Empilhadas*, fui atravessada por uma série de afetos que me colocaram diante de um incômodo profundo: o da violência sistemática e persistente contra mulheres indígenas. Como mulher não indígena, inserida em um contexto acadêmico e urbano, não compartilho das experiências vividas por personagens como Txupira, mas sou chamada, ética e politicamente, a me posicionar diante do que leio e pesquiso. A minha leitura não se restringe a um gesto intelectual; ela convoca um corpo, um território e uma história. Nesse sentido, os processos de escrita e leitura que envolvem esta dissertação se constroem como prática de aliada hospitaleira, em que me coloco disponível a escutar e a criar um espaço de ressonância para vozes historicamente silenciadas. O conceito de aliado hospitaleiro desenvolvido por Pessanha tem como ponto de partida aquele que permite ser devorado, canibalizado e criado pelo outro polo no duo bipolar.⁷⁷

Essa concepção inspira uma prática conjunta entre a pesquisadora e os sujeitos sobre os quais escreve, configurando um movimento que exige o deslocamento de uma perspectiva colonial do saber. É necessário que a leitura se dê como escuta implicada — aquela que reconhece a assimetria de posições e, ainda assim, busca construir pontes éticas. O feminismo decolonial, como propõem autora como María Lugones (2019) não é apenas uma crítica teórica ao patriarcado colonial-moderno, mas também uma convocação à responsabilidade epistêmica, política e afetiva diante da dor e da resistência das mulheres racializadas e territorializadas.

Ao trazer para a narrativa a figura de uma mulher indígena assassinada brutalmente, Patrícia Melo não apenas denuncia a barbárie colonial que ainda estrutura a vida (e a morte) de mulheres indígenas no Brasil, mas também nos obriga a encarar os mecanismos de apagamento que tornam essas mortes quase sempre invisíveis para os grandes centros urbanos e para os discursos dominantes. A personagem Txupira, embora ficcional, representa um corpo-território insurgente, cuja memória resiste ao empilhamento simbólico e literal que pretende silenciá-la.

Ao falar desses empilhamentos, lembrei-me de que, quando era criança, gostava de ter agendas repletas de papéis, fotos e cartas coladas. Era uma espécie

⁷⁷ O aliado hospitaleiro permite a confusão no tráfego de gestos e todo tipo de mergulho extático na área surreal da intercorporeidade. Aliado hospitaleiro é aquele que proíbe o uso do termo objeto para designá-lo e que não vê plágio e roubo por parte de seu em-frente. Nos duetos originários, o “roubo” é consentido, pois o outro é, simultaneamente, outro e minha própria obra, isto é, eu mesmo. Recusa do não-lugar, p.71.

de coleção, cuja intenção era, de alguma forma, preencher cada vez mais aquelas páginas, tornando a agenda cada vez mais volumosa, empilhando, assim, as minhas lembranças. Isso me remete a uma passagem da obra:

Durante a viagem, lembrei de uma amiga de infância que esmagava insetos e os colava num caderno. Cheguei a fazer um igual, mas nunca gostei de matar borboletas. Talvez agora, eu pudesse encher vários álbuns com minhas fotos de mulheres assassinadas, ou com as armas dos crimes. Faca. Foice. Canivete. Enxada. Garrafas. Martelos. Fios elétricos. Panelas de pressão. Espetos de churrasco. Na hora de assassinar uma mulher qualquer objeto é arma. (MELO, 2019, p. 20).

No momento em que escrevo, percebo que habito outros tempos e que não coleciono melhores lembranças, mas, com dor, empilho uma lista de nomes de mulheres indígenas mortas:

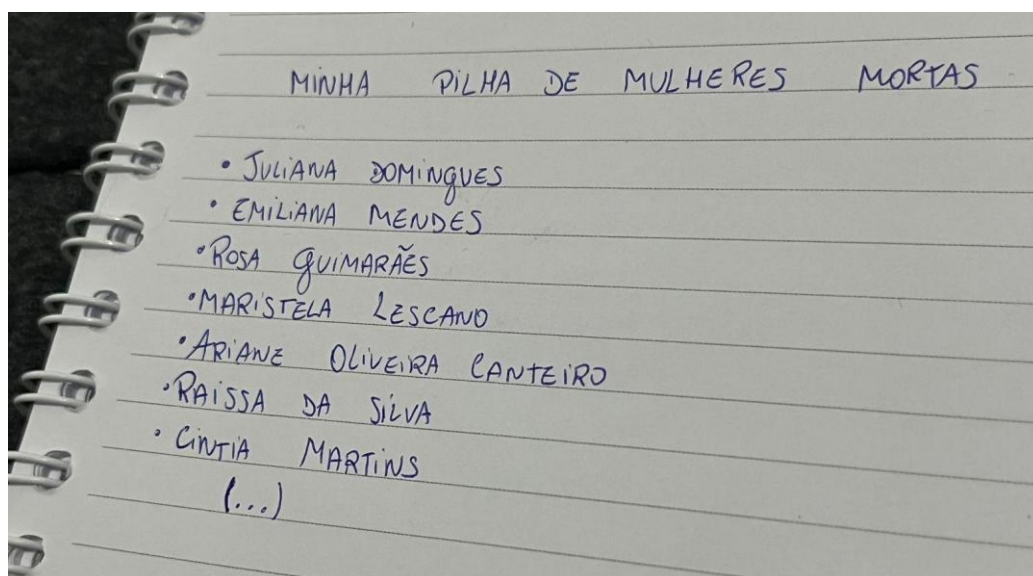


Figura 1 - Minha pilha de mulheres mortas (28/05/2025)
Fonte: acervo pessoal

Esses nomes acompanham não apenas suas histórias, mas, sobretudo, suas mortes — brutais, violentas, das mais cruéis que se pode imaginar. A cada nova pesquisa, os nomes se multiplicavam, independentemente de idade ou região. Nesses momentos, meu estômago embrulhava, e eu compreendia o que Patrícia expressa em sua obra ao falar sobre vomitar a morte:

E começou essa coisa que eu chamo de vomitar a morte. De um jeito diferente - continuou -, eu também tive o meu momento de vomitar a morte quando passei a trabalhar com esse monte de mulheres assassinadas. Porque é impressionante: isso aqui parece uma fábrica de pão quente. Morremos em escala industrial. (MELO, 2019, p. 75)

Ler essa obra, portanto, não é apenas um ato acadêmico. É um gesto de escuta, de dor compartilhada e de responsabilização. Afinal, quando uma mulher morre, sua história deve ser contada e recontada mil vezes. (MELO, 2019, p. 147). Trata-se de escutar essas mulheres com atenção e abertura para a transformação, reconhecendo suas existências e experiências historicamente silenciadas.

Esta dissertação se constitui, assim, como um exercício de escrita ética e afetiva, em que o compromisso político com as vidas indígenas é atravessado pela consciência da minha posição no mundo e no campo do saber. Trata-se de escrever com, e não sobre; de ler com, e não apenas sobre. Uma prática conjunta que reconhece que nossas vidas importam – todas, mas especialmente as que têm sido historicamente desconsideradas.

A personagem Txupira, apresentada como mais uma entre as tantas mulheres mortas, se revela aos poucos como um corpo que insiste em permanecer, mesmo diante da tentativa constante de apagamento. Txupira não é apenas um corpo empilhado. Ela é um corpo-território: a violência contra ela é uma violência contra a floresta, contra os povos originários, contra as formas de vida que não se submetem à lógica extrativista e colonial. Ao nomeá-la, a autora instaura uma contra-narrativa, desafiando o que Achille Mbembe (2018) define como necropolítica o regime de poder que determina quem pode viver e quem deve morrer, e, mais do que isso, quem merece ser lembrado e quem será esquecido. Seus corpos não são reconhecidos como dignos de luto, diante da reflexão de Judith Butler em *Quadros de guerra* (2024), segundo a qual determinadas vidas, como as de mulheres, indígenas, pessoas negras, homossexuais e transexuais são brutalmente invisibilizadas, tendo-lhes negado o direito ao reconhecimento público do sofrimento e da perda

Como leitora e pesquisadora não indígena, fui afetada pela forma como a autora estrutura o romance para nos forçar a enxergar o empilhamento literal e simbólico de mulheres. A violência de gênero aqui está interligada à violência epistêmica, pois o que está em jogo é também a negação de uma possibilidade de fala. No entanto, Patrícia Melo desafia essa lógica ao fazer da narrativa uma forma de restituição simbólica, não porque ela dá voz à personagem indígena, mas porque se compromete a não deixá-la desaparecer sem memória.

É nesse ponto que se insere a noção de aliança hospitaleira, como um gesto de leitura e escrita que se faz na escuta e na disposição de ser afetada. A hospitalidade, aqui, não se refere à caridade ou à empatia abstrata, mas a um

compromisso ativo com o reconhecimento do outro em sua alteridade radical. Na prática acadêmica, isso exige deslocar-se de um lugar de fala autorizado para assumir a posição de quem está em processo de escuta e aprendizado.

Como propõe Rita Segato, a violência contra mulheres indígenas não é episódica, mas estrutural, parte de uma longa história de colonização dos corpos, dos saberes e dos territórios. Já mencionei anteriormente o conceito de femigenocídio, teorizado pela própria autora em seu livro *La guerra contra las mujeres* (2016), que é central para compreender essa forma sistemática de eliminação, marcada pela impessoalidade e pela repetição, características de uma violência coletiva legitimada por estruturas sociais e políticas historicamente constituídas. Segundo a antropóloga,

El término femigenocidio quedaría reservado para los crímenes que, por su cualidad de sistemáticos e impersonales, tienen por objetivo específico la destrucción de las mujeres (y los hombres feminizados) solamente por ser mujeres sin que haya posibilidad, y, como he señalado, de personalizar o individualizar ni el móvil de la autoría ni la relación entre perpetrador y víctima. A esta característica se le suma otra, a ella vinculada, que es nada menos que la multiplicidad de las víctimas en relación inversa con el número de responsables por el crimen, ya que los feminicidios de naturaleza impersonal, llamados aquí femi-genocidios, revisten una sistematicidad y un carácter repetitivo resultantes de normas compartidas dentro de la facción armada que los perpetra, que los diferencia de los crímenes que ocurren en contextos interpersonales o de motivaciones subjetivas, como en el caso de los seriales. (SEGATO, 2016, p. 149)

Essa categoria conceitual ultrapassa os limites do feminicídio interpessoal, pois está associada a estruturas de poder que operam coletivamente, de maneira anônima e reiterada, apagando qualquer possibilidade de individualização da vítima ou do agressor. Sobre o feminicídio, a autora enfatiza que

la categoría feminicidio a todos los crímenes misóginos que victimizan a las mujeres, tanto en el contexto de las relaciones de género de tipo interpersonal como de tipo impersonal, e introduciríamos la partícula geno para denominar aquellos feminicidios que se dirigen, con su letalidad, a la mujer como genus, es decir, como género, en condiciones de impersonalidad. (SEGATO, 2016, p. 149)

Ao retomar esse conceito no contexto da obra *Mulheres Empilhadas*, o vocábulo reverbera diretamente no título e no cenário figurado pela autora, em que os corpos femininos assassinados são empilhados como resíduos de uma violência rotinizada. Ainda seguindo o pensamento da Segato

Como afirmé, toda la violencia contra la mujer es arrinconada y confinada por la imaginación colectiva en el compartimiento de lo doméstico, privado y particular. Por un lado, agregar todos los asesinatos de mujeres por razones de género bajo la denominación de femicidio o feminicidio es interesante porque muestra el gran volumen numérico de estas muertes violentas en su conjunto; por otro, al enfatizar que existe un tipo de asesinatos de mujeres perpetrado, con frecuencia creciente, en contextos marcados por la impersonalidad, introduciremos retóricamente en el sentido común patriarcal el carácter público de la experiencia femenina y validaremos su victimización como problema del interés general. (SEGATO, 2016, p. 151)

O femigenocídio, portanto, aponta para a lógica de uma morte em massa que se inscreve como política de dominação, silenciosamente pactuada por normas sociais compartilhadas e enraizadas no patriarcado colonial. O empilhamento não é apenas físico, mas simbólico: ele expressa a desumanização e o apagamento coletivo das vítimas, especialmente quando essas mulheres pertencem a grupos historicamente vulnerabilizados, como as indígenas. Assim como o femigenocídio denuncia a impessoalidade dos crimes de gênero em larga escala, o empilhamento em Patrícia Melo representa essa acumulação de silêncios, de histórias interrompidas, de vidas que se tornam estatística.

Ao relacionar o conceito de femigenocídio com o empilhamento narrado na obra, evidencia-se como a violência contra as mulheres indígenas opera dentro dessa lógica estrutural. Seus corpos, frequentemente subalternizados pela colonialidade do poder, são alvos preferenciais de um sistema que perpetua a exclusão, a objetificação e o extermínio. A obra, nesse sentido, reaproxima os leitores das vítimas e desafia a naturalização das mortes femininas em territórios marcados por disputas de terra, racismo institucional e negligência estatal. A pilha, então, não é apenas um cenário, mas uma metáfora potente da lógica genocida que atravessa a história e a contemporaneidade dos povos indígenas.

Ao escrever este trabalho, reconheço que não posso falar pelas mulheres indígenas, mas posso e devo me posicionar ao lado, na tentativa de construir práticas de conhecimento que não reproduzam as lógicas coloniais que denuncio. Trata-se de uma escrita que se recusa à neutralidade, buscando se aliar aos processos de resistência que já estão em curso. Esse movimento implica caminhar juntas, alçar a voz como aliadas que se permitem seguir pelos caminhos onde nossas companhias se encontram.

Mulheres Empilhadas não é apenas um romance-denúncia. É também um gesto de memória e resistência. Ao fazer da morte de Txupira um acontecimento que

mobiliza toda a narrativa, Patrícia Melo rompe com a naturalização da barbárie e nos convoca a ver. E mais do que ver: a responder, a nos implicar, a transformar. Esta dissertação, portanto, é um entrelaçamento entre a leitura que me atravessa e a escrita que tento construir com responsabilidade, com escuta e com abertura para o outro. Porque, como o título deste item afirma, nossas vidas importam e dizer isso, neste contexto, é um ato profundamente político.

Concluir este item não significa encerrar um processo, mas reconhecer que os caminhos da leitura e da escrita seguem abertos, em movimento. A narrativa de *Mulheres Empilhadas* me convoca continuamente a pensar nos limites e nas possibilidades da minha prática enquanto pesquisadora e mulher não indígena, situada em um campo de saber ainda marcado por desigualdades epistêmicas. O gesto de ler com atenção as vozes que resistem ao apagamento, transforma a pesquisa em um exercício ético de implicação. Não é possível sair ilesa da leitura de uma história como essa, porque ela nos compromete com o que se recusa a ser esquecido.

A escrita, nesse contexto, se torna um espaço de aliança, um lugar onde é possível tensionar as estruturas de poder que sustentam o silenciamento das mulheres indígenas, sem pretender falar por elas, mas buscando formas de estar com elas. Ao reconhecer o entrelaçamento entre corpo e território, entre memória e resistência, esta pesquisa se constitui como uma prática comprometida com a construção de outras formas de relação no campo do conhecimento.

Dizer que *nossas vidas importam* é afirmar que nenhuma vida deve ser tratada como descartável. É assumir que, diante da violência, a neutralidade é cumplicidade. E é, sobretudo, reconhecer que há histórias, como a de Txupira, que precisam ser contadas e recontadas, não para revitimar, mas para lembrar que a luta pela vida das mulheres indígenas é também a luta por outro modo de existência, onde a dignidade, a escuta e o respeito possam, enfim, prevalecer.

3.3 - Resistências empenhadas: coletividade e voz

– Quando uma mulher morre, sua história deve ser contada e recontada mil vezes. Txupira nunca mais vai mergulhar com Naia. Nem cantar as canções aprendidas com a avó. Txupira nunca será mãe. Nem terá netos. Txupira não vai ver mais garças, nem mutuns ou araras amarelas. (MELO, 2019, p. 146).

Ao longo desta dissertação, evidenciou-se como a violência estrutural e histórica marca profundamente os corpos e as vidas das mulheres, em especial as

mulheres indígenas, impondo-lhes uma invisibilidade que se manifesta tanto no espaço social quanto no simbólico. Paralelamente, a escrita e a leitura surgem como práticas fundamentais de resistência, permitindo que essas mulheres denunciem as violências sofridas, recuperem memórias silenciadas e construam sentidos de pertencimento e autonomia. É nesse movimento de resistência que se insere o presente subtópico, que desloca o foco da denúncia e da experiência individual para a atuação coletiva e a afirmação das vozes indígenas no espaço público e comunitário.

As mulheres indígenas, cada vez mais presentes em diversos campos de atuação — literário, cultural, social e político —, têm conquistado visibilidade não apenas para si mesmas, mas também para suas comunidades e territórios. Essa ampliação de espaços evidencia que a invisibilidade, longe de ser um destino natural, é resultado de construções sociais e históricas que podem ser mobilizadas politicamente, transformando a própria condição de exclusão em uma pauta de luta. As vozes que emergem dessas mulheres não se limitam à denúncia externa; elas também ecoam de dentro das aldeias, questionando práticas patriarcais e reafirmando projetos coletivos de despatriarcalização, cuidado comunitário e afirmação da identidade cultural.

Antes de avançar na análise das formas de resistência empreendidas pelas mulheres indígenas, é necessário retomar brevemente a menção às Icamiabas, já citadas anteriormente ao longo desta dissertação. Essas mulheres da lenda amazônica viviam em coletividade, organizando suas vidas de acordo com suas próprias regras, afastadas da dominação patriarcal e das estruturas sociais impostas pelo colonizador. Embora este estudo não se debruce de maneira aprofundada sobre a lenda em si, é impossível prosseguir sem contextualizar esta referência, pois as Icamiabas dialogam diretamente com os temas de autonomia feminina e organização coletiva que permeiam tanto a narrativa literária quanto a vida de mulheres indígenas contemporâneas.

Durante as incursões da narradora pelo núcleo religioso da floresta, ela depara-se com um conjunto de mulheres guerreiras, as Icamiabas, estabelecendo um diálogo explícito com o mito das amazonas da tradição grega clássica, mas sem se limitar a ele. Esse encontro configura um movimento de apropriação e transformação — um gesto que se torna autônomo, capaz de existir e se sustentar em sua própria lógica. Mais do que um recurso literário, essa dimensão do texto evidencia a importância de

que as mulheres encontrem espaços para dar voz às suas dores e vivências, ou que, na ausência dessas condições seguras, outras vozes possam acolher, narrar e preservar essas experiências.

– Quando uma mulher morre, sua história deve ser contada e recontada mil vezes. Txupira nunca mais vai mergulhar com Naia. Nem cantar as canções aprendidas com a avó. Txupira nunca será mãe. Nem terá netos. Txupira não vai ver mais garças, nem mutuns ou araras amarelas. Nem comer miojo, como ela gostava de fazer, ao voltar da escola. Txupira não vai mais dormir no chão de paxiúba. Nem ter aulas de português. Ou catar piolhos do irmão mais novo. Alguém tem que pagar por esse déficit vital. (MELO, 2019, p. 147).

Parece residir aí o maior aprendizado da protagonista: o silêncio diante da violência constitui uma tragédia. Esse princípio se reforça quando remete-se à advertência de dona Yolanda, a avó, à narradora, ao perceber que ela estava ocultando algo — neste caso, a agressão cometida por Amir. A experiência evidencia que omitir relatos de violência não apenas perpetua o sofrimento individual, mas também impede a articulação de respostas coletivas e a tomada de consciência sobre os mecanismos de opressão.

Não adianta nada você se tornar advogada, não adianta nada estar aí, acompanhando esses julgamentos de mulheres que morreram como sua mãe — disse ela —, se você não aprendeu a lição número um dessa história: nosso silêncio é uma merda. Sua mãe morreu por causa desse silêncio. Essas mulheres morreram porque não conseguiram falar. Não falar — disse ela — é uma tragédia. (MELO, 2019, p. 45).

Assim, pode-se compreender *Mulheres Empilhadas* como uma narrativa que recupera saberes ancestrais das comunidades indígenas amazônicas e que, a partir dessa perspectiva, transforma a vingança das Icamiabas em algo distinto de uma mera retaliação às violências masculinas.

No terceiro capítulo que compõe alfabeto grego, a narrativa detalha a história das Icamiabas e o encontro da narradora com suas parceiras de batalha. Em certo momento, a linguagem assume um ritmo acelerado, quase pulsante, que parece acompanhar os batimentos cardíacos das guerreiras enquanto elas conspiram contra os matadores de mulheres. Nesse espaço de ação coletiva, não há imposição de liderança: as vozes se multiplicam, entrelaçam-se e chegam a fundir-se em uma única força, revelando a potência de uma ação compartilhada e o poder da solidariedade feminina dentro da narrativa.

Notei que algo brilhava lá dentro. Havia um centro luminoso no coração da mata selvagem. É para lá que eu caminhava, crecks e plofs, eu ouvia o som dos meus pés sobre a relva e caminhei no escuro, caminhei, caminhei até ver tochas de fogo logo ali, de onde vinha barulho de água. Ao sair da mata fechada, eu as encontrei. A lua estava nascendo, e elas me aguardavam, percebi imediatamente. Rodeavam um pequeno lago que refletia a luz da lua. De algumas, eu só via os cabelos que, de tão grandes e fartos, desciam pelo corpo como cascata, cobrindo o sexo, até os pés. Brancas, negras, transparentes, morenas, azuis, pardas, amarelas, eram de todas as cores, mas isso eu só percebi quando saímos para a primeira batalha. Naquele momento, vi que eram fortes. E muitas. – Você demorou – sussurrou uma em meu ouvido. – Tome – disse outra, entregando-me arco e flechas. Só então percebi que o que elas traziam nas mãos não eram tochas de fogo, mas armas de guerra, que cintilavam sob o luar. Muitas haviam extirpado um dos peitos para acomodar melhor as lanças que carregavam junto ao corpo. Algumas preferiam amarrar os seios abundantes em faixas de pano. Outras os deixavam livres, peitos pequenos, alguns em flor, peitos murchos, peitos enormes, peitos caídos, peitos Leste-Oeste, alguns assimétricos, em formato de gota, de sino ou redondos. – Aqui você não precisa dessas roupas – disse uma terceira, desabotoando meu vestido. Nua, me juntei a elas ao redor do lago que, refletindo a luz da lua, parecia uma grande poça prateada. (MELO, 2019, p. 93-94)

Ao longo da narrativa é possível identificar claramente como Patrícia Melo se inspira nos mitos das amazonas gregas e das Icamiabas brasileiras para construir o grupo de mulheres em *Mulheres Empilhadas*, criando personagens que carregam traços desses mitos, mas de forma reconfigurada e adaptada ao contexto da história. Essa apropriação literária remete diretamente a concepções que Julieta Paredes, feminista decolonial aymara boliviana, denomina feminismo comunitário, no qual a luta das mulheres não se limita a reivindicações individuais ou à crítica do patriarcado, mas se organiza a partir de relações de cuidado, solidariedade e fortalecimento comunitário. Nesse sentido, Paredes afirma (2020, on-line):

Feminismo comunitário é o nome da nossa organização, que também produziu uma prática política das mulheres em toda a Abya Yala. O feminismo comunitário, hoje em dia, também é uma corrente de pensamento. Mas nós não nascemos da academia, da teoria, da intelectualidade. É muito diferente. Nós nascemos como uma prática social que nomeia seus sonhos, suas propostas, suas lutas, e vamos encontrando na construção teórica a explicação do que estamos fazendo.

Ademais, Julieta Paredes esclarece que a utilização do termo “feminismo” para nomear o feminismo comunitário resulta de um processo semântico: “Nós escolhemos como estratégia política, histórica e de posicionamento, por sermos mulheres de hoje e de agora, diante deste mundo globalizado e colonizado, chamarmos a nós mesmas

de feministas.” (PAREDES, 2020, on-line). No entanto, Paredes ressalta que o feminismo comunitário desenvolve seus próprios conceitos, argumentos e modos de narrar suas experiências ao mundo, distintos das interpretações externas ou universais. Nesse sentido, Pietra Dolamita (Kuawá Apurinã), apurinã brasileira, também se opõe à ideia de um “feminismo indígena” quando este é concebido a partir de uma perspectiva universalizante, que ignora as especificidades culturais, históricas e coletivas das comunidades indígenas:

Como podemos falar em Feminismo Indígena, se implanto algo de fora, mesmo que tenha uma alteridade, será sempre uma planta estranha e desconhecida do nosso povo; torna-se impossível pensar que exista feminismo indígena, pois se aceitarmos estaremos novamente sendo colonizada [sic] pela fala/conceito de outro povo que sempre teve a pretensão de nos impor sua cultura, seja através da catequização, evangelização e etc... Podemos falar em Mulheres Indígenas Guerreiras, pois a nossa luta é pela terra que faz parte de nosso corpo e espírito [sic]. [...] Aceitar sem questionamentos os conceitos de feminismo a partir de outra cosmologia equivale a continuar o processo de colonização como ser humano feminista. [...] Denota até o propósito de apagar a história dos povos indígenas, enquadrando-a numa história linear, evolutiva e eurocêntrica para legitimar a violência decorrente das relações de poder e exploração impostas a partir dos encontros coloniais iniciais. O protagonismo das mulheres indígenas na luta pelos direitos dos povos originários foi construído no contexto de situações históricas marcadas por guerras genocidas e tentativas de escravização. Não obstante, mulheres indígenas reconhecem que o feminismo é uma virtude, mas isso não significa que aceitem o feminismo ocidental como algo universal a ser adotado nas comunidades e no seu modo de viver, sendo que a pauta feminista, não contemplou as mulheres indígenas, e quando aparecemos, estamos em condições de precarização a respeito. (DOLAMITA, 2019, p. 17-18)

Sob uma perspectiva epistemológica, Dolamita argumenta que tentar unificar todas as formas próprias de organização social e as trajetórias históricas singulares de cada povo em uma agenda política única representa mais uma das diversas violências impostas a essas comunidades, às quais estiveram — e ainda estão — submetidas ao longo de mais de cinco séculos.

Essa luta está profundamente conectada à luta de seus povos, refletindo a necessidade de enfrentar desafios comuns e específicos que afetam tanto suas comunidades quanto suas vidas individuais. Nos últimos anos, tem se intensificado a organização de grandes fóruns e encontros, nos quais as mulheres indígenas se reúnem para debater questões que impactam suas realidades, com destaque para a objetificação e a violência direcionada aos seus corpos.

Embora tenham perdido parte de sua participação política ao longo do período colonial, essas mulheres sempre mantiveram uma resistência, buscando

gradualmente retomar seu espaço no cenário político. Ao longo do tempo, elas conseguiram expandir suas atividades além das esferas domésticas, estabelecendo uma relação cada vez mais estreita com a política e a luta por seus direitos. Assim, Segato relata que:

Duas mulheres, Rosane Kaingang e Miriam Terena, solicitaram, em 2002, ao então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão estatal responsável pela gestão política indigenista no país, a realização de uma oficina em que mulheres de povos indígenas de todas as regiões pudessem obter um vocabulário com conceitos da teoria de gênero e uma instrução sobre direitos humanos, direitos dos povos indígenas e direitos das mulheres, em especial das mulheres indígenas, e sobre as políticas das quais se pudessem valer. (SEGATO, 2021, p. 123)

Essa solicitação ocorreu de maneira urgente, pois era véspera da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) e o objetivo era concluir uma lista de demandas para apresentar a ele. A partir disso, organizou-se uma oficina com o intuito de apresentar um vocabulário básico sobre a noção de gênero e ouvir relatos sobre os casos particulares:

Em novembro de 2002, 41 mulheres indígenas, representantes de povos dispersos pelo extenso território brasileiro, reuniram-se em Brasília, durante uma semana, para participar de uma Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas. Fui incumbida, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), de preparar uma cartilha, que serviria de base para a discussão, com os conceitos básicos relativos a gênero e direitos humanos, bem como de lhes explicar, durante a oficina, as categorias centrais do pensamento teórico ocidental sobre ambos os temas, para mais tarde recolher descrições dos problemas que as participantes indígenas e suas comunidades enfrentavam e relatar suas aspirações na forma de políticas públicas de seu interesse. O informe final, com uma proposta de ações afirmativas voltadas para mulheres indígenas, destinava-se ao registro das demandas ali apresentadas. (SEGATO, 2006, p. 208)

A realização dessa oficina representou um marco no processo de articulação política das mulheres indígenas, pois possibilitou não apenas a troca de saberes entre diferentes povos, mas também a apropriação de conceitos fundamentais para a reivindicação de direitos em instâncias institucionais. Ao se depararem com categorias como “gênero” e “direitos humanos”, essas mulheres puderam ressignificar tais noções a partir de suas próprias cosmologias e experiências, construindo uma pauta que não se limita a reproduzir o pensamento ocidental, mas que o tensiona e o amplia. Esse movimento evidencia a capacidade dessas lideranças de transitar entre universos epistêmicos distintos, fortalecendo uma prática política que alia tradição e

inovação, e reafirmando a centralidade de seus corpos e territórios na luta por justiça social e decolonialidade.

Nesse debate, penso novamente a partir da reflexão de Paredes, que em *Hilando fino desde el Feminismo Comunitario* (2008) aborda a existência de um patriarcado ancestral no período pré-colonial. A autora destaca que, portanto, as sociedades indígenas não eram completamente livres de relações desiguais antes da chegada dos colonizadores europeus. O que se estabeleceu, segundo ela, foi o que denomina de *entronque patriarcal*:

[...] la opresión de género no sólo vino con los colonizadores españoles, sino que también había una propia versión de la opresión de género en las culturas y sociedades precoloniales, y que cuando llegaron los españoles se juntaron ambas visiones para desgracia de las mujeres que habitamos Bolivia. Este es el entronque patriarcal [...] (PAREDES, 2008, p. 7).

Julieta Paredes (2008) identifica, no contexto latino-americano — particularmente na Bolívia, mas em diálogo com outras regiões da América Central e do Sul a existência de um patriarcado ancestral que, embora menos intenso, já estava presente nas sociedades originárias antes da colonização. O termo utilizado pela autora, que remete ao cruzamento de caminhos, expressa a fusão de dois regimes de dominação que, ao se imbricarem, dão origem ao patriarcado moderno/colonial, marcado por uma lógica de exploração, abuso e violência que se perpetua desde então.

Para Paredes, o patriarcado não se restringe a uma opressão de gênero, mas constitui um sistema total de dominação que articula diversas formas de violência, exploração e discriminação, atingindo mulheres, homens e pessoas intersexuais. Trata-se de um “sistema de morte” historicamente erigido sobre o corpo da mulher, que se reinventa ao longo do tempo para preservar a inferioridade feminina. Sua força reside justamente na capacidade de se atualizar, incorporando mudanças históricas enquanto se sustenta por meio de costumes, tradições, normas religiosas e sociais, hábitos familiares, preconceitos, símbolos e leis — mecanismos que o tornam cada vez mais difícil de reconhecer e, conseqüentemente, de combater.

Como precursora do feminismo comunitário, definido por ela como “proposta política de vida de qualquer mulher, em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime”, (Paredes, 2020, p. 195), a feminista aymara propõe uma luta que ultrapassa as fronteiras de gênero. Sua perspectiva busca a “despatriarcalização, a descolonização como um

processo que também abale as bases do capitalismo e da exploração” (Paredes, 2017, p. 3).

É relevante enfatizar que Paredes formula seus conceitos não apenas a partir de investigações acadêmicas, mas, sobretudo, a partir de uma elaboração subjetiva enraizada em sua experiência como mulher aymara e integrante de uma comunidade indígena. Essa perspectiva situada confere densidade política e epistêmica ao seu pensamento, pois faz ecoar a defesa da existência de um patriarcado pré-colonial e da própria noção de gênero nas sociedades originárias, tensionando leituras que costumam idealizar essas comunidades como espaços isentos de relações desiguais.

Nesse sentido, a reflexão de Adriana Guzmán, outra feminista aymara e ativista do feminismo comunitário, complementa essa abordagem ao propor, em *Un feminismo útil para la lucha de los pueblos*, um feminismo que se articula diretamente às lutas coletivas de seus povos, funcionando como uma ferramenta concreta de resistência contra o patriarcado, a colonialidade e as estruturas de exploração que atravessam a vida das mulheres indígenas.

Para el feminismo comunitario el feminismo es la lucha de cualquier mujer, en cualquier parte el mundo, en cualquier tiempo de la historia, que lucha, se rebela y propone ante un patriarcado que la oprime o que pretende oprimirla. Entonces, descolonizar el feminismo es dejar de pensar desde los parámetros y categorías del feminismo eurocéntrico, porque han demostrado ser insuficientes y se han encerrado en un sistema de derechos que en realidad encubre los privilegios de unas y unos pocos frente a las opresiones de las mayorías. Descolonizar el feminismo es dejar de pensar desde la dicotomía del colonizador y el colonizado, es dejar de asumir el tiempo como lineal y el pensamiento como superador de las luchas, la clase como explicación suficiente y la posmodernidad como proyecto político. (GUZMÁN, 2015)

Nesse sentido, a passagem enfatiza a necessidade de um feminismo interseccional e situado, que valorize as lutas coletivas das mulheres e funcione como instrumento de resistência e transformação social.

Em diálogo com essas autoras, Françoise Vergès, cientista política e intelectual racializada, em seu livro *Um feminismo decolonial* (2020) também reivindica a despatriarcalização como eixo fundamental para a derrubada das lógicas coloniais e capitalistas, compreendendo-a como um processo que questiona a produção global de violência e exploração que atravessa corpos racializados e feminizados. Sua abordagem amplia o debate ao evidenciar que o patriarcado, para além de um sistema local, é parte de uma maquinaria mundial de opressão, o que evidencia a necessidade de estratégias políticas que interliguem gênero, raça, classe e colonialidade, considerando suas interações em múltiplas escalas e contextos globais.

Para Vergès, a construção de um feminismo decolonial passa pelo reconhecimento das mulheres do Sul Global que abriram caminhos antes de nós: “afirmar nossa fidelidade às mulheres do Sul global que nos precederam” (VERGÈS, 2020, p. 35), gesto que visa à “despatriarcalização das lutas revolucionárias” (VERGÈS, 2020, p. 35). Essa perspectiva implica valorizar os sacrifícios dessas precursoras e integrar suas experiências às lutas feministas contemporâneas, reconhecendo a continuidade histórica dessas mobilizações. A autora enfatiza que o pensamento decolonial não deve ser entendido como uma “nova onda” ou uma “nova geração” do feminismo, termos que fragmentam a trajetória histórica das mulheres e obscurecem a persistência de processos de resistência. Nesse sentido, o feminismo decolonial se posiciona em oposição aos feminismos civilizatórios — sejam eles liberais, neoliberais, eurocêtricos ou imperialistas —, criticando a universalização de experiências particulares e denunciando sua participação na manutenção de sistemas de exploração racial.

Dentro desse contexto, a proposta de despatriarcalização elaborada pela ativista boliviana María Galindo adquire especial relevância. Para ela, “desde ya la despatriarcalización es la osadía de concebir al patriarcado como una estructura susceptible de ser desmontada”⁷⁸ (Galindo, 2013, p. 94). Ao enunciar essa definição, Galindo desloca o debate ao afirmar que a descolonização é inconcebível sem a despatriarcalização, pois a colonialidade está intrinsecamente atravessada por relações de violência que combinam gênero, raça, classe e sexualidade. Sua formulação não é apenas teórica: como uma das fundadoras do coletivo anarcofeminista Mujeres Creando, criado em 1992 em reação às políticas neoliberais na Bolívia, Galindo articula pensamento e prática, propondo uma intervenção política que desmonta, simultaneamente, as estruturas coloniais, patriarcais e capitalistas.

Nesse sentido, as ideias de despatriarcalização e decolonialidade se refletem também nos espaços de atuação das mulheres indígenas, que vão muito além da esfera teórica. Em suas comunidades, elas articulam práticas de resistência que combinam saberes tradicionais, organização coletiva e reivindicação de direitos, ocupando territórios, instâncias políticas e sociais para desafiar estruturas de poder que atravessam gênero, raça e colonialidade. Esses espaços tornam-se arenas

⁷⁸ “desde já a despatriarcalização é a ousadia de conceber o patriarcado como uma estrutura suscetível a ser desmantelada.” (GALINDO, 2013, p. 94, tradução nossa).

fundamentais para a construção de políticas indígenas feministas, nas quais a luta contra o patriarcado se vincula à preservação cultural, à defesa dos territórios e à garantia de direitos para suas comunidades.

Desafiar as estruturas do poder colonial implica reconhecer e apoiar espaços de produção cultural e literária conduzidos por mulheres indígenas. Iniciativas como a Pachamama Editora, voltada à publicação de obras bilíngues que valorizam a diversidade cultural indígena, ou redes de leitura como o Leia Mulheres Indígenas, criadas e mantidas pelas próprias autoras, exemplificam a articulação entre produção literária e resistência política. Da mesma forma, organizações como o Centro de Trabalho Indigenista, a Mídia Índia-Oficial e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) utilizam as plataformas digitais para fortalecer a visibilidade de suas lutas, consolidando espaços de mobilização e engajamento comunitário.

No campo literário, estratégias narrativas associadas à pós-modernidade — como múltiplos pontos de vista e metanarrativa — são apropriadas para questionar representações históricas estereotipadas e construir identidades femininas plurais, complexas e fragmentadas, propondo uma revisão crítica dos valores impostos pelo patriarcado. A leitura de autoras como Eliane Potiguara, Márcia Wayna Kambeba, Auritha Tabajara, Aline Pachamama (Puri), Vângri Kaingang, Denízia Kawany Fulkaxo, Aline Kayapó, Telma Pacheco Tremembé, Maria Kerexu (Guarani), Niara Terena, Isa Santana (Pataxó) e Rosi Whaikon, entre outras, evidencia que a produção literária indígena feminina não apenas existe, mas constitui um importante instrumento de resistência cultural e política, desafiando a invisibilização histórica dessas mulheres.

A reportagem "Mulheres indígenas e a reconstrução da política indigenista no Brasil" destaca o crescente protagonismo das mulheres indígenas na liderança política e na luta pelos direitos territoriais no país. A partir de 2023, figuras como Sônia Guajajara, primeira Ministra dos Povos Indígenas, e Joênia Wapichana, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), simbolizam essa ascensão histórica. Além disso, a criação da Bancada do Cocar no Congresso Nacional, liderada por Célia Xakriabá, reforça a presença feminina indígena nas esferas legislativas.

A atuação das mulheres indígenas não se limita ao campo político institucional; elas desempenham papéis essenciais no cotidiano das comunidades, sendo responsáveis por atividades como o cuidado com crianças, produção de alimentos e preservação cultural. Pesquisas indicam que essas mulheres também lideram

iniciativas de Monitoramento Territorial Independente (MTI), promovendo a defesa da sociobiodiversidade e a educação tradicional, além de fortalecerem a participação política em suas comunidades.

A pesquisa de Alana Cantuária Coelho e Leonardo Barros Soares, intitulada *"A nova era de mulheres indígenas na política brasileira: uma análise comparativa das candidaturas legislativas para as eleições de 2014, 2018 e 2022"*, oferece uma análise detalhada da evolução da participação política de mulheres indígenas no Brasil:

As eleições de 2014 contaram com 15 candidatas indígenas a deputada estadual, 1 a deputada distrital e 9 a deputada federal, e nenhuma destas foi eleita. Já em 2018, foram 26 mulheres indígenas para deputada estadual e 14 para federal, sendo que, para tal pleito, foi eleita a candidata Joênia Wapichana (REDE), primeira mulher indígena a ser eleita para a Câmara dos Deputados no Brasil, ao representar o estado de Roraima. Joênia foi também a segunda pessoa indígena a exercer o cargo. Assim ela rompeu um período de 35 anos sem qualquer pessoa indígena no parlamento brasileiro.

No entanto,

Por conseguinte, as eleições de 2022 representaram um aumento expressivo das candidaturas de mulheres indígenas no Brasil. Foram 2 candidatas a deputada distrital, 45 candidatas a deputada estadual e 24 candidatas a deputada federal, sendo elas: Silvia Waiãpi (PL), pelo estado do Amapá; Sônia Guajajara (PSOL), pelo estado de São Paulo, Juliana Cardoso (PT), pelo estado de São Paulo e Célia Xakriabá (PSOL), pelo estado de Minas Gerais. Além dessas, houve ainda a eleição de Índia Armelau (PL), para a assembleia do Rio de Janeiro. Em vista disso, é possível afirmar que a taxa de sucesso eleitoral das mulheres indígenas foi de 2,50%, em 2018, para 8,45% em 2022, um aumento de quase 6 pontos percentuais, que torna impossível ignorar a intensificação do processo de aldeamento da política brasileira e o lançamento de uma bancada do cocar.

As informações sobre as eleições de 2014, 2018 e 2022 evidenciam não apenas o crescimento numérico da participação de mulheres indígenas na política brasileira, mas também a importância simbólica e política de suas conquistas. A eleição de Joênia Wapichana em 2018 rompeu um hiato de 35 anos sem representação indígena na Câmara dos Deputados, marcando um ponto de inflexão histórico, enquanto os resultados de 2022 indicam um fortalecimento ainda maior dessa presença, com múltiplas candidaturas eleitas e a consolidação da chamada bancada do cocar. Esses avanços revelam como a atuação política das mulheres

indígenas transcende o exercício do cargo em si, configurando-se como uma forma de resistência e afirmação de direitos coletivos, da identidade cultural e da soberania sobre seus territórios. Ao mesmo tempo, os desafios estruturais persistentes, como desigualdade de recursos, racismo e sexismo, reforçam que essas vitórias são fruto de articulação comunitária, mobilização social e estratégias políticas que interligam lutas locais e nacionais, mostrando que a presença das mulheres indígenas no legislativo é tanto um ato de representação quanto uma prática de reconstrução política do país.

Diante desse percurso crítico e teórico, evidencia-se que as resistências empreendidas pelas mulheres indígenas configuram um processo político e epistêmico que ultrapassa a mera denúncia ou a inserção em espaços institucionais. Suas vozes, enraizadas em saberes ancestrais e práticas comunitárias, reverberam para além das aldeias, expandindo-se pela literatura, pela política e por diferentes arenas públicas, onde tensionam as estruturas coloniais e patriarcais ainda vigentes. Essa reverberação, longe de ser apenas metafórica, traduz-se em ações concretas de mobilização, na retomada de territórios e na afirmação de identidades que recusam o silenciamento histórico. Cada conquista – seja no campo simbólico, seja na esfera legislativa – constitui um gesto de retomada e de reconstrução coletiva, evidenciando que a presença dessas mulheres não é episódica, mas parte de um movimento contínuo de despatriarcalização e decolonização. Ao fazer ecoar suas histórias, essas vozes indígenas inauguram novas possibilidades de existência, demonstrando que sua força coletiva não apenas resiste, mas também cria e projeta futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar a este momento da escrita, sinto que não encerro apenas um percurso acadêmico, mas também um ciclo de vida e de reflexões que atravessaram meu corpo, minhas memórias e minhas inquietações. Retomar o caminho que me trouxe até aqui é, antes de tudo, um exercício de reconhecimento: reconheço que minha escolha por estudar a violência contra mulheres, sobretudo contra mulheres indígenas, não partiu de uma neutralidade — porque nunca houve neutralidade possível — mas de um incômodo profundo com as estruturas coloniais e patriarcais que continuam a decidir quem pode viver e quem deve morrer. Como mulher, como nordestina e como pesquisadora que pensa desde as margens, não poderia me furtar a olhar para esses corpos violentados e silenciados, sabendo que, de algum modo, também sou atravessada pelas mesmas forças de exclusão e desqualificação.

Essa pesquisa, portanto, foi tanto um exercício acadêmico quanto uma experiência existencial. Não pesquisei apenas “objetos” de estudo, mas caminhei com vozes, com ausências e com memórias que me feriram e me transformaram. A cada leitura e releitura de *Mulheres Empilhadas*, fui confrontada não só com a narrativa ficcional de Patrícia Melo, mas também com os ecos de uma realidade marcada pela repetição do feminicídio, pelo apagamento das mulheres indígenas e pela naturalização da violência contra o corpo feminino. No espaço entre a literatura e a vida, encontrei fissuras que me obrigaram a repensar minha própria posição enquanto mulher que escreve e insiste em resistir.

Ao longo da dissertação, evidenciei que o feminicídio não pode ser compreendido como um fenômeno isolado ou circunstancial, mas como parte de uma engrenagem histórica que combina colonialidade, patriarcado e racismo estrutural. Os assassinatos de mulheres, narrados e empilhados tanto no romance quanto nos noticiários, não são exceções, são a regra de um sistema que legitima a violência como forma de controle sobre corpos considerados descartáveis. A metáfora usada por Melo ao falar da pilha de mulheres mortas, traduz essa banalização pois mulheres são amontoadas, numericamente contabilizadas, mas raramente lembradas como sujeitos. Nesse ponto, a literatura revela seu poder: ao mesmo tempo em que denuncia a lógica cruel, também devolve a cada mulher assassinada uma história, uma voz, um rosto.

Entre essas vozes, destaquei as das mulheres indígenas. Sua presença na obra de Melo me levou a refletir sobre como a invisibilidade se constrói e se perpetua no Brasil, enquanto a sociedade se acostuma a ver indígenas como “outros”, não plenamente humanos, suas mortes se tornam ainda mais naturalizadas. No primeiro capítulo, quando tratei da “simples arte de matar uma – ou muitas – mulher(es)”, percebi como a violência contra o corpo feminino está enraizada em uma lógica colonial e patriarcal que se perpetua até hoje.

As reflexões sobre gênero, Estado e pornografia como dispositivos de dominação mostraram que o feminicídio não é exceção, mas parte de uma engrenagem social que naturaliza a morte de mulheres. Ao revisitar essas análises, reafirmo a metáfora do empilhamento: mulheres amontoadas como corpos descartáveis, invisibilizadas por estatísticas que pouco revelam da dor e da história de cada uma. Este capítulo me ensinou a desobedecer epistemicamente, a recusar as leituras hegemônicas e a buscar outros modos de compreender e narrar a violência. A ficção, nesse sentido, abriu um espaço de visibilidade, ainda que doloroso, para corpos sistematicamente silenciados. Mas, mais do que falar de morte, essas vozes nos lembram da resistência.

Já no segundo capítulo, ao adentrar a obra *Mulheres Empilhadas*, encontrei o entrecruzamento entre ficção e realidade. Patrícia Melo, ao narrar os assassinatos de Fernanda, Rayane, Txupira, Rita, Carla e tantas outras, deu rosto e voz às mulheres que muitas vezes permanecem apenas como números. Analisei como a tessitura narrativa mistura violência, mitos e ficção, revelando que a morte é também um dispositivo de silenciamento. Mas foi justamente aí que percebi que, até mesmo na morte, as personagens de Melo resistem. Txupira, a jovem indígena morta “sem querer”, simboliza a forma como a sociedade insiste em desumanizar e desvalorizar vidas indígenas. Já Rita e Carla, mortas por sua autonomia e independência, evidenciam que ser mulher livre continua a ser um risco. Ao olhar para essas personagens, compreendi que minha pesquisa não é sobre a morte em si, mas sobre o modo como a literatura pode denunciar, expor e, ao mesmo tempo, criar brechas de resistência, que não se limita à sobrevivência individual, mas que se expressa na coletividade, nos rituais, nas memórias, nos gestos de re-existência que insistem em afirmar a importância das nossas vidas.

No terceiro capítulo, ao ouvir as vozes das mulheres indígenas, mergulhei nas contradições da identidade e da invisibilidade. Percebi como a violência se perpetua

não apenas nos números alarmantes, mas na forma como o colonialismo tentou apagar a condição indígena e sua potência política. As discussões sobre a coletividade e a escrita como resistência mostraram que as mulheres indígenas não são apenas vítimas: são sujeitos de luta, de memória e de re-existência. Ao analisar o protagonismo de figuras como Zapira, percebi que resistir é também reinventar o lugar da mulher dentro de suas comunidades, rompendo com a lógica patriarcal que foi imposta pelo contato colonial. Este capítulo me ensinou que meu papel, enquanto pesquisadora não indígena, não é falar por elas, mas aprender a pensar com elas, reconhecendo a urgência de suas vozes e a legitimidade de suas resistências.

No entanto, reconheço os limites dessa pesquisa. Não sou indígena, e essa condição me impõe fronteiras éticas sobre o que posso dizer. Sei que minha escrita nunca dará conta de toda a complexidade da experiência indígena, porque escrevo de fora, mesmo que com respeito e com desejo de escuta. A própria academia, lugar de onde falo, carrega marcas coloniais que, muitas vezes, contradizem o que tento afirmar. Por isso, assumi desde o início que não falaria pelas mulheres indígenas, mas a partir do que a literatura e a crítica feminista decolonial me permitem pensar. Se em alguns momentos senti que os conceitos não alcançavam a densidade da dor ou a crueza da violência, busquei no campo literário uma forma de escapar da redução estatística e me aproximar das sensibilidades.

Durante esta pesquisa, pude perceber como os papéis atribuídos às personagens femininas em *Mulheres Empilhadas* ganham novos sentidos. Ressignificar, nesse contexto, significa reconhecer o feminicídio como consequência direta do sistema moderno/colonial e de gênero, ao mesmo tempo em que reafirma a literatura como um espaço aberto para múltiplas vozes e para a possibilidade catártica da expressão. Meu objetivo, ao longo do trabalho, foi compreender de maneira mais profunda o projeto ético e estético da escritora brasileira Patrícia Melo e refletir sobre suas escolhas temáticas e estratégias narrativas, que revelam práticas decoloniais na literatura contemporânea produzida por mulheres. A escrita crítica e inventiva de Patrícia Melo integra uma literatura cada vez mais presente, que dialoga com as perspectivas teóricas e críticas dos feminismos decoloniais no contexto geopolítico do Brasil e da América Latina. Assim, com base nas análises realizadas, reafirmo que *Mulheres Empilhadas* questiona concepções colonialistas, racistas, classistas, misóginas e patriarcais, que historicamente rebaixam a mulher a uma posição de

subalternidade e apagam a presença dos povos indígenas no Brasil, reforçando o compromisso com a decolonização e a decolonialidade da literatura latino-americana.

Ainda assim, considero que este trabalho deixou contribuições importantes, especialmente por deslocar olhares e ampliar minha própria compreensão de feminismo. Percebi que não bastava falar em igualdade ou empoderamento: era preciso decolonizar as epistemologias, romper com o cânone eurocêntrico e assumir a desobediência epistêmica como método de escrita e de vida. Esse gesto me permitiu enxergar a literatura como um espaço de denúncia e, ao mesmo tempo, de reinvenção. Também me ensinou que escrever não é apenas um ato acadêmico, mas um gesto político e ético, que compromete quem escreve com a memória das que vieram antes e com a luta das que resistem hoje.

No processo, fui desafiada como pesquisadora. A cada encontro com relatos de violência, senti a tentação de recuar, mas entendi que meu lugar não era o da neutralidade, e sim o da implicação. Ao me reconhecer como corpo afetado e situado, pude escrever não apenas *sobre* um tema, mas *desde* um lugar de compromisso. Encerrando esta dissertação, (re)lembro a imagem da capa do livro: Patrícia Melo a utilizou para denunciar a banalização das mortes, mas, para mim, a pesquisa foi um exercício de desmontar essa pilha, de olhar para cada mulher, de recusar a massificação e a indiferença. Reexistir significa não permitir que as mortes sejam reduzidas a números, mas lembrar que cada uma delas carrega uma história que precisa ser contada. Resistir, por sua vez, é empenhar-se na vida, na coletividade, no compromisso de não deixar que o silêncio vença.

Assim, afirmo que esta dissertação é mais do que um trabalho acadêmico: é uma escrita de compromisso. Compromisso com a memória das que morreram, com a resistência das que continuam a lutar e com a esperança de que possamos construir um mundo em que nossos corpos não sejam mais empilhados, mas reconhecidos em sua dignidade e potência. Sei que o caminho é árduo e que muitas vezes me sinto pequena diante da enormidade da violência, mas também sei que, ao escrever, pesquisar e me posicionar, estou empenhada em um movimento maior de despatriarcalização e decolonização, que não se encerra aqui, mas seguirá me acompanhando por toda a vida.

É justamente nesse ponto que volto à epígrafe que abre este trabalho. Ao ler aquelas vozes — mulheres, icamiabas, cafuzas, negras, indígenas, mulatas, amazonas — insurgindo coletivamente no meio da floresta, percebi que minha escrita

também se inscreve nesse chamado. Unir-me a esse coro de mulheres “tremelicando de ódio”, vingadoras e insubmissas, significa reconhecer que a pesquisa que realizei é parte dessa mesma investida contra os “bruxos” coloniais, patriarcais e exploradores.

Retomar essa epígrafe agora, ao final, é assumir que esta escrita se alinha a essa força coletiva: sou também uma dessas vozes que se levantam, que recusam o silêncio, que exigem justiça e que avançam sobre a cidade simbólica onde se articulam os dispositivos de morte. Se a epígrafe convoca à ação conjunta, esta dissertação responde a ela com a escrita — uma escrita que não mata, mas desestabiliza, que não empilha corpos, mas que busca provocar e incomodar as estruturas que permitem esses empilhamentos. E, assim, encerro não com a sensação de término, mas com a certeza de que continuo caminhando ao lado dessas mulheres, fazendo da pesquisa um instrumento de enfrentamento e da palavra um gesto de vingança e re-existência.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Anna Beatriz; FONSECA, Bruno. A luta das Guarani e Kaiowá na região mais perigosa para mulheres indígenas no país. Agência Pública, 21 out. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/a-luta-das-guarani-e-kaiowa-na-regiao-mais-perigosa-para-mulheres-indigenas-no-pais/>. Acesso em: 18 mai. 2025.

BERND, Zilá. Por uma estética dos vestígios memoriais: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013b.

BINDEL, Julie. I've seen the type of violent snuff porn Peter Madsen viewed before he murdered Kim Wall – anyone who denies a connection is deluded. 2018. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/voices/kim-wall-peter-madsen-snuff-porn-submarine-inventor-submarine-swedish-journalist-a8322076.html> Acesso em: 17 jan. 2025.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kühner. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 18 mai. 2025.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Trad. de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: Feminismos diversos: Feminismo comunitario, ACSUR, p. 11-25, 2010

CABNAL, Lorena. Feminismos diversos: feminismo comunitário, 2010. ACSUR-Las Segovias.

CANTUÁRIA COELHO, Alana; BARROS SOARES, Leonardo. A nova era de mulheres indígenas na política brasileira: uma análise comparativa das candidaturas legislativas para as eleições de 2014, 2018 e 2022. Conexão Política, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 10–37, 2024. DOI: 10.26694/2317-3254.rcp.v12i1.5624. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5624>. Acesso em: 20 set. 2025.

CHAVES, Kena; BAPTISTA, Tainá Holanda Caldeira. *Mulheres indígenas e a reconstrução da política indigenista no Brasil*. Portal FGV, 07 fev. 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/mulheres-indigenas-e-reconstrucao-politica-indigenista-brasil>. Acesso em: 20 set. 2025.

COELHO, Clara da Cunha Barbato Veiga. Pós pornografia em foco: um estudo sobre tensões políticas e usos do corpo. 2020. 107 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/345108/1/Coelho_ClaraDaCunhaBarbatoVeiga_M.pdf Acesso em: 30 dez. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Mulheres indígenas sul mato-grossenses se reúnem, pela primeira vez, em encontro estadual. 26 nov. 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/11/encontro-mulheres-indigenas-ms/>. Acesso em: 29 mai. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan., 2002.

DALCASTAGNÈ, Regina. Imagens da mulher na narrativa brasileira, O eixo e a roda, Volume 15, págs 127 - 135, 2007.

DOLAMITA, Pietra (KAPUKAY APURINÃ, Kuawá). Entrevista Kuawá Kapukay Apurinã - Pietra Dolamita. Revista Diversidade e Educação, on-line, v. 7, n. especial, p. 11-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9525>. Acesso em: 18 set. 2025.

DUARTE, Constância Lima. As mensageiras: primeiras escritoras do Brasil. Série Histórias não contadas 6. Câmara dos Deputados. Brasília, 2018.

DUTRA, Paula Queiroz. Entre a dor e o silêncio: a violência contra a mulher em romances contemporâneos. 2019. 119f. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35677>. Acesso em: 17 mai. 2025.

ELUF, Luiza Nagib. A paixão no banco dos réus – casos passionais célebres: de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves. São Paulo: Saraiva, 2003.

EUGÊNIO, Cláudio; RAMOS, Mariana Franco. Feminicídio de adolescente no MS escancara descaso com povo Guarani Kaiowá. Combate Racismo Ambiental, 15 set. 2022. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/09/15/feminicidio-de-adolescente-no-ms-escancara-descaso-com-povo-guarani-kaiowa/>. Acesso em: 17 mai 2025.

FERNANDES, Jéssica. De 5 mulheres mortas neste mês em MS, duas eram indígenas. Campo Grande News, Campo Grande, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/de-5-mulheres-mortas-neste-mes-em-ms-duas-eram-indigenas>. Acesso em: 17 mai 2025.

FERRAZ, Matheus. Snuff movies: onde a vida é barata. 2014. Disponível em: <https://bocadoinferno.com.br/artigos/2014/06/snuff-movies-onde-a-vida-e-barata/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência contra mulheres em 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025

GALINDO, María. No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoría y propuesta de la despatriarcalización. La Paz: Mujeres Creando, 2013.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.

GUZMÁN, Adriana. *Un feminismo útil para la lucha de los pueblos*. Revista Con la A, no. 38, mar. 2015. Disponível em: LATiCe. Acesso em: 20 set. 2025.

Lagarde, Marcela. « Presentación ». In: La Violencia feminicida en 10 entidades de la Republicana mexicana. Congrès de l'Unión, Camara de diputados, México DF: 2006.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de.

LEÃO, Lídice. Mulheres Empilhadas: quando a arte reflete a realidade. 2019.

Ludmer, Josefina. Aqui América latina: uma especulação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MAGRI, Ieda. Nova descida ao inferno: Patrícia Melo e as mulheres que matam. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, núm. 62, e629, 2021 Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea; Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3231/323166806010/323166806010.pdf>

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELO, Patrícia. Mulheres Empilhadas. São Paulo: Leya, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Dossiê: Literatura, língua e identidade.

MIGNOLO, Walter, D. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. Revista Epistemologias do Sul. Foz do Iguaçu, PR. V.1, n.1, 2017, p. 12- 32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso em: 21 out. 2024.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia epistémica (II), pensamiento independiente y libertad de-colonial. Disponível em: Acesso: 17 mai 2025.

MIGNOLO, Walter. Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad (Antologia, 1999-2014) Barcelona: Edicions Bellaterra, 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 202.

PAREDES, Julieta. “Temos que construir a utopia no dia a dia”, diz a boliviana Julieta Paredes. [Entrevista concedida a] Giulia Afiune e Anna Beatriz Anjos. Pública, on-line, 15 maio 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/>. Acesso em: 18 set. 2025.

Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.121-155.

PESSANHA, Juliano Garcia. Recusa do não-lugar. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PORTILHO, Carla. CONTRA-ESCRITURAS CHICANAS: revisitando mitos e subvertendo gêneros – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

POTIGUARA, Eliane. Questão indígena brasileira: visto minha própria pele sem medo. São Paulo: Cultura, 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010.

Revista Crítica de Ciências Sociais, n.80, p.115-147, 2008

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulher e Literatura. In: Descentramentos/convergências:

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO. Polícia Civil de Mato Grosso indícia dois indígenas por crimes de pornografia infantil. Disponível em: <https://www.sesp.mt.gov.br/-/pol%C3%ADcia-civil-de-mato-grosso-indicia-dois-ind%C3%ADgenas-por-crimes-de-pornografia-infantil>. Acesso em: 02/03/2025

SEGATO, Rita L. Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, Rita L. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. Tradução: Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita L. La Guerra contra las mujeres. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. E-cadernos CES, n. 18, 2012.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Revista dos Juizados Especiais. Campo Grande: TJMS, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www5.tjms.jus.br/webfiles/SPGE/revista/20220221135022.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2025.

VAGO, Natália Barbosa Gomes. Quando a Arte Imita a Vida: Femicídio Em Mulheres Empilhadas. Niterói, 2021.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

XAVIER, Elódia. Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.